

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE O FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NUCSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGMAD**

**Eduardo Renato Zimmerli**

**Conflitos Socioambientais pela Construção das Usinas do Jirau e de  
Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO**

**PORTO VELHO**

**2012**

**EDUARDO RENATO ZIMMERLI**

**Conflitos Socioambientais pela Construção das Usinas do Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Osmar Siena

**PORTO VELHO**

**2012**

**Eduardo Renato Zimmerli**

**Conflitos Socioambientais pela Construção das Usinas do Jirau e  
de Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Administração

Porto Velho, 27 de dezembro de 2012

---

Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller  
Coordenador do PPGMAD/UNIR

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Osmar Siena, – PPGMAD/UNIR  
(Orientador – Presidente)

---

Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott  
(Membro Externo/PGDRA/UNIR)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho,  
(Membro PPGMAD/UNIR)

Ao meu pai, Edouard René  
(in memoriam) que basila  
meus valores.

## **Agradecimentos**

Devo agradecer a todos que trouxeram contribuições para a somatória que resulta neste conjunto em que me tornei e se modifica a cada instante. Esta lista é vasta, então fica nas reticências, agradeço a ti...

Já se foram sete anos, quando decidi, em conjunto com minha esposa, retomar os estudos interrompidos quase trinta anos antes. A partir de então, encontrei novos amigos, novas metas e um novo mundo. Um mundo ao qual eu me apaixonei, difícil, mas a cada conquista me sinto repleto de uma euforia indescritível. Assim foi ao graduar, ao especializar e agora com o coroamento do Mestrado. Neste caminho, titubeei muitas vezes, e sempre tive um apoio para seguir, exercer a perseverança herdada de minha mãe, Elfriede, que alguns confundem com teimosia.

Ao povo do Mestrado, Colegas e Professores, Muito Obrigado.

Há pessoas que preciso e quero de coração, agradecer. Minhas amigas Aurineide, Andressa, Neima e especialmente, Thalita. Obrigado garotas.

Conheci também meu orientador, a quem tenho uma admiração imensurável e que o contato transformou de mentor em um amigo muito apreciado. Um Mestre que teve a sensibilidade de perceber minhas limitações e me auxiliar a superá-las paulatinamente. Apesar das dificuldades em seu início, fecho 2012 como um ano de muitas conquistas, por isso e outras coisas mais, agradeço ao meu Orientador Professor Osmar Siena. Muito Obrigado.

Finalmente, agradeço a Stella, minha muito amada esposa, por segurar as pontas quando eu já estava roendo a corda, por suportar meus rompantes e meus desânimos, por estar lá, sempre e sempre. Não é por nada que já se vão trinta e dois anos juntos, que comemoro com a titulação de Mestre em Administração, um sonho que se realiza e que ela ajudou a conquistar. Muito Obrigado querida esposa.

Um agradecimento também aos meus filhos, Renata e Raphael, pois que por vezes, tiveram que prescindir de minha compreensão e paciência e foram 'se virar', espero que percebam a importância dos estudos e o quanto eu me sinto orgulhoso de ser pai deles. Obrigado Filhota e Filhote.

[...] Senhores que não conhecem a terra norte mineira, presta atenção nessa história que ela é toda verdadeira. É tudo feito com o povo e muitas comunidades, pesquisa de vários dias pra descobrir a verdade [...] É tudo lugar sadio, onde nós fomos criados, nascemos e crescemos e estamos desde os avô mais recuado [...] Se engana direitinho quem pensa que é tudo igual, em cada banda do rio cada um é cada qual. Cada qual tem seu sistema de carpir, plantar e colher, os jeitos são diferentes, não é fácil de entender. [...] Se engana quem pensa que o povo todo é um só. [...] Eles [empreendedor] acaba com as diferença, ajunta os ateu com os crente, ajunta os forte com os fraco, os de dente com os sem dente [...] (Cordel dos Atingidos, 1997).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O *Cordel dos Atingidos* faz parte de um resgate do cotidiano de cada comunidade atingida pela usina de Irapé, ocorrido no segundo semestre de 1997, no estudo intitulado “Romance de Irapé”, quando pesquisadores da Universidade Federal de Lavras, juntamente com integrantes da ONG Campo Vale e atingidos, realizaram uma pesquisa para retratar e valorizar os modos de vida das comunidades atingidas como forma de incentivo na luta pela defesa de seus direitos.

ZIMMERLI, Eduardo Renato. **Conflitos Socioambientais pela Construção das Usinas do Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD). Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2012.

## RESUMO

O processo de geração de energia elétrica adotado pelo governo brasileiro é o hidráulico e a Amazônia tem um potencial hídrico extraordinário. É sem surpresa que exista a previsão de construção de dezenas de hidrelétricas na região. Este estudo tem como enfoque conflitos frutos dos impactos sociais e ambientais decorrentes do empreendimento de construção do Complexo do Rio Madeira, composto pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Este trabalho objetivou caracterizar os principais conflitos socioambientais inerentes à construção das hidrelétricas. Os documentos produzidos em torno da temática foram as fontes dos dados e para tratamento foi adotada a análise de conteúdo. Para tanto, buscou-se identificar os atores, suas características e posicionamento; assim como, caracterizar os conflitos socioambientais segundo suas propriedades, o tratamento utilizado para sua resolução e seu *status quo* em março de 2012. O estudo foi realizado considerando o fenômeno segundo a posição dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais, valendo-se do paradigma fenomenológico, adotando uma postura descritiva, uma vez que o intento foi expor as características dos fenômenos, por meio das técnicas da pesquisa documental com análise de conteúdo. Como pressupostos teóricos partiu-se dos pensamentos de Paul Little quanto à origem dos conflitos; de Glória Vargas quanto à abordagem estratégica, o tratamento destes conflitos e quanto à caracterização dos atores identificados; e de Elimar Nascimento quanto ao posicionamento dos autores no conflito. Como resultado da pesquisa, verificou-se que os atores estiveram envolvidos em torno de poucos conflitos macros que se desdobram em outros conflitos que não foram contemplados neste estudo. Destarte, pode-se citar como conflitos socioambientais de maior proporção o Conflito do Licenciamento; Conflito Internacional; Conflito Étnico – Indígenas; Conflito da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), Conflito do bairro Triângulo e o Conflito do Deslocamento Populacional. A causa mais comum foi identificada como decorrente da disputa pelo controle dos recursos naturais, utilizando-se a abordagem estratégica de Gestão como meio de tratamento. Quanto às características dos atores, estes se diferenciavam em torno do poder e de recursos. Os posicionamentos dos atores foram de promoção ou de veto até a concretização dos licenciamentos, quando arrefeceram em torno de apoio e oposição.

**Palavras-Chave:** UHE Jirau. UHE Santo Antônio. Complexo do Madeira. Conflitos Socioambientais.

ZIMMERLI, Eduardo Renato. **Social and Environmental Conflicts by Construction of the Plants of Jirau and Santo Antonio on the Madeira River in Porto Velho/RO**. 2012. 141 f. Dissertation (Master in Management). Postgraduate Master Program in Business Administration (PPGMAD). Center for Applied Social Sciences of the Federal University of Rondonia (UNIR). Porto Velho, 2012

## **ABSTRACT**

The process of electricity generation adopted by the government is the hydropower, and having the Amazonia an extraordinary water potential. Is no surprise that there are the prediction of building dozens hydroelectric in the region. This study focuses on the conflicts that are the result of social and environmental impacts arising from the buildings of the Rio Madeira Complex, that consists of Santo Antonio and Jirau hydroelectric. This study aimed to characterize the major social and environmental conflicts inherent in the construction of hydroelectric. The documents produced around the theme were the sources of data e for treatment was adopted the content analysis. To this end, it was sought to identify the actors, their characteristics e positioning, so as, characterize the social and environmental conflicts according to their properties, the treatment used for its resolution and their status quo in march 2012. The study was conducted considering the phenomenon according to the position of the actors involved in the social and environmental conflicts, drawing on the phenomenological paradigm, adopting a descriptive stance, since the intent was to expose the characteristics of the phenomena, by means of screening techniques document with content analysis. As theoretical, it started up from the thoughts of Paul Little about the origin of the conflicts; and of Gloria Vargas about the strategic approach, the treatment of these conflicts and about the characterization of the identified actors; and of Elimar Nascimento about the placement of the authors in the conflict. As search result, it was found that the actors revolve around few macro conflicts which unfold in others conflicts that were not covered in this study. Thus, may be cited as greater proportion social and environmental conflicts the Licensing Conflict; International Conflict, Ethnic Conflict – Indian; Railroad Madeira Mamore Conflict, Triângulo Neighborhood Conflict and Population Displacement Conflict. The most common cause was identified as arising from the dispute over the natural resources, using the strategic management approach as a means of treatment. For the treatment of these conflicts was used management approach and the characteristics of the actors differed around the power and the resources. The positioning of the actors was of promoting or veto until the achievement of licensing, when cooled around support and opposition.

**Keywords:** Jirau Hydroelectric Power Plant. Santo Antonio Hydroelectric Power Plant. Madeira Complex. Social and Environmental Conflicts.



ZIMMERLI, Eduardo Renato. **Conflictos Socio-ambientales por la Construcción de las plantas Hidroeléctricas de Jirau y Santo Antonio en el Río Madeira, en Porto Velho / RO**. 2012. 141 f. Disertación (Maestría en Administración). Programa de Postgrado Maestría en Administración de Empresas (PPGMAD). Centro de Ciencias Sociales Aplicadas de la Universidad Federal de Rondonia (UNIR). Porto Velho, 2012.

## RESUMEN

El proceso de generación de energía eléctrica adoptado por el gobierno es el hidráulico y teniendo la Amazonia un potencial hídrico extraordinario. No es sorprendente que exista previsión de construcción de decenas de hidroeléctricas en la región. Este estudio tiene, como enfoque, los conflictos fruto de los impactos sociales y ambientales resultantes de iniciativas de construcción del Complejo del Río Madeira que está compuesto por las hidroeléctricas de Santo Antonio y Jirau. Este trabajo buscó caracterizar los principales conflictos socio-ambientales inherentes a la construcción de las hidroeléctricas. Los documentos producidos en torno a la temática fueron las fuentes de los datos y para el uso de los mismos fue adoptado análisis de contenido. Para llevarlo a cabo, se buscó identificar los actores, sus características y posicionamiento; así como, caracterizar los conflictos socio ambientales según sus propiedades, el trato utilizado para su resolución y su status quo en marzo de 2012. El estudio fue realizado considerando el fenómeno según la posición de los actores involucrados en conflictos socio-ambientales, valiéndose del paradigma fenomenológico, adoptando una postura descriptiva, una vez que el intento fue exponer las características de los fenómenos, por medio de las técnicas de investigación de documentos con análisis de contenido. Como presupuestos teóricos se partió de los pensamientos de Paul Little sobre el origen de los conflictos; de Glória Vargas sobre el abordaje estratégico, el trato de estos conflictos y sobre la caracterización de los actores identificados; y de Elimar Nascimento sobre el posicionamiento de los autores en el conflicto. Como resultado del estudio se constató, que los actores giran en torno a pocos conflictos macro que se desdoblan en otros conflictos que no fueron contemplados en este estudio. De esta forma, se puede citar como conflictos socio-ambientales de mayor proporción el Conflicto de Licenciamiento; Conflicto Internacional; Conflicto Étnico – Indígenas; Conflicto del Ferrocarril Madeira Mamoré EFMM (siglas en portugués), Conflicto del barrio Triángulo y el Conflicto del desplazamiento poblacional. La causa más común fue identificada como resultado de la disputa por el control de los recursos naturales, utilizándose el abordaje estratégico de Gestión como medio de trato. Para el trato de estos conflictos fue utilizado el abordaje de gestión y las características de los actores se diferenciaban entorno del poder y de recursos. El posicionamiento de sus actores fue de promoción o de veto hasta la confirmación de los licenciamientos, cuando se enfriaba en torno al apoyo y la oposición.

Palabras Clave: Jirau. Santo Antônio. Conflictos Socio-ambientales.  
Clasificación

## **Lista de Ilustrações**

### **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Distribuição das publicações por Mídia e Vínculo. ....	32
Quadro 2 - Abordagem de Conflitos Socioambientais.....	36
Quadro 3 - Atores: Características e Posicionamento.....	37
Quadro 4 - Grupos de atores identificados no Conflito do Licenciamento do AHE de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira .....	56
Quadro 5 – Caracterização do Conflito do Licenciamento .....	74
Quadro 6 - Caracterização do Conflito Internacional.....	82
Quadro 7 – Caracterização do Conflito Étnico: Indígenas.....	89
Quadro 8 - Caracterização do Confronto da Estrada de Ferro Madeira Mamoré .....	96
Quadro 9 - Caracterização do Conflito do bairro Triângulo. ....	100
Quadro 10 – Resultado do Conflito do Deslocamento da População Afetada .....	108

### **Lista de Gráficos e Figuras**

Grafico 1 - Produção científica no Brasil: Conflitos socioambientais. ....	31
Figura 2 - Esquema de Caracterização dos Conflitos Socioambientais e Classificação dos Atores. ....	43
Figura 3 - Grupos de atores e correlações identificados no Conflito do Licenciamento do AHE de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.....	58
Figura 4 - Atores do Conflito Internacional .....	80
Figura 5 - Atores do Conflito Étnico: Indígenas .....	87
Figura 6 - Atores do Conflito da EFMM .....	95
Figura 7 - Atores do Conflito do bairro Triângulo.....	99
Figura 8 - Atores do Conflito do Deslocamento da População Afetada.....	107

## **Lista de Símbolos, Abreviaturas e Convenções**

AEC-AM - Associação de Educação Católica do Amazonas

AGU - Advocacia Geral da União

AMMA - Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia  
de Amigos da Madeira-Mamoré

ANA - Agência Nacional da Água

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APP – Área de Proteção Permanente

APROMAC - Associação de Proteção ao Meio ambiente

ATLA - Associação Terra Laranjeiras

BIC - Bank Information Center

CASA - Centro de Apoio Sócio Ambiental

CEDEC - Conselho Estadual de Defesa Civil

CGPIMA - Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente

CIM I- Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

COBRAPE - Companhia Brasileira de Projetos e empreendimentos

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

CMP - Central de Movimentos Populares

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DHESCA - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

ECOIA - Ecologia e Ação

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ENERSUS - Energia Sustentável do Brasil S.A.

ESBR - Energia Sustentável do Brasil

EVTE - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica

FBOMS - Federação Brasileira de Ongs e Movimentos Sociais

FECOMÉRCIO–RO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do  
Estado de Rondônia

FIERO - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia  
FIPM - Fórum Independente Popular do Madeira  
FOBOMADE - Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo  
FOREN - Fórum de Debates sobre a Energia de Rondônia  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GGF - Global Greengrants Fund  
GPPAN - Grupo de Pesquisa Poder e Política públicas nas bordas da Amazônia  
GT – Grupo de Trabalho  
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
IMV - Instituto Madeira Vivo  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
IRN- International Rivers Network  
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LI – Licença de Instalação  
LIDEMA- Liga de Defesa Del Medio Ambiente  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem  
MABRO- Movimento dos Afetados por Barragem de Rondônia  
MC - Ministério da Cultura  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MESA - Madeira Energia S/A  
MJ – Ministério da Justiça  
MITS- Ministério do Trabalho e Integração Social  
MT- Ministério dos Transportes  
MMA- Ministério do Meio Ambiente  
MME- Ministério de Minas e Energia  
MP-RO – Ministério Público Estadual (Rondônia)  
MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura  
MPF – Ministério Público Federal

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não-Governamental  
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSR – Organização dos Seringueiros da Amazônia  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PBA - Programa Básico Ambiental  
REBRIP - Rede Brasileira Pela Integração dos Povos  
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental  
SEDAM- Secretaria de Estado do Desenvolvimento ambiental  
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente  
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta  
TCA – Termo de Compromisso Ambiental  
TCU- Tribunal de Contas da União  
UHE - Usina Hidrelétrica  
WWF- World Wildlife Fund

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 Problema de Pesquisa .....	17
1.2 Objetivos. ....	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos .....	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Temática Abordada e as Linhas de Pesquisa do PPGMAD.....	19
1.5 Organização da Dissertação .....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO .....	21
2.1 Ambientalismo e Estudos Socioambientais.....	21
2.2 Conflitos, Conflitos Sociais, Conflitos Socioambientais.....	25
2.4 Atores nos Conflitos Socioambientais .....	36
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	39
3.2 Fonte dos Dados e Universo dos Documentos .....	40
3.3 Organização e Análise dos Dados .....	41
4 RESULTADOS E ANÁLISE.....	49
4.1 Conflito do Licenciamento .....	52
4.2 Conflito Internacional.....	76
4.3 Conflito Étnico: Indígenas.....	83
4.4 Conflito Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) .....	91
4.5 Conflito do Bairro Triângulo.....	97
4.6 Conflito do Deslocamento da População Afetada .....	101
5 CONCLUSÕES .....	111
REFERÊNCIAS.....	114
REFERÊNCIAS FONTES DOS DADOS.....	119
Apêndice .....	137

## 1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental, apesar de indícios longínquos e especulativos de seu início, teve incremento de exposição a partir dos anos 70, resultados da globalização do tema e a inserção de suas questões nas políticas públicas, movimentando a sociedade como um todo. Desta forma, mais e mais pessoas e comunidades do planeta têm se inteirado do assunto, deixando este, então, de estar enclausurado a uma pequena parcela de especialistas. Em teoria, quanto mais indivíduos, instituições e comunidades conhecessem a questão, mais práticas em defesa do ambiente seriam tomadas.

No entanto, Alonso e Costa (2000) coletaram opiniões divergentes a respeito desta suposição, pois que a ampla difusão da preocupação de governos e setores da sociedade civil com a questão ou a extensa agenda de discussões ambientais não resultaram em um consenso quanto às soluções apresentadas; pelo contrário, quanto mais as questões foram aprofundadas, mais conflitos eram identificados e mais longe ficaram as soluções idealizadas há 30 anos.

Zhourí e Oliveira (2007) iniciam seu trabalho a respeito dos conflitos sociais em torno da construção das usinas hidrelétricas com uma citação pertinente de Esteva<sup>2</sup> (2007, p.119):

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e se vende como um bem qualquer, tradições em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência.

As transformações no Brasil, resultado deste processo de globalização, de maneira geral, se manifestaram a partir de uma “[...] política conservadora de ajuste econômico que tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de ‘entraves ao desenvolvimento’ (grifo das autoras)”. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 119). Este posicionamento do poder no Brasil propicia campos de confronto entre as populações locais, empresários e o Estado, cenário evidenciado na política de expansão geração de energia elétrica no Brasil.

---

<sup>2</sup> ESTEVA, Gustavo. Development In. SACHS, Wolfgang (org.).The Development Dictionary. **A Guide to Knowledge and Power**. London: Zed Books (1992, p.18)

A matriz energética brasileira prioriza a elétrica. Quando do evento da 1ª Grande Guerra entre 1914/1918 e durante a reconstrução da Europa nos anos seguintes, a principal fonte energética industrial utilizada no Brasil, o carvão mineral, importado principalmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, entrou em crise. Este período coincide com o início da geração de energia elétrica incrementada pelo desenvolvimento do café. Até então era também desprezível a importação de petróleo no Brasil, volume que triplicou nos anos seguintes à crise até 1923, quando estabilizou-se um crescimento consistente até os anos 80, coincidindo com o crescimento do uso de veículos. (FERNANDES; SANTOS, 2004).

Com a posse de Getúlio Vargas em 1930, inicia-se uma fase que se caracterizou por um:

[...] governo forte, centralizador, intervencionista, nacionalista e populista. Caracterizou-se como sendo a fase onde o Brasil obteve o maior crescimento em sua economia. Crescimento este calcado na industrialização, na urbanização, na expansão das rodovias, das telecomunicações, da indústria de base. (FERNANDES; SANTOS, 2004, s.p.).

Estes cenários levaram o governo a assumir a geração de energia criando várias empresas estatais a partir dos anos 40. Nos anos 50 a inserção do Estado no setor elétrico ficou ainda mais evidente com “[...] a criação da ELETROBRÁS, e a instituição do Plano Nacional de Eletrificação e a criação do Fundo Federal de Eletrificação.” (FERNANDES; SANTOS, 2004, p.5). Desta forma o governo criou uma forma de financiamento do setor como esclarecem as palavras de Fernandes e Santos (2004, s.p.):

Outro ponto comum é que estas empresas estatais de caráter estadual foram criadas precedidas pela institucionalização de uma taxa de eletrificação, para capitalizar e viabilizar o programa de eletrificação nos estados. Esta taxa, junto com os recursos provenientes do IUEE - Imposto Único de Energia Elétrica (institucionalização do "Fundo de Eletrificação"), federal, concedido mediante apresentação do "plano de eletrificação" do estado; consistia uma forma vigorosa de arrecadação de recursos para as concessionárias. Entre 1954 e 1961, o agente de mobilização desses recursos foi o BNDES. Durante esse período o setor elétrico representou de 40 a 60% dos investimentos totais do Banco. A partir de 1962 a Eletrobrás passou a ser o principal destino desses recursos, transformando-se na grande instituição financeira do setor. O acesso a tais fontes de financiamento baratas permitiu a estrondosa expansão do setor, através de empresas estatais.

Portanto, o governo incentivou a utilização da energia elétrica de forma a obter retorno do volume de capital investido no setor, além disso a crise do petróleo na década de 70 e do gás já neste século, na visão institucional do governo o



empurra para outras fontes energéticas. O processo de geração de energia elétrica adotado pelo governo é o hidráulico e tendo a Amazônia um potencial hídrico extraordinário, é sem surpresa que exista a previsão de construção de várias hidrelétricas na região.

Em recente pronunciamento na inauguração da hidrelétrica de Estreito (17/10/2012), a Presidenta Dilma Rousseff reafirmou o entendimento institucional de que prioriza a construção de hidrelétricas, em matéria publicada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC):

Do ponto de vista ambiental é muito melhor energia hidrelétrica e mais seguro do ponto de vista de seus efeito e consequências do que gerar energia nuclear. Não emite gases de efeito estufa e isso significa que temos um projeto de energia renovável. (DILMA ROUSSEFF apud AQUINO, 2012, s.p.)

A matéria ressalta ainda que as empresas do setor elétrico não devem se preocupar com as renovações públicas de geração, distribuição e transformação de energia uma vez que: "Há 20 anos, o Brasil não rompe contratos, olha o contrato e diz: 'Posso não concordar, mas vou assumir, por que palavra dada é palavra empenhada'". (ROUSSEFF, apud AQUINO, 2012, s.p.)

Isto posto, da idealização do projeto de construção do Complexo do Rio Madeira, composto pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, há quase duas décadas, até a sua apresentação na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em outubro de 2003, houve muita movimentação política. No entanto, foi a partir da liberação, sob forte pressão política, da Licença Prévia (LP) em julho de 2007, pelo IBAMA contrariando a posição de seus técnicos (IBAMA, 2007g), é que se mostraram mais visíveis os conflitos inerentes às obras destes empreendimentos elencados pelo governo 2002-2010 como prioritários.

Os impactos sociais e ambientais deste empreendimento causaram e ainda causam confrontos entre grupos de interesse diferentes ou divergentes. São confrontos alimentados por altas cifras monetárias e percepções dos afetados como tradições antigas frustradas e interrompidas.

## 1.1 Problema de Pesquisa

Este estudo foca estes confrontos, aqui tratados como conflitos, e o movimento de grupos sociais que se mobilizam em torno da defesa de suas posições, neste caso, aqueles inerentes à afetação de suas vidas como cidadãos pela realização de duas grandes construções, as hidrelétricas do Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira, no que tange às consequências ambientais, conflitos socioambientais.

De antemão, podemos citar as mais importantes afetações na visão da população local: o desassentamento e reassentamento de cidadãos, inundação de áreas privadas e públicas, subtração de um cemitério, alteração da forma de sustento de extrativistas e pescadores, alta densidade demográfica temporária, impacto social na saúde, educação, transporte e hotelaria, entre outros.

Assim, é de interesse compreender as razões do envolvimento da comunidade afetada, entender suas motivações e formas de reivindicações, assim como a estratégia utilizada para resolução dos conflitos que envolvem estes fenômenos tocados em nome do desenvolvimento, do direito coletivo em detrimento do direito individual.

Neste contexto, parte-se então de duas das questões deixadas por Alonso e Costa (2000) sobre conflitos socioambientais: a que formas de organização e estruturas de mobilização os atores envolvidos nas questões socioambientais recorrem e quais são as formas de mediação e arbitragem.

Assim formulou-se para o presente o seguinte problema de pesquisa: Quais são as características dos principais conflitos socioambientais inerentes à construção das UHE de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira e qual a classificação dos atores envolvidos?

Note-se que neste texto 'Ator' é definido como "[...] autônomo, capaz de cálculo e de manipulação e que não apenas se adapta, mas inventa, em função das circunstâncias e dos movimentos dos seus parceiros." (CROZIER; FRIEDBER, 1977, p. 38 apud DUBAR, 2004).

Para este estudo, concorda-se com a assertiva dos autores de que, "respondendo essas perguntas, será possível classificar os conflitos socioambientais em gêneros, enriquecendo o arcabouço acadêmico e permitindo avançar rumo à pesquisa comparada." (ALONSO; COSTA, 2000, p. 130).

Para tanto, delimita-se o campo deste estudo aos conflitos socioambientais inerentes à construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, a de Santo Antônio e do Jirau, no município de Porto Velho/RO. O hiato temporal da pesquisa se inicia com a aprovação das obras em 2005 e termina em março de 2012.

## **1.2 Objetivos.**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Caracterizar os principais conflitos socioambientais inerentes à construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e do Jirau no rio Madeira.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos.

- Identificar os atores, suas características e posicionamento.
- Identificar os meios de organização e as estruturas de mobilização utilizadas pelos atores envolvidos nas questões ambientais e sociais inerentes à construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e do Jirau no rio Madeira.
- Caracterizar os conflitos socioambientais segundo suas propriedades, o tratamento utilizado para sua resolução e seu *status quo* em março de 2012.

## **1.3 Justificativa**

A experiência brasileira na lide de conflitos é bastante acentuada nas questões trabalhistas, o que não é fato nas questões de conflitos ambientais, embora estas experiências sejam a base para a construção das políticas ambientais. Mesmo tendo diversas consequências políticas, as negociações dos conflitos ambientais não estão refletidas na literatura brasileira ou seu “[...] autor não está bem informado”. (BREDARIOL, 2004, p. 1). Bredariol continua citando diversos autores e concluindo que os trabalhos “[...] citam acordos, termos de compromissos e negociações, mas na bibliografia pesquisada não foram encontradas análises sobre processos de negociação.” (2004, p. 2).

Este trabalho intentou fazer um levantamento dos principais eventos, as estratégias utilizadas e a identificação dos atores de forma a classificar preliminarmente estes conflitos, possibilitando que trabalhos posteriores, façam desdobramento do estudo de conflitos específicos, municiando estudos comparativos, contribuindo assim para a superação das lacunas da literatura brasileira detectadas por Alonso e Costa (2002), Bredariol (2004) e Vargas (2007), oferecendo argumentos e experiência como incremento à busca de mitigações das consequências de novos empreendimentos que afetem o ambiente e a sociedade concomitantemente.

Partindo da afirmação de Vargas (2007), de que a literatura a respeito de conflitos em português é escassa, inclusive à respeito do processo de negociação dos mesmos (BREDARIOL, 2004), este estudo se justifica do ponto de vista social e acadêmico e social.

#### **1.4 Temática Abordada e as Linhas de Pesquisa do PPGMAD**

Após a Rio-92 e da construção da Agenda 21, com a conscientização ambiental e a consolidação da sustentabilidade, a sociedade foi inserida no contexto dos impactos ambientais causados por grandes obras. Desde então a sociedade necessariamente participa do processo de licenciamento destes empreendimentos. Com os paradigmas cartesiano e newtoniano ficando insuficientes para responder as modernas questões sociais e ambientais, novas abordagens são necessárias para suprir suas limitações.

Devida a opção política do Brasil por energia elétrica e esta gerada por meio de hidrelétricas e o fato da Amazônia possuir o maior potencial hidromecânico do planeta, é natural que Rondônia tenha sido elencada pelo governo federal para construção de três mega hidrelétricas, das quais duas estão na região de Porto Velho e a outra a montante destas, na fronteira boliviana. Os impactos destes empreendimentos geram conflitos socioambientais dos mais diversos. Assim, conhecer o contexto em que estes conflitos socioambientais ocorrem, possibilita alimentar o arcabouço necessário para sustentação de novas construções teórico-empíricas. Este estudo então se alinha com a linha Estratégia e Competências Organizacionais em seu Eixo Inovação e Sustentabilidade.

O debate acerca dos conflitos socioambientais oriundos da instalação do Complexo do Madeira, busca contribuir com a produção e disseminação do conhecimento sobre os desafios apontados ao longo desta dissertação a qual poderá ser utilizada futuramente para auxiliar as populações atingidas e outras questões correlatas.

### 1.5 Organização da Dissertação

O presente trabalho foi organizado da seguinte forma:

O **capítulo 1** compreende a introdução onde é feita uma contextualização e problematização sobre o tema de pesquisa, considerando os objetivos, bem como a justificativa da pesquisa e sua vinculação a linha de pesquisa.

No **capítulo 2** é desenvolvido o referencial teórico cujo primeiro tópico trás informações sobre ambientalismo, bem como conceituação de conflitos elencando seus aspectos social e ambiental. Faz ainda uma explanação sobre os atores sociais em relação aos conflitos socioambientais.

O **capítulo 3** apresenta a metodologia utilizada para balizar a pesquisa caracterizando suas perspectivas macro e micro e ainda definindo sua abordagem estratégica. Neste capítulo foi definido também o universo da pesquisa e a matriz utilizada para classificar os conflitos socioambientais.

No **capítulo 4** estão apresentados os dados encontrados na pesquisa de forma que se tenha compreensão de como ocorrem os conflitos e as estratégias de solução, bem como demais questões em vista os objetivos traçados no capítulo 1.

No **capítulo 5** são apresentadas as conclusões de pesquisa e algumas recomendações.

Em seguida apresentamos as Referências e um apêndice com a listagem dos documentos iniciais da busca dos dados da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

### 2.1 Ambientalismo e Estudos Socioambientais

Embora as questões ambientais sejam de interesse de alguns e de nações há tempos, concretizado, por exemplo, a partir da instalação do Parque de Yellowstone no fim do século XIX, elas apenas começaram a fazer parte efetiva das preocupações da sociedade a partir do início da segunda metade do século XX, intensificada com a publicação da Primavera Silenciosa de Rachel Carson a respeito do uso de agrotóxicos, e depois ganha dimensões globais quando da tragédia de Bophal na Índia, onde morreram milhares de pessoas com o vazamento de gases tóxicos em 1984 e, ainda mais, quando do acidente nuclear de Chernobyl em 1986. Os governos reagiram às preocupações mundiais e organizou-se então a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo, em 1972. Segundo Sachs (2000, p.118) foi nesta conferência que se apresentou ao mundo o termo ‘meio ambiente’,

[...] “meio ambiente” surgiu na agenda internacional, foi proposta inicialmente pela Suécia, preocupada com chuva ácida, poluição no Báltico, e os níveis de pesticida e metais pesados encontrados em peixes e aves. Uma assim chamada internacionalização massiva que estaria ocorrendo por mero acaso projetou sua sombra antes de seu surgimento: o lixo industrial escapa à sobra nacional, não se apresenta na alfândega, não usa passaporte. Os países descobriram que não eram entidades auto-suficientes (sic), mas sujeitos à ação de outros países. Assim surgiu uma nova categoria de problemas: as “questões globais”.

A seguir, foram organizadas a Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa em Berna, em 1979; a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância em Genebra, também em 1979; a Estratégia Mundial de Conservação (IUCN) em 1981; o Relatório Global 2000 nos EUA, também em 1981; entre outras. Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que apresentou em 1987 o Relatório Brundtland, desnudando para o mundo “[...] os limites da racionalidade e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade.” (LEFF, 2008, p. 16). Neste relatório foi cunhada e depois, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – RIO 92 – popularizada a expressão ‘desenvolvimento sustentável’, ratificando o ingresso das questões ambientais na

agenda governamental. Assim, como consequência, ocorre a popularização do tema, movimentando a sociedade como um todo e, por sua vez, sendo suas questões inseridas nas políticas públicas. No Brasil a temática adentrou efetivamente na bibliografia a partir do processo de redemocratização do país no fim dos anos 80, com o retorno de ativistas exilados.

Até então, o mundo regido sob o prisma de um capitalismo desprezava, ainda mais, as desigualdades que provocava, em especial as socioambientais. A ótica capitalista, predominante, foca as questões de produção com base em resultados máximos considerando recursos naturais infinitos entendendo as restrições impostas pela racionalização do uso dos recursos naturais como obstáculos a serem administrados, reduzindo conflitos ambientais a limitações tecnológicas (BRITO, s/d; PORTO; MILANEZ, 2009).

A agenda de discussões em fóruns internacionais, a ampla difusão do tema e a decorrente democratização do mesmo não trouxeram o esperado consenso em torno de soluções às questões ambientais. Ao inverso, à medida que se ampliaram os conhecimentos a respeito da área, mais agudos se tornaram os conflitos.

O ponto positivo é que a sociedade civil está participando mais das decisões políticas em geral. O resultante deste maior espaço participativo são soluções pragmáticas, 'politicamente aceitáveis e economicamente viáveis' para a sociedade, pautadas pelas influências de interesses organizados e representados na esfera pública, nem sempre muito claros.

No mundo todo e no Brasil especialmente, esta convulsão em derredor das questões ambientalistas, não dirimiu a defasagem entre o discurso e a ação propriamente dita. Ainda que difundida, as questões ambientais parecem não merecer a atenção necessária da sociedade e assim, os problemas ambientais se agravam a cada dia.

Um dos efeitos da popularização do movimento ambientalista foi uma perda paulatina da utopia da questão ambiental, combustível da militância dos anos 60-70, uma consequência da inserção da temática ambiental no âmbito das políticas públicas governamentais. Esta inserção provocou um processo de institucionalização da temática submetendo-as à racionalidade administrativa, que buscam soluções pragmáticas do ponto de vista capitalista. O efeito colateral é que o movimento ambientalista acabou por perder parte de sua força na sociedade, que o confunde com radicalismo preservacionista, deixando lugar para uma atitude mais

de consenso, um movimento sustentabilista, unindo o desenvolvimento e o ambiente, chamado de desenvolvimento sustentável.

Essa mudança estrutural impactou tanto o movimento ambientalista, quanto a abordagem acadêmica da questão ambiental. Se, por um lado, o movimento social fragmentou-se, profissionalizou-se, inserindo-se nas mais diversas esferas de decisão governamental inerentes às questões ambientais; por outro lado, constituíram-se 'ciências ambientais', elevadas ao status intelectual chamaram a atenção da mídia promovendo progressiva diferenciação entre as esferas política e científica, criando novas metodologias de pesquisa e instrumentos de mensuração e aferição de riscos ambientais. (ALONSO; COSTA, 2000).

A respeito da distância entre o discurso ambientalista e a ação das pesquisas acadêmicas Alonso e Costa (2000) lançam a hipótese de que isto se deve à estreita ligação e superposição entre o ativismo ambientalista e a pesquisa acadêmica orientada para a constituição do que se denomina de 'sociologia ambiental'. Assim o principal obstáculo ao desenvolvimento de uma sociologia do ambientalismo no Brasil é a inconstância de seus fundamentos teóricos, decorrendo da ausência de uma agenda de pesquisa de problemas ambientais autônoma em relação às preocupações do movimento ambientalista.

Neste contexto Alonso e Costa (2000, p.117) afirmam

[...] que confunde a trajetória do movimento ambientalista com a trajetória política e social da questão ambiental, transformando suas concepções ideológicas em pressupostos analíticos para compreender a dinâmica ambiental. [...] Para se construir, em bases sólidas, uma ciência social dos problemas ambientais no Brasil, precisamos superar essa contaminação entre juízos políticos e adotar uma postura de suspensão de valores, ao menos durante a análise.

Enfim, a diversidade de interesses envolvidos nessa conscientização ambientalista bate de frente com os ideais preconizados por aqueles que defendem a viabilidade da manutenção das práticas tradicionais, imortalizadas no imaginário popular local, gerando uma série de desentendimentos internos e externos entre a filosofia autossustentável e a lógica progressista.

Como constatação, a popularização do tema ambiental, ao invés de trazer respostas às questões, já antigas, vem trazendo, cada vez mais, dúvidas a respeito de soluções consensuais das questões ambientais que, por sua vez, geram conflitos socioambientais.



As condições socioambientais brasileiras são preocupantes (PATO, 2005), acentuadas pela pobreza e pela injustiça social, entre outros, muito embora os recursos naturais brasileiros ainda não pareçam estar em condições tão alarmantes quanto, por exemplo, as condições enfrentadas por países europeus (COSTA; ALONSO; TOMIOKA, 2002; BARBOSA<sup>3</sup>, 1992; TORRES, 1992; apud PATO, 2005).

A Conferência das Nações Unidas a respeito do Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, RIO-92, trouxe um impacto muito grande não só no movimento ambientalista, mas também na produção intelectual desta área.

Segundo Alonso e Costa (2000) a diversidade de áreas e linhas de estudo e pesquisa possibilita identificar o campo de estudos ambientais como basicamente híbrido, tanto do ponto de vista temático quanto do teórico. Eles observam uma clivagem causando duas grandes perspectivas, a primeira, uma literatura politicamente engajada que critica fortemente o modelo de desenvolvimento capitalista e seu modo de vida e segundo uma “proto-área” (sic) de estudos ambientais dentro das ciências sociais. Uma trabalha com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, da gestão ambiental e das políticas públicas, ou seja, com a perspectiva FUTURO. A segunda, mais interessada em explicar a formação e estratégias de ação do movimento ambientalista, com o surgimento dos conflitos ambientais, leia-se PASSADO.

A proposta de Vieira<sup>4</sup> de classificar o campo ambiental em cinco categorias disciplinares agiu como um fermento, multiplicando trabalhos publicados (apud ALONSO; COSTA, 2000). No entanto, a grande maioria da literatura realizada são estudos de caso, sobretudo estudos a respeito dos impactos ambientais. Outros se detêm nos efeitos destrutivos de macroprocessos associados à modernização, principalmente a industrialização. O foco socioambiental desses trabalhos, ainda segundo os referidos autores, não distingue itens facilmente identificáveis, como por exemplo, aspectos ambientais (poluição do ar, das águas, preservação de regiões ecológicas virgens) de problemas sociais (saneamento, pauperização nas cidades, impactos sobre o estilo de vida de comunidades indígenas e/ou tradicionais no interior do país).

---

<sup>3</sup> BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania: algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais.

<sup>4</sup> Paulo Freire Vieira publicou o livro: A problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil 1980-1990' em 1995.

Concomitantemente, esta popularização trouxe as questões ambientais para o dia a dia da sociedade, que de uma ou outra forma, pode se expressar e reivindicar direitos quando se sente prejudicada. Esta atitude expõe as razões da afetação dos direitos para a população de modo geral, empurrando o governo a tomar conhecimento e posição. Tudo isto é de interesse da mídia e assim se cria um círculo de informações socializando os dados e ocorrências e movimentando a sociedade. Estes eventos, que afetam o ambiente com consequências para a sociedade e vice versa, são chamados neste trabalho de conflitos socioambientais.

## **2.2 Conflitos, Conflitos Sociais, Conflitos Socioambientais**

Os conflitos fazem parte da evolução da humanidade e são agentes de mudança nas relações familiares, sociais, políticas e organizacionais (NASCIMENTO; EL SAYED, 2002). Inerentes à história da humanidade, os conflitos têm tido na academia, frentes de estudo diversas: Sociologia, Economia, Antropologia, Psicologia, Ciência Política, dentre outras. (ALONSO; COSTA, 2002b; BARBANTI JR., 2002; VARGAS, 2007).

Conflitos têm mecanismos diferentes de resolução desde as sociedades primitivas. Dentre os diversos tipos de sociedade, cada uma tem sua própria maneira de lidar com suas questões. As sociedades mais antigas não conheceram grandes dimensões, eram sempre pequenas, pois que qualquer crescimento populacional ou aumento de complexidade resultavam em divisão da mesma, uma vez que “[...] as sociedades eram desarmadas para resolver suas tensões internas quando estas não obtinham uma solução de consenso.” (NASCIMENTO, 2001, p.86).

Com o tempo, criou-se, ainda que frágeis, mecanismos de resolução de conflitos. Sinais de noções de leis, de tribunais, juízes e espaços específicos para enfrentamento institucional de conflitos de uma mesma comunidade são primeiramente percebidos na constituição dos grandes Estados da Antiguidade Oriental, na região do Eufrates e do Nilo. No entanto, mesmo nestes casos, predominavam a força ou o consenso entre líderes (NASCIMENTO, 2001).

Gregos e romanos e sociedades contemporâneas da Antiguidade, desenvolveram melhor os mecanismos de resolução de conflitos. A história revela que “[...] imperadores romanos eram, em geral, grandes guerreiros ou negociadores,

quando não detinham as duas capacidades. Submetiam seus adversários e inimigos e estabeleciam acordos” (NASCIMENTO, 2001, p. 86), assegurando fronteiras ou vantagens militares.

Isto é passado. A sociedade moderna desenvolveu outros mecanismos para superar os conflitos. Assim, hoje há maneiras diferentes de lidar com eles, a força deixa de ser o principal instrumento de uso e parte-se para a negociação, com uso de novas ferramentas como o poder político, o poder financeiro, a capacidade de mobilização, etc. Esta sociedade tem mais liberdade de exposição de suas reivindicações e se manifesta em defesa de seus direitos.

A democratização do poder decisório, em detrimento ao formato representativo, faz com que os questionamentos de qualquer questão de grande impacto social sejam levados a plebiscitos e audiências públicas. Presentes nas notícias nacionais e internacionais encontram-se atualmente plebiscitos em busca do pensamento público a respeito de duração de mandatos, alterações constitucionais, posições econômico-políticas, etc. em especial na América Latina, notadamente, Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina.

No Brasil, especialmente na região da Amazônia, presencia-se uma série de audiências públicas em torno das questões ambientais. Com a construção de obras de grande impacto ambiental, gasodutos, hidroelétricas, vias rodoviárias, portos fluviais, a sociedade tem sido chamada para receber esclarecimentos, pronunciar-se e, supostamente, referendar as obras.

Como dito, conflitos fazem parte do cotidiano da humanidade. As noções de direito, justiça e mediação, já existentes nas sociedades orientais, auxiliaram no desenvolvimento da resolução de conflitos entre os gregos e romanos, bases de nossa sociedade, na Antiguidade (NASCIMENTO, 2001).

Naqueles tempos prevaleciam os conflitos externos, eram confrontos por domínios onde a força era a ferramenta, ou seja, uma das partes se submetia ou era dizimada. Quanto aos conflitos internos, estas sociedades (gregas e romanas) dispunham de normas e regras, mas, ainda assim, a força era a solução hegemônica. A história está repleta de exemplos do uso da força como principal instrumento de solução de conflitos, na Antiguidade, Idade Média, Renascença e eventos posteriores. A formação dos Estados europeus, dos EUA, e outros, foram conseguidos à base da força. Enfim, a violência seguiu o tempo, está nas sociedades colonialistas, escravagistas e nas ditaduras hodiernas.

Com a nova visão de política, decorrente da separação dos poderes e da constituição de espaços específicos proposta por Montesquieu, é que a partir do século XVII - XVIII, os homens criaram mecanismos de resolução de conflitos, sem que fosse necessária a submissão de uma ou a separação das partes (NASCIMENTO, 2001). Segundo Nascimento (2001), embora estes mecanismos não desprezassem o uso da força, frequentemente a dispensavam, em virtude da modificação da noção de conflito que, por sua vez, transformava a natureza da sociedade mercantil. Esta sociedade difere das anteriores em muitos aspectos, inclusive quanto ao entendimento do que é conflito e nos mecanismos de sua resolução. O autor pontua nove características da “sociedade que lhe dá hoje abrigo.” (2001, p.87): 1- Definição de constituição e centralidade do indivíduo; 2- Transformação desta centralidade em uma norma única e universal; 3- A possibilidade de instituir o poder como um lugar, não mais centrado em uma pessoa, família ou grupo social; 4- A detenção do poder como resultante do processo de escolha entre os membros da comunidade; 5- Ser uma sociedade aberta, de mobilidade social; 6- A adoção de valores e práticas organizacionais regidos pela racionalidade, em processo de laicização; 7- O fato deste conjunto de características compor uma unidade que ignora a exterioridade, as fronteiras; 8- A razão desta sociedade não se confundir com os Estados-nações, instrumentos de sua realização, que apenas determinam fronteiras político-institucionais; e 9- Possuir base econômica universal, o capitalismo, caracteristicamente expansionista, em procura constante de mercado, transcendendo fronteiras. Portanto, sob vários aspectos, a sociedade atual vive em permanente tensão, em inúmeros e constantes conflitos, um dos efeitos da globalização.

Pelo lado teórico, os cientistas sociais estudam os conflitos sociais a partir de duas abordagens predominantes oriundas da Sociologia e da Economia Política (BARBANTI JR., 2002). Uma que atribui às lutas de classe por mudanças socioeconômicas como fonte de conflitos derivada das ideias materialistas marxistas e neomarxistas e outra, que atribui a existência de conflitos à natureza humana, derivada das teorias de Durkheim, subjetivista, abrindo a possibilidade de solução dos mesmos à mudança das suas relações (VARGAS, 2007; BARBANTI JR., 2002; PEREIRA; NASCIMENTO, 2010). Estas duas perspectivas excludentes, criam uma limitação ao separar condições estruturais e percepções, não reconhecendo que de forma geral as duas visões fazem parte do conflito (VARGAS, 2007).

Quanto ao entendimento empírico, há inúmeros tipos de conflito, basta uma discordância entre dois ou mais agentes, entre dois ou mais atores, para que se constitua um conflito. Este estudo discute conflitos socioambientais, ou seja, desentendimentos sociais envolvendo questões ambientais.

Note-se que o reconhecimento de várias possíveis visões, abordagens e conceituações sobre conflitos sociais traz dificuldade para a organização da temática frente a um ou vários princípios teóricos (VARGAS, 2007), somando-se com a afirmação de Zouhri a respeito do caráter conflituoso da questão ambiental: [...] “a questão não é una, objetiva e universal [...]” (2007, p. 2), criando uma dificuldade a mais no entendimento da questão.

Alonso e Costa (2000) abordam as relações entre o meio ambiente e a democracia, fundamental para discussão de conflitos socioambientais, sob o prisma dos cientistas sociais. Segundo eles, propõe-se a tese da disseminação gradual do ambientalismo por setores da sociedade e do Estado chamado de “ambientalismo multisetorial” que apresenta o ambientalismo como uma “ideia-força” cuja difusão dependeria do empenho de um grupo de atores em favor da conscientização dos demais, a exemplo do *Green Peace*. Desta forma, o ambientalismo se arvora a condição de movimento social ditando as regras, corrigindo as políticas estatais e econômicas, a exemplo da “preservação das baleias”. Segundo esta linha de pensamento, alguns setores da sociedade, uma vez e tão logo esclarecidos, passariam a adotar ações e atitudes ambientalistas. Esta seria a origem do “discurso verde” tão deflagrado e adotado por agentes de toda parte. No entanto, a inclusão dos valores ambientalistas não se traduz em ações práticas, pois a

[...] difusão do discurso ‘sustentabilista’ se deve menos ao proselitismo de atores ‘ambientalizados’ que à existência de constrangimentos políticos e morais que impedem o reconhecimento de posições ambientalmente incorretas e sua validação. (COSTA; ALONSO; TAMIOKA apud ALONSO; COSTA, 2000, p 120)

A dimensão valorativa do ambientalismo ignora a dimensão prática do fenômeno, conseqüentemente a conceituação da política utilizada para a análise do campo ambientalista resultando na redução da questão democrática a um enquadramento estreito, substancialista, intitulada democracia verde. A relação entre democracia e meio ambiente é formulada como inserção de tópicos ambientais nos debates públicos e nas estratégias de grupos organizados, decorrendo que a qualidade das instituições variaria conforme o nível de disseminação da “consciência

ecológica” entre os atores políticos ou sociais e os atores ambientais no processamento de conflitos ambientais. Desta forma, haveria apenas conflitos ambientais transitórios, pois que, uma vez esclarecidos, os atores passariam às práticas ambientalistas.

Assim, a percepção majoritária, a partir das diversas críticas, é a de que os atuais mecanismos de negociação ambiental são, ainda, incapazes de garantir as condições mínimas para lidar com a questão, pois não há uma abordagem sistêmica dos problemas ambientais que supere a natureza pontual das políticas públicas atuais e um estilo de resolução consensual dos conflitos ambientais capaz de produzir resultados consistentes (ALONSO e COSTA, 2000).

As câmaras de negociação e modalidades participativas de tomada de decisões para as questões ambientais apenas formalizam os procedimentos para a resolução de impasses, não produzindo uma solução, um consenso. Nestas instâncias, pessoas afetadas julgam a legitimidade das iniciativas segundo sua própria percepção subjetiva das consequências imediatas em sua vida. Nada garante que a participação da comunidade afetada ou dos órgãos de defesa do ambiente resulte em soluções que defendam o ambiente. O que leva a crer que os atores defendem seus interesses egoísticos imediatistas e não as reais questões constantes da utopia dos ambientalistas de outrora.

Esta perspectiva se apresenta pouco eficaz para responder às questões de governança e de participação impostas. A contaminação entre intérpretes da questão ambiental e militantes ambientalistas promoveu uma evidente vantagem dos sistemas participativos frente aos representativos de deliberação. Entretanto, a substituição do método representativo pelo o método participativo não garante que o funcionamento dos novos formatos institucionais de tomada de decisão em questões ambientais tenha a legitimidade que alardeiam.

Alonso e Costa (2000) defendem que a bibliografia a respeito da temática ambiental de modo geral, se ancora nos conceitos normativos preconcebidos, supondo uma correlação entre a preservação ambiental e participação, desconsiderando outras possibilidades. Recomendam o estudo empírico das instituições político-administrativas dos três poderes no sentido de se verificar se são capazes de solucionar conflitos ambientais e se os mecanismos de governança ambiental influem na definição das políticas públicas da área ambiental. Assim, concluem que:

[...] os mecanismos de governança ambiental falham tanto em eficácia quanto em legitimidade quando têm de lidar com diferenças de valores e interesses. Ao invés de consensos, geram conflitos. (2000, p. 122).

Como, por exemplo quando:

[...] Lula disse que estava insatisfeito com a gestão do órgão. Quando a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), mostrou-se preocupada com um possível pedido de demissão de um dos diretores do IBAMA, o presidente foi irônico. "Em vez de problema, talvez isso seja solução", afirmou. [...]

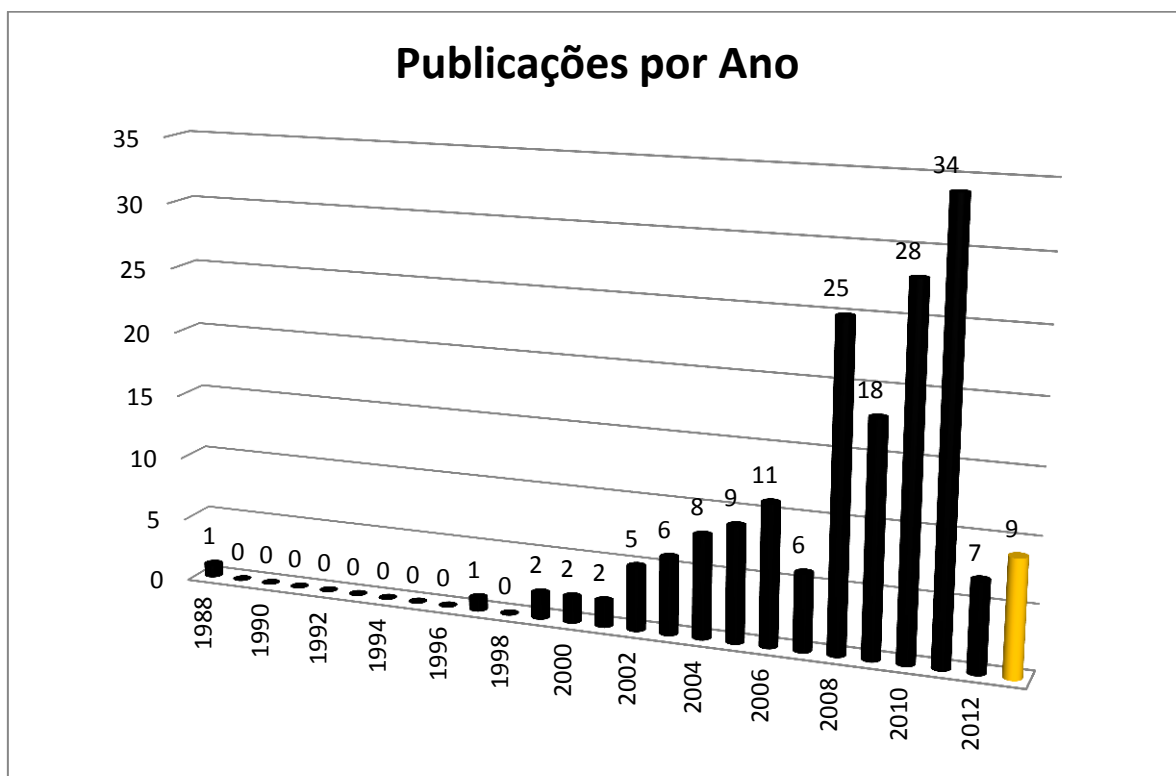
"Agora não pode por causa do bagre, aí jogam o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução", reclamou, em referência a um dos argumentos do IBAMA para barrar as usinas, que atrapalhariam a migração dos peixes. (LULA DA SILVA apud FERRARE, 2007)

Mais do que demonstrar a divergência entre governo e movimento ambiental, tais comentários salientam o descompasso entre o discurso simbólico ao qual se refere Bourdieu (2005) e a prática política.

O interesse por estudos sobre a temática conflito socioambiental, além de recente, como apresenta o gráfico 1, transcende as delimitações de uma única área de conhecimento, constituindo-se em um campo "multi, inter e transdisciplinar" (PATO, 2005; BARBIERI, 2004), tal sua complexidade. Em verdade, a preocupação dos problemas ambientais entrou nas agendas do "[...] *establishment* político e empresarial capitalista em menos de uma década porque, em síntese, a destruição ambiental compromete a reprodução do capital." (BARBANTI JR., 2002, p. 2).

Como resultado destes fatos, a produção científica a respeito do tema foi incrementada. Em recente levantamento constatou-se esta consequência conforme se demonstrado no gráfico 1.

**Grafico 1 - Produção científica no Brasil: Conflitos socioambientais.<sup>5</sup>**



Fonte: Zimmerli; et al, 2012, p.9

Este recente levantamento realizado para atualização da questão ao redor de conflitos socioambientais, constatou-se que, embora a temática seja transcendente, há uma quantidade significativa de trabalhos com abordagem na perspectiva legal, uma abordagem sob a ciência do Direito. Mesmo que isso seja fato, pode-se constatar também que a questão de conflitos socioambientais está adentrando nas publicações científicas, saindo da área agrária e sendo tratada pelas ciências sociais cada vez, com maior frequência. Deixa de ser uma questão ‘apenas’ ambiental, tratada pelas áreas de estudo de impactos, migrando para as áreas de geografia social, sociologia, administração, psicologia entre tantas outras, transcendendo uma única vertente. Isso fica patente na grande incidência da temática nos eventos dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ENANPPAS) conforme dados do quadro 1.

<sup>5</sup> Na base Google Acadêmico, onde em nove das obras não foi possível definir a data de produção.



**Quadro 1 - Distribuição das publicações por Mídia e Vínculo.**

EVENTO	Nº	VÍNCULO
ENANPPAS - Encontro Nacional Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade	26	ANPPAS
Seminário da GEOPLAN	4	UFSE
CONGRESSO DA SOBER	3	SOBER Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
Desenvolvimento e Meio Ambiente	3	UFPR
ENANPAD - Encontro Nacional Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração	3	ANPAD
Encontro da Rede de Estudos Rurais	3	UFCG – UF Campina Grande
Encontro Nacional do CONPEDI	3	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito no Brasil
RAP Revista de Administração Pública	3	FVG/EMBAPE
Revista Geográfica de América Central	3	Universidad Nacional de Costa Rica
Revista Rio de Janeiro	3	UERJ

Fonte: Zimmerli et al, 2012, p.12.

Outra constatação deste levantamento foi que, no Brasil, em relação às tendências teóricas, há uma sustentação bastante significativa nas obras do economista da UFRJ Henri Acselrad, referenciado mais de cem vezes pelos autores, com uma incidência significativa de seu trabalho ‘Conflitos ambientais no Brasil’. O trabalho do sociólogo Antônio Carlos S. Diegues (USP) e o antropólogo Paul Little (UNB), para citar apenas alguns, também muito referenciados corrobora com a transcendência da questão de conflitos socioambientais, assim como o envolvimento de instituições de renome no mundo acadêmico (ZIMMERLI et al, 2012).

Por outro lado, de conhecimento público, o célere crescimento demográfico, a migração urbana, o atual modelo econômico, que proporciona a expansão das riquezas e incentiva o consumismo nas pessoas, intensifica a problemática ambiental, o que, somado ao envolvimento da sociedade, deriva em conflito socioambiental.

A evolução e desenvolvimento do conhecimento em torno da temática ambiental, em especial no que tange a conflitos socioambientais, têm procurado abordagens que superem as origens distintas deste fenômeno. Estudar algo que seja socioambiental exige o diálogo entre os paradigmas que amparam as ciências

sociais e aqueles que amparam as ciências naturais, pois não se trata de estudar as dimensões ambiental ou a social separadas. Faz-se necessário encontrar uma abordagem que abarque simultaneamente estas dimensões. Desta necessidade, de se lidar com duas dimensões, a social e a biofísica, ciências com diferentes paradigmas: aqueles que balizam as ciências sociais e aqueles que balizam as ciências naturais. Nas palavras de Muniz (2000, p.20)

Se a análise social confronta o desafio de incorporar as dinâmicas do mundo biofísico dentro de sua prática, as ciências naturais enfrentam o desafio inverso: no seu entendimento dos distintos ciclos naturais teria que levar em conta o mundo humano e suas estruturas políticas e socioeconômicas.

Assim, consolida-se uma linha teórica denominada de Ecologia Política. Suas características superam estas limitações fronteiriças elencando como foco estudar as relações entre os atores, suas interações. Esta abordagem também se diferencia ao unir conceitos como marcos temporais e limitações geográficos distintos, adequados às dimensões estudadas (LITTLE, 2006). Desta forma tem-se que conflitos socioambientais são disputas entre grupos sociais, em função de seu relacionamento com a natureza e seus recursos.

Nesta perspectiva, Little (2001) classifica os conflitos socioambientais em três grupos:

- Quanto ao controle de recursos naturais: os recursos naturais são finitos e o controle sobre eles, seja geográfico (político, social ou jurídico) ou tecnológico é gerador de conflito.
- Quanto aos impactos ambientais e sociais gerados pelas ações antrópicas: conflitos gerados pela intervenção humana, geralmente em torno dos impactos consequentes, contaminação do meio ambiente, esgotamento de recursos, degradação de ecossistemas, etc.
- Quanto aos conhecimentos ambientais: conflitos gerados pelo uso dos conhecimentos ambientais, causados quando grupos sociais defendem o controle formal dos conhecimentos ambientais ou quando envolvem lugares sagrados.

Embora seja muito difícil delimitar rigidamente os conflitos socioambientais dentro desta tipificação, é possível que se identifique a maior incidência de um deles. Esta caracterização tem como objetivo facilitar a análise dos conflitos a fim de

definir suas melhores formas de manejo. Das várias formas de abordagens para manejo de conflitos, dentre eles, os socioambientais, Little (2001) delinea cinco tipos básicos de resolução, em uma escala de graduação mais conflituosa a menos conflituosa: de confrontação; de repressão; de manipulação política; de negociação/mediação e; de diálogo/cooperação.

Esta caracterização é mais adequada às abordagens objetivistas, que entendem o conflito na situação político-social e na estrutura da sociedade, pressupondo que o conflito existe independentemente da percepção dos atores. É uma visão em que os ganhos de uma classe significa as perdas de outra. (VARGAS, 2007).

Outra abordagem é a que entende o conflito como diferença de percepções e objetivos dos atores, frequentemente chamada de subjetivista “[...] que procura as explicações dos conflitos na percepção e incompatibilidade de objetivos entre as partes envolvidas.” (VARGAS, 2007, p.4), mais maleável à negociações.

Vargas (2007) concorda com uma linha teórica que sintetiza conflitos como consequência de uma ou da combinação possível de:

- 1- Conflito inserido nos assuntos da sociedade como consequência de percepções;
- 2- Conflito como uma forma não violenta de adquirir direitos e justiça social; e
- 3- Conflito como catalizador de mudança social.

Esta visão permite o tratamento dos conflitos em três formas:

- 1- De Gestão: abordagem que entende o conflito como resultado de percepções distintas, de valores e interesses dos atores ou grupos de atores. Subvencionada por uma visão realista da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos. Busca meios “[...] capazes de distribuir as perdas e os ganhos de forma equitativa. Ao se omitirem as causas subjacentes dos conflitos, procuram-se estratégias para atingir situações de ganho para todas as partes.”(2005, p.5). Esta abordagem usa técnicas de mediação e negociação, sendo interessante a participação de terceiros no processo. Outra característica desta

abordagem é a de não considerar a eliminação do conflito como essencial ao processo.

- 2- De Resolução: abordagem que entende o conflito como o resultado de necessidades humanas insatisfeitas. Esta abordagem se baseia na teoria das necessidades humanas se e utiliza da teoria dos jogos na busca de metodologias de resolução. Para Vargas (2007, p.6), a resolução dos conflitos “envolve formas mais processuais que coercitivas, [...] como formas de adensar o nível de comunicação e informação entre as partes.”. Mediante a assistência de terceiros, o objetivo é a busca conjunta de soluções e formas de promoção para a resolução do conflito.
- 3- De Transformação: abordagem que entende o conflito como como uma forma de luta não violenta em busca de justiça social. Lastra-se na teoria dos conflitos, assim considera todo o entorno do conflito, suas causas, as mudanças necessárias para sua resolução buscando ainda, promover ambiente cooperativo. Uma forma onde “grupos marginalizados social ou politicamente podem se mobilizar para dar visibilidade às suas reivindicações e procurar saídas às relações opressivas.” (VARGAS, p.6)

Esta visão visa superar as limitações das duas abordagens majoritárias até recentemente, a visão objetivista, que entende o conflito como diferenças estruturais e a abordagem subjetivista que compreende conflito como diferenças de percepções e incompatibilidade entre as partes envolvidas.

No quadro 2 é apresentado os elementos das Abordagens sobre conflitos socioambientais.

**Quadro 2 - Abordagem de Conflitos Socioambientais.**

	Conceito de Conflitos Socioambientais	Caracterização da Origem de conflitos	Formas de Manipulação
Abordagem Objetivista	Disputas entre grupos sociais, em função de seu relacionamento com a natureza e seus recursos.	Quanto ao controle de recursos naturais	Confrontação
		Quanto aos impactos ambientais e sociais gerados pelas ações antrópicas	Repressão
		Quanto aos conhecimentos ambientais	Manipulação política Negociação/Mediação Diálogo/Cooperação
Abordagem Subjetivista	Conflito como diferença de percepções e objetivos dos atores		
Abordagem Alternativa	Conflito inserido nos assuntos da sociedade como consequência de percepções		Gestão Resolução Transformação
	Conflito como uma forma não violenta de adquirir direitos e justiça social		
	Conflito como catalizador de mudança social.		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora a abordagem objetivista defenda suas formas de manipulação, como consta no quadro, e que de forma geral são as mesmas da abordagem subjetivista este estudo faz uma caracterização de origem dos conflitos se utilizando das justificativas da abordagem objetivista, com maior potencial para aplicação em termos empíricos e classifica a manipulação segundo a proposta mais abrangente de Vargas, aqui chamada de alternativa. Isto é possível se se partir do tratamento objetivista de ‘Negociação/Mediação’ ou de ‘Diálogo/Cooperação’.

## 2.4 Atores nos Conflitos Socioambientais

Este estudo se utiliza da designação ‘atores’ com o sentido definido por Dubar (2004), onde o ator é o sujeito de uma ação, racional, autônomo, munido de vontade própria, capaz de escolhas e de manipulação, não apenas se adaptando, mas se aproveitando das oportunidades disponíveis. Dubar (2004, pp.59-60) cita Crozier e Friedberque<sup>6</sup> em um estudo de 1977 que definem o ator nas ciências sociais pelo prisma estratégico, ou seja

<sup>6</sup> CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. L’acteur et le système. Paris: Seuil (Points), 1977.

[...] muito mais um constructo humano capaz de aproveitar as oportunidades, isto é, de desenvolver estratégias [...]. A expressão “humano” remete a uma forma particular [...] de construção social: trata-se da inserção de um ator, que não se reduz a um indivíduo, em um “contexto organizacional” que será redefinido como “sistema de ação concreta”. Se não existe ator sem sistema, também não existe sistema sem atores sociais que o definam como um conjunto de relações de poder entre atores.(p.59-60)

Esclarecido o emprego nominal de ator, segue-se na afirmação de Nascimento para quem “[...] todo conflito reúne um conjunto de atores que se posicionam e se dispõem diferentemente entre si, articulam-se ou se opõem. [...] Nunca estão estáticos, e nem sempre perceptíveis em seus movimentos.” (2001, p. 95). O referido autor defende ainda que “Os atores podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações de identidade própria, reconhecidos por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação.” (2001, p. 95).

Nas questões ambientais, Bredariol, (2001, p.3) define que:

O movimento ecológico, hoje em grande parte representado através de organizações não governamentais, tende a se dividir entre aquelas entidades que se profissionalizam e assumem papéis de prestação de serviços de interesse público e aquelas que permanecem no campo da contestação e da defesa de interesses gerais ou caso a caso.

Evidentemente, os atores mudam segundo a natureza dos conflitos, se são de ordem econômica, administrativa, ideológica, enfim, a cada caso há atores diferentes. No Quadro 3 são apresentadas estas duas classificações em relação a atores enquanto promotores de ações sociais.

**Quadro 3 – Classificação dos Atores: Características e Posicionamento.**

Características entre atores (VARGAS, 2007)	Diferenças no nível de informação
	Diferenças de recursos e poder
	Diferenças nos aspectos culturais
Posicionamento dos atores (NASCIMENTO, 2001)	Promoção
	Apoio
	Neutralidade
	Oposição
	Veto

Fonte: Adaptado de Vargas (2007) e Nascimento (2001).

Para entender, mediar ou arbitrar os conflitos é imprescindível a identificação dos atores envolvidos. Para Vargas (2007) os atores apresentam três características diversas: 1. Diferenças no nível de conhecimento e informação; 2. Diferenças de recursos e de poder; 3. Diferenças nos aspectos culturais. Por sua vez, Nascimento afirma que “[...] os atores não têm apenas interesses distintos quando se encontram em conflito, mas também sentimentos, percepções e racionalidades diferentes.” (2001, p. 95). Distinguindo os atores segundo seu posicionamento frente aos conflitos: 1. Promoção, quando estão se movem para um determinado resultado; 2. Apoio, quando têm posicionamento favorável a um resultado; 3. Neutralidade, quando não se posicionam em favor de ninguém; 4. Oposição, quando não se dispõem a aceitar um resultado; e 5. Veto, quando se utilizam de todos os recursos para que um resultado não ocorra.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa considerou o fenômeno segundo a posição dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais, portanto, partiu da concepção que defende que os indivíduos desenvolvem significados de suas experiências (CRESWEL, 2010). Com isto, utiliza-se do paradigma fenomenológico, o que remete a uma pesquisa qualitativa. Partiu-se do pressuposto de que o mundo social é relativista, portanto, entendido a partir da compreensão dos indivíduos envolvidos nas situações estudadas (VERGARA, 2005).

Quanto aos fins da pesquisa, adotou-se uma postura descritiva uma vez que o intento é expor as características dos fenômenos (GIL, 2006) e se utilizou, majoritariamente, das técnicas da pesquisa documental com análise de conteúdo.

Flick cita Wolff<sup>7</sup> para definir documentos na forma como são entendidos na maioria das vezes:

Documentos são artefatos padronizados na medida em que ocorrem tipicamente em formatos como: notas, relatórios de caso, contratos, rascunhos, certidões de óbito, anotações, diários, estatísticas, certidões, sentenças, cartas, ou pareceres de especialistas. (2009, p. 231).

Flick acrescenta a esta definição o dinamismo de Prior<sup>8</sup> quando o mesmo diz que documentos não são “[...] artefatos estáveis, estáticos e pré-definidos. Ao invés disso, devemos considerá-los em termos de campos, de estruturas e de redes de ação.” (2009, p. 231). Portanto esses são os documentos nos quais se buscou as informações dos conflitos socioambientais inerentes à construção das hidrelétricas do rio Madeira.

#### 3.1 Caracterização da Pesquisa

O entendimento atual de conflito não é uno, possui uma gama de visões, conceituações e abordagens, trazendo uma dificuldade para uma organização teórica dos mesmos. Considerou-se neste estudo que os conflitos são passíveis de manejo (VARGAS, 2007) e, é obvio, que para que isso seja possível é primordial a compreensão dos mesmos.

<sup>7</sup> WOLFF, S. Analysis of documents and records. In FLICK, U; KARDORFF, E; STEIKE, I (eds). **A companion to qualitative research**. London: SAGE, 2004, p.284-290.

<sup>8</sup> PRIOR, L. **Using documents in social research**. London: SAGE, 2003.



Partiu-se de um roteiro inicial comum, convencional aos manuais de mediação: caracterização macro das questões ambientais do evento, identificação dos atores e as relações entre eles, e completou-se estudando seus principais movimentos e as instâncias de negociação que se constituíram.

Na perspectiva macro quanto à origem caracterizou-se os conflitos em três categorias seguindo o proposto por Little (2001):

- Conflitos originados por questões de controle dos recursos naturais;
- Conflitos gerados a partir de impactos ambientais causados por ações antrópicas;
- Conflitos causados por desnível de conhecimentos ambientais.

Quanto à abordagem estratégica ou o tratamento utilizado, foram distinguidos, conforme Vargas (2007), aqueles em que se utilizou a:

- Gestão do conflito;
- Resolução do conflito ou
- Transformação do conflito

Finalmente, após essa identificação os atores foram classificados enquanto ao seu posicionamento utilizando-se o proposto por Nascimento (2001):

- Promoção
- Apoio
- Neutralidade
- Oposição
- Veto

### **3.2 Fonte dos Dados e Universo dos Documentos**

Ao todo, foram localizados mais de 600 documentos. Foram selecionados aqueles que continham informações relevantes sobre o estudo proposto. Levantados os documentos de maior relevância para o estudo, em grande parte encontrada na biblioteca eletrônica do Ministério Público, ator denominador comum na lide dos conflitos socioambientais, sítios do IBAMA, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Plataforma DHESCA, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, , Câmara Federal, entre outros, e em sítios dos atores envolvidos nos conflitos como do Movimento dos Atingidos por

Barragens ( MAB), Amigos da Terra, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), entre outros, perfazendo um total de 205 documentos.

A envergadura das obras originou a produção de trabalhos científicos, relatórios de atores, documentos oficiais do Ministério Público, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), o Estudo de Impactos Ambientais Ambiente (EIA), o Relatório dos Impactos ao Meio Ambiente (RIMA), atas de reuniões, atas das audiências públicas, informes nas mídias, impressa e áudio visual, da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Câmara dos Deputados, ações na Assembleia Legislativa do Estado, e de documentos públicos dos atores de forma geral, como manifestos, cartas e fotografias. Este acervo foi aceito após pré-análise de sua autenticidade, representatividade, credibilidade e significação (SCOTT<sup>9</sup> apud FLICK, 2009).

A relação de documentos analisados consta do Apêndice A. O universo de documentos se resume em:

- Relatórios de Análises do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia;
- Pareceres técnicos;
- Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), manifestos, cartas, moções, informativos, cartilhas, atas de audiências, etc.

### **3.3 Organização e Análise dos Dados**

As análises dos dados coletados tiveram como finalidade responder às necessidades interpretativas dos objetivos desta pesquisa, ou seja, classificar os conflitos socioambientais, após uma descrição sumária dos mesmos e seus atores. Para tanto, foi desenvolvido esquema de caracterização dos conflitos socioambientais e de classificação e posicionamento dos atores envolvidos. Neste processo também foram identificadas parte das relações dos atores entre si, suas percepções e pretensões.

---

<sup>9</sup> SCOTT, J. A matter of record – documentary sources in social research. Cambridge: Polity, 2003.

Para caracterização dos conflitos foi tomada como base as argumentações de Little (2001) no que tange às suas origens e de Vargas (2007) no que tange às estratégias de tratamento.

Para classificação e posicionamento dos atores envolvidos foi utilizado como suporte os estudos de Vargas (2007) e Nascimento (2001) respectivamente.

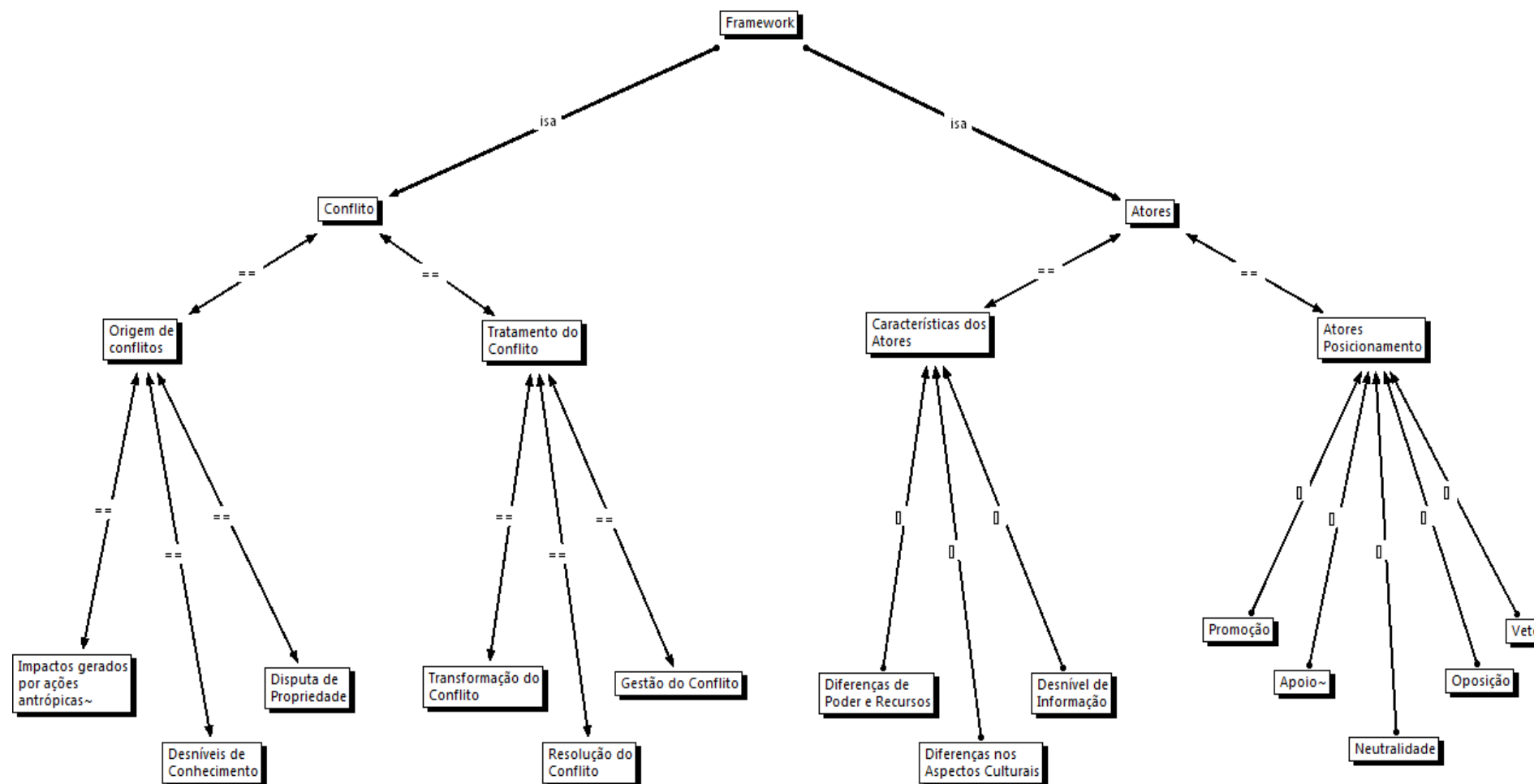
No quadro 3 e na figura 2 é apresentado o esquema desenvolvido e utilizado análise dos dados a partir da discussão constante no Capítulo 2.

**Quadro 3 - Esquema de Caracterização dos conflitos socioambientais**

Conflito	Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)			Atores	Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
	Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimentos Ambientais	Gestão	Resolução	Transformação		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto

Fonte: Adaptação de Little (2001); Vargas (2007) e Nascimento (2001)

**Figura 2 - Esquema de Caracterização dos Conflitos Socioambientais e Classificação dos Atores.**



Fonte: Adaptação de Little (2001); Vargas (2007) e Nascimento (2001)

Os documentos foram tratados por meio dos *softwares* Atlas.ti 6 da Scientific Software Development e do Microsoft Excel 2010 de forma a organizar os resultados para melhor análise. Considerando que o processo de busca por palavras chave nos documentos demandava 27 minutos por processo, por questões dinâmicas, alguns documentos não foram tratados pelo Atlas, sendo tratados manualmente e os resultados registrados no *software* EXCEL.

A fase inicial do processo partiu da identificação dos atores e, para isso, elencou-se os documentos de diagnóstico, EIA/RIMA, os estudos de avaliação destes documentos realizados por pesquisadores, os documentos das agências reguladoras IPHAN, IBAMA, FUNAI e dos órgãos de fiscalização Assembleia Legislativa e Ministério Público. Partiu-se do pressuposto que neles estariam contidos a maioria os atores inerentes ao processo. Estes documentos iniciais foram lidos e selecionados os atores identificados. Nesse processo as ferramentas de análise de conteúdo foram de pouca valia uma vez que não se tinha um rol de atores inicial que poderia gerar uma busca por palavras-chave dos softwares.

Dada a origem diversa dos documentos, não foi possível utilizar-se da busca automática de palavras chave nos procedimentos de análise, sendo necessária a leitura do documento, interpretação e a partir daí, elencar a categoria ou característica mais adequadas à situação. Desta forma na ferramenta Atlas criou-se os seguintes *codes*:

Para identificação de atores:

### **Atores**

Após a identificação dos atores nos documentos preliminares, chegou-se a um número superior a 250 atores, desta forma, por terem características similares, foram agrupados em 62 grupos distintos:

ATOR: Ribeirinhos  
 ATOR: Agricultor  
 ATOR: Extrativista  
 ATOR: Pescador  
 ATOR: Assentados  
 ATOR: Associação Kanindé  
 ATOR: Campesinos  
 ATOR: Colonos  
 ATOR: Etnias  
 ATOR: Fazendeiro/Pecuarista  
 ATOR: Garimpeiro  
 ATOR: MAB  
 ATOR: Núcleos Urbanos  
 ATOR: ONG's; OSCIP's;  
 Movimentos e Fóruns  
 ATOR: Org Ambientalistas  
 ATOR: Org Confessionais  
 ATOR: Pescador Prof  
 ATOR: Reassentados  
  
 ATOR: Conhecimento  
 ATOR: Pesquisadores - Academia  
 ATOR: Pesquisadores - Consultores  
  
 ATOR: Representativos  
 ATOR: de Capital  
 ATOR: Laboral  
 ATOR: Técnico  
  
 ATOR: Organizações  
 ATOR: Construtor  
 ATOR: Gerador de Energia  
 ATOR: Financeiros  
  
 ATOR: Agências Reguladores  
 ATOR: ALE  
 ATOR: ANA  
 ATOR: ANEEL  
 ATOR: CÂMARA DOS DEPUTADOS  
 ATOR: CONAMA  
 ATOR: FUNAI

ATOR: União  
 ATOR: AGU  
 ATOR: MC  
 ATOR: MDA  
 ATOR: MMA  
 ATOR: MME  
 ATOR: MPA  
 ATOR: MS  
 ATOR: MT  
 ATOR: MTIS  
 ATOR: SEDAM  
 ATOR: SESAU  
  
 ATOR: Estado  
 ATOR: Coord. Estadual de Defesa Civil  
 ATOR: SEDAM  
 ATOR: SESAU  
  
 ATOR: Município  
 ATOR: Coord. Municipal de Defesa Civil  
  
 ATOR: Fiscais do Direito  
 ATOR: MJ  
 ATOR: MP  
 ATOR: TCU  
 ATOR: Internacional  
 ATOR: Externo  
 ATOR: Interno  
 ATOR: Ligas e Coalisões

Para classificação do posicionamento dos atores foi criado 6 *codes*:

Atores Posicionamento Apoio Promoção Neutralidade Oposição Veto
--

Para classificação dos atores, 3 *codes*:

Diferenças nos Aspectos Culturais Diferenças de Poder e Recursos Desnível de Informação
---

Para caracterização dos Conflitos quanto a origem, 4 *codes*:

Origem de conflitos Disputa de Propriedade Impactos gerados por ações antrópicas Desníveis de Conhecimento
---

Para caracterização de Tratamento dos conflitos, 4 *codes*:

Tratamento do Conflito Resolução do Conflito Gestão do Conflito Transformação do Conflito
--

Por fim, foram criados outros *codes* para auxílio da ferramenta como arcabouço de fontes para elaboração do relatório, em um total de 28 *codes*:

Audiências Públicas Características dos Atores Citações a aproveitar Compensação Conflito Conflito Internacional Conflitos a Jusante Conflitos a Montante Diagnóstico EFMM Etno Cultural Histórico Impacto Indenização	Indígenas Licenças Histórico e Características Licenciamento Mitigar, mitiguem, mitigação Mobilidade populacional Movimentação dos atores Programa de Remanejamento da População Atingida Reassentamento Centros Urbanos Reassentamento Colônias Relocação Socioambiental Status quo Triângulo
---	---

A somatória destes *codes* é irrelevante para a análise proposta neste estudo, mas perfazem 106 unidades.

Há documentos incompatíveis com o *software* Atlas, pois a versão utilizada Ti 6, não aceita textos em world, e arquivos pdf provenientes de imagens. Desta forma, estes foram tratados de maneira mais convencional, sendo destacados, editados e lançados em planilha Excel para aproveitamento.

Identificados os autores, foi iniciada uma busca eletrônica utilizando-se como palavras chave o nome dos atores, características dos mesmos, movimentações destes, processos, impactos ambientais identificados no processo inicial acima descrito. Esta busca foi feita pela ferramenta Google e os documentos localizados foram classificados descartando-se documentos que não atendessem os preceitos de Flick (2009). Desta busca, foi executada outra análise com o intuito de identificar os conflitos macro pleiteado neste estudo.

Assim, identificados os conflitos, estes foram descritos de forma sumária, indicadas as ocorrências das movimentações mais significativas dos atores obedecendo, dentro do possível, um formato de linha do tempo. Este arcabouço permitiu o preenchimento dos dados objetivados, quais sejam:

- Identificar os atores, suas características e posicionamento.
- Identificar os meios de organização e as estruturas de mobilização utilizadas pelos atores envolvidos nas questões ambientais e sociais inerentes à construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e do Jirau no rio Madeira.



- Caracterizar os conflitos socioambientais segundo suas propriedades, o tratamento utilizado para sua resolução e seu *status quo* em março de 2012.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE

Para que se entenda o contexto do posicionamento dos atores objetos deste estudo, vale esclarecer que o Complexo do Madeira, que é parte de um projeto promovido pela Iniciativa Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), programa conjunto de 12 governos da América do Sul criado em 2000 em Brasília, também faz parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), portanto é compreensivo que o governo brasileiro apoie a sua execução. O não é compreensivo é que órgãos de regulação e fiscalização instituídos para defesa dos direitos do povo flexibilizem suas determinações para desobstruir a agenda político energética.

Ainda nesta contextualização, deve-se considerar que a Constituição e a atual consciência ambiental defendem o ambiente e os direitos da sociedade brasileira<sup>10</sup>.

A participação popular foi expressamente definida no Princípio 10 da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972 e reafirmada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992 (BRASIL MMA, 1992). Aborda que a sociedade pode e deve se manifestar tendo sua participação garantida nas questões relativas à manutenção do meio ambiente, sendo inclusive uma das diretrizes da construção da Agenda 21, que defende a participação efetiva da sociedade como agente interessada de modo a reforçar a transparência e a democracia necessária à sustentabilidade. Com a popularização das causas ambientais a participação popular vai se mostrando mais efetiva em especial quanto “[...] à preservação do meio ambiente que ainda resta e à tentativa de restaurar o que já não se possui.” (BENITES, M. N. A.; MAGANHINI, T.B., 2011, p.3).

Desta forma, em termos empíricos, um empreendimento de envergadura necessita cumprir um processo designado de ‘Licenciamento’ que tem um ritual complexo e de difícil compreensão para leigos. Em palavras rápidas, há o envolvimento de diversas agências, autarquias e instituições governamentais, o que

---

<sup>10</sup> Resolução nº. 001/86 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1986), criou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – um instrumento que visa à preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. O art. 11, § 2º da mesma Resolução, o CONAMA definiu as audiências públicas como informação a toda sociedade sobre os projetos e seus impactos ambientais; também a discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

significa uma diversidade de interesses, requerendo um jogo político complexo. Este processo se inicia com a autorização do Estudo de Inventário do campo a ser afetado, o que neste caso específico, significa da bacia hidrográfica do rio Madeira, a análise dos impactos sociais e ambientais possíveis, os programas de mitigação e de compensação dos impactos inevitáveis consequentes das ações antrópicas, sejam antes, durante ou depois destas e finalmente as licenças. Isto se resume em etapas, a saber:

1. Estudo de Inventário (EI) da bacia hidrográfica a ser aproveitada;
2. Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), executado depois de aprovado o EI;
3. EVTE deve ser aprovado pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por se tratar de uma hidrelétrica, que uma vez aprovando o projeto deve ser enviado ao:
4. Tribunal de Contas da União (TCU) para análise e, posteriormente, ao:
5. IBAMA para condução do processo de licenciamento e elaboração do:
6. Termo de Referência (TR) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Processo longo e dispendioso de reunião de informações para possibilitar uma análise do quadro e, uma vez satisfeito com as informações o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) disponibiliza os resultados à sociedade ao mesmo tempo em que emite o:
7. Edital de Audiência Pública no Diário Oficial da União (DOU), onde a sociedade se manifesta e entrega suas contribuições.<sup>11</sup> Uma equipe técnica analisa o EIA e o RIMA, as agregações das audiências públicas realizadas e emite um parecer conclusivo posicionando-se quanto a viabilidade do projeto. Se o projeto for viável, ainda que com condicionantes, é concedida a:
8. Licença Prévia (LP). A partir daqui é elaborado o Edital de Licitação e realizado o Leilão Público e, conhecido o vencedor, este elaborará o Projeto Básico Ambiental (PBA) onde constarão os detalhes dos programas de mitigação dos impactos sociais e ambientais levantados

---

<sup>11</sup> Resolução nº. 001/86 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1986), No art. 11, § 2º o CONAMA definiu as audiências públicas como informação a toda sociedade sobre os projetos e seus impactos ambientais; também a discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

nos EIA e o RIMA, que deve ser analisado e aprovado pelo IBAMA que deve constatar se as possíveis condicionantes da LP foram satisfeitas e emitir a:

9. Licença de Instalação (LI). Esta licença autoriza a execução das obras que será acompanhada pelos órgãos competentes, assim como os programas e os condicionantes determinados. Cumpridos todos os quesitos e o cronograma é então emitida a:
10. Licença de Operação (LO) que autoriza a operação do empreendimento, a qual ainda está condicionada ao cumprimento dos programas e ações previstos e firmados durante as licenças anteriores.

Assim o arcabouço institucional permite que sociedade se una em defesa de “[...] um direito fundamental coletivo – o meio ambiente ecologicamente equilibrado.” (BENITES; MAGANHINI, 2011, p.3). O levantamento dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais inerentes à construção do Complexo do Madeira, mais especificamente das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau no Rio Madeira em Porto Velho/RO foi obtido a partir de documentos disponíveis na mídia internet constantes em sítio eletrônicos oficiais de instituições reconhecidas, como o do Ministério Público do Estado de Rondônia, do IBAMA, da Assembleia Legislativa, do Movimento dos Atingidos por Barragens, Amigos da Terra, e de trabalhos científicos de pesquisadores ligados a instituições acadêmicas. A sociedade se manifesta a partir dos seus atores. Estes atores são oriundos de diversos espaços e interesses sociais - famílias diretamente afetadas pelo impacto ambiental negativo, ambientalistas, pesquisadores, instituições acadêmicas, sindicatos, associações, organizações não-governamentais, entidades ecumênicas – e se manifestaram em forma de campanhas, movimentos, fóruns, monções e cartas abertas. A quantidade significativa destes atores nos remete à inserção do tema no cotidiano da sociedade e no decorrer deste estudo mostra também que a mobilização dos opositores à implantação da UHEs, foi mais massivo e ativo em seu início, quando da movimentação em torno do impedimento das obras.

Nesta fase foram organizadas grandes mobilizações em defesa e veto à construção das UHEs. Os recursos de promotores e de opositores foram envidados de forma a mobilizar a sociedade como um todo, em especial a sociedade de Porto Velho.

Os resultados giram em torno de poucos conflitos macros que se desdobram em outros conflitos que não foram contemplados nesta etapa de estudo, sendo o maior deles o conflito gerado a partir da solicitação do Licenciamento do empreendimento, e frente aos resultados deste estudo, podemos citar este como o primeiro conflito socioambiental de proporção relacionado com a implantação de duas grandes obras no Rio Madeira, o Conflito do Licenciamento.

#### **4.1 Conflito do Licenciamento**

Embora o projeto para construção do Complexo do Rio Madeira tenha se iniciado em 2003, foi em dezembro de 2005, com a apresentação dos estudos preliminares que a sociedade acabou por ter acesso às informações neles contidas e a partir daí, seja pela sociedade que entendeu a realidade da obra, seja pela conscientização dos mais diretamente afetados, os atores se movimentaram mais expressivamente. Aqueles com menor representatividade acabaram por se agregar à organizações mais experientes nessas questões, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Amigos da Terra, Rede Rios Vivos, que têm ligações internacionais; organizações confessionais como o Conselho Indígena Missionário - CIMI e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas ao Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também com experiência e apoio internacional; e, indiretamente, instituições acadêmicas, a partir de seus pesquisadores.

Desta forma, em janeiro de 2006, ONG's e outros atores iniciaram sua organização planejada de modo a elaborar uma frente de veto à construção das usinas culminando, dois meses após a divulgação dos estudos, em 22 de fevereiro, com o lançamento, por uma coalizão, da campanha Viva o Rio Madeira Vivo, por meio da divulgação e distribuição da 'Cartilha Viva o Rio Madeira Vivo, diga não às usinas do Madeira'. Esta cartilha se caracteriza como o primeiro grande movimento de oposição à construção das obras. Foi produzida por pesquisador ligado à Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com apoio de Global Greengrants Fund (GGF); Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA); Fundação Heinrich Böll; Internacional River Network (IRN) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a adesão do Fórum de debates sobre energia de Rondônia (FOREN); Grupo de Pesquisa em Energia Renovável e Sustentável da UNIR (GPERS); Associação de Defesa Etno-Ambiental KANINDÉ; Grupo de trabalho Amazônico (GTA); MAB; Conselho

Indigenista Missionário (CIMI); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR); Centro de Pesquisas Subaquáticas da Amazônia RIOTERRA; GT ENERGIA/Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS); GT/ÁGUA; Rede Brasileira pela Integração Povos (REBRIP) (MORET, 2005). A Global Greengrants Fund (GGF)<sup>12</sup> é uma fundação americana que tem a finalidade de financiar pequenos projetos de minorias de forma a promover a democracia, inclusão social e erradicação da pobreza, tem um braço no Brasil a partir do Centro de Apoio Sócio-Ambiental (CASA)<sup>13</sup> que tem os mesmos objetivos declarados em seu sítio eletrônico; a Fundação Heirich Böll<sup>14</sup> é uma organização sediada na Alemanha e informa em seu sítio eletrônico patrocinar a partir de parceiros, projetos que estejam dentro de um dos dois eixos programáticos: Direitos Humanos e Sustentabilidade, este último com ênfase na Amazônia, modelo energético alternativo e fortalecimento das sociedades civis; a International River Network (IRN)<sup>15</sup> uma rede internacional que anuncia em seu sítio eletrônico estar focada nas regiões da África, Ásia e América Latina, intermedia e advoga em favor das minorias junto a bancos, governos organizações e agências internacionais contra barragens e nas questões das políticas da água, clima e de energia. Finalizando a campanha teve também o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>16</sup> que, dentro de seus eixos Terra, Água e Direitos, historicamente, defende minorias.

Esta campanha, Viva o Rio Madeira Vivo, foi operacionalizada com o apoio do FOREN que é composto pelo Grupo de Pesquisa em Energia Renovável e Sustentável da Universidade Federal de Rondônia (GPERS-UNIR), pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CPT, pela OSCIP ambientalista Kanindé, pela rede GTA, pela Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), pela OSCIP Rio Terra e, finalmente, pelo MAB. (BRIANEZI, Thaís, 2006).

O GPERS-UNIR, como o próprio nome sugere, está ligado a pesquisadores da maior Instituição de educação do Estado, o CIMI e CPT já foram qualificados, a OSCIP Kanindé, fundada em 1992 por pessoas ligadas o povo indígena Uru-eu-wau-wau e hoje, tem ligações internacionais e está envolvida nas questões

<sup>12</sup> <http://www.greengrants.org/>

<sup>13</sup> <http://www.casa.org.br/pt/>

<sup>14</sup> <http://www.boell-latinoamerica.org/web/133-540.html>

<sup>15</sup> <http://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/about-international-rivers-3679>

<sup>16</sup> <http://www.cnbbn2.org.br/2012/index.php/pastorais-e-organismos/organismos/comissao-pastoral-da-terra>

indígenas como um todo; já o GTA<sup>17</sup>, também formado em 1992 é composto, segundo seu sítio eletrônico por

[...] 18 coletivos regionais em nove estados brasileiros [...] envolvendo mais de 600 entidades representativas de agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras de côco (sic) babaçu, pescadores, ribeirinhos e entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de direitos humanos.

criada em defesa e desenvolvimento dos povos da floresta. Há ainda a OSR, representante dos seringueiros, extrativistas de látex do Estado de Rondônia, fundada em 1990, luta pela classe e hoje também pela preservação das Reservas Extrativistas (RESEX), alvo de invasões de madeireiros e pescadores (CAMPANA, Ana, 2012). Continuando, a OSCIP Rio Terra - Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia<sup>18</sup>, filiada às redes The Global Compact, Fórum Amazônia Sustentável, Rede de Sementes da Amazônia e o GTA, criada em 1999 em seu sítio eletrônico defende a associação da tecnologia e do desenvolvimento de forma a fortalecer o capital social amazônico. Finalmente o MAB que faz parte de um movimento internacional contra a construção de grandes barragens, surge no Brasil a partir da década de setenta e em Rondônia (MABRO) a partir de março de 1991 pelos grupos atingidos pela UEH de Ji-Paraná, incentivada pelas igrejas católica e luterana agregava índios e ribeirinhos agricultores, pescadores, seringueiros e outros. Após o cancelamento da construção daquela usina pelo governo federal em 1993 o MABRO foi se desarticulando, se revitalizando em torno das questões do Complexo do Madeira dez anos depois, com a designação de MAB assumida desde 1997. (FOSCHIERA, 2009).

A esta campanha se agregaram muitos movimentos unindo várias representações, todos envidando o veto das obras, mobilizações estas que se arrefeceram quando da emissão da Licença de Provisória (LP) em 9 de julho de 2007 e mais ainda quando da emissão da Licença de Instalação (LI) em dezembro do mesmo ano.

Esta campanha conta com um sítio eletrônico<sup>19</sup> que posta em suas 'Últimas Notícias' um *post* de 25 de junho de 2007, ou seja, dias antes da emissão da Licença Prévia pelo Ministério do Meio Ambiente demonstrando, como constatado durante a construção deste texto, que foi um duro golpe no ânimo e na

<sup>17</sup> <http://www.gta.org.br/quem-somos/>

<sup>18</sup> <http://www.rioterra.org.br/quem-somos/>

<sup>19</sup> [www.riomadeiravivo.org/](http://www.riomadeiravivo.org/)

movimentação dos opositores à construção, de onde é possível constatar que o posicionamento dos atores opositores era de veto e não tinham outras reivindicações. Após a emissão da LP até a LI a movimentação se concentrava em reverter a primeira como concordam Sônia Amorim et al. (AMORIM, S; OLIVEIRA, A J; VEIGA, J P C; ONUKI J, sd, p.15):

Em sintonia com o diagnóstico traçado, severamente negativo do ponto de vista dos impactos socioambientais, os movimentos sociais organizados adotaram uma postura inflexível e sistematicamente contrária à concessão do licenciamento ambiental. Não se tratava de estudar a imposição de medidas mitigatórias à construção e à operação de usinas, bem como suas externalidades negativas. Ao contrário, a tônica era a de vetar por completo a concessão. Com esse fito, ações populares (ações civis públicas) foram impetradas junto ao Ministério Público Federal (MP). Uma vez tendo perdido essa batalha, com a expedição do licenciamento, a estratégia dominante desses movimentos organizados passou a ser a de tentar reverter a decisão. A insistência na revogação do licenciamento mostra que a margem de acomodação de interesses desses atores ao longo do processo de negociação era nula, prevalecendo puras posturas de veto.

Em tempo, há, ainda, postagens desta campanha nos sítios eletrônicos do *youtube.com*<sup>20</sup> e da rede Rios Vivos<sup>21</sup>, datadas novembro de 2009 e de fevereiro de 2011 respectivamente.

Retornando, após o lançamento da Cartilha outros atores foram se apresentando e aderindo ao processo, que teve seus momentos mais intensos perto da emissão das audiências que antecedem a LP e deste período até a emissão da LI.

No levantamento executado foram identificados os atores e pelo seu número foram agrupados de forma a facilitar o entendimento. Este formato se justifica uma vez que as movimentações foram executadas em consonância com pares, assim tem-se conforme quadro 3 e figura 4:

---

<sup>20</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=cP91D3Uh00Y>

<sup>21</sup> <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=485&mat=14719>



**Quadro 4 - Grupos de atores identificados no Conflito do Licenciamento do AHE de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.**

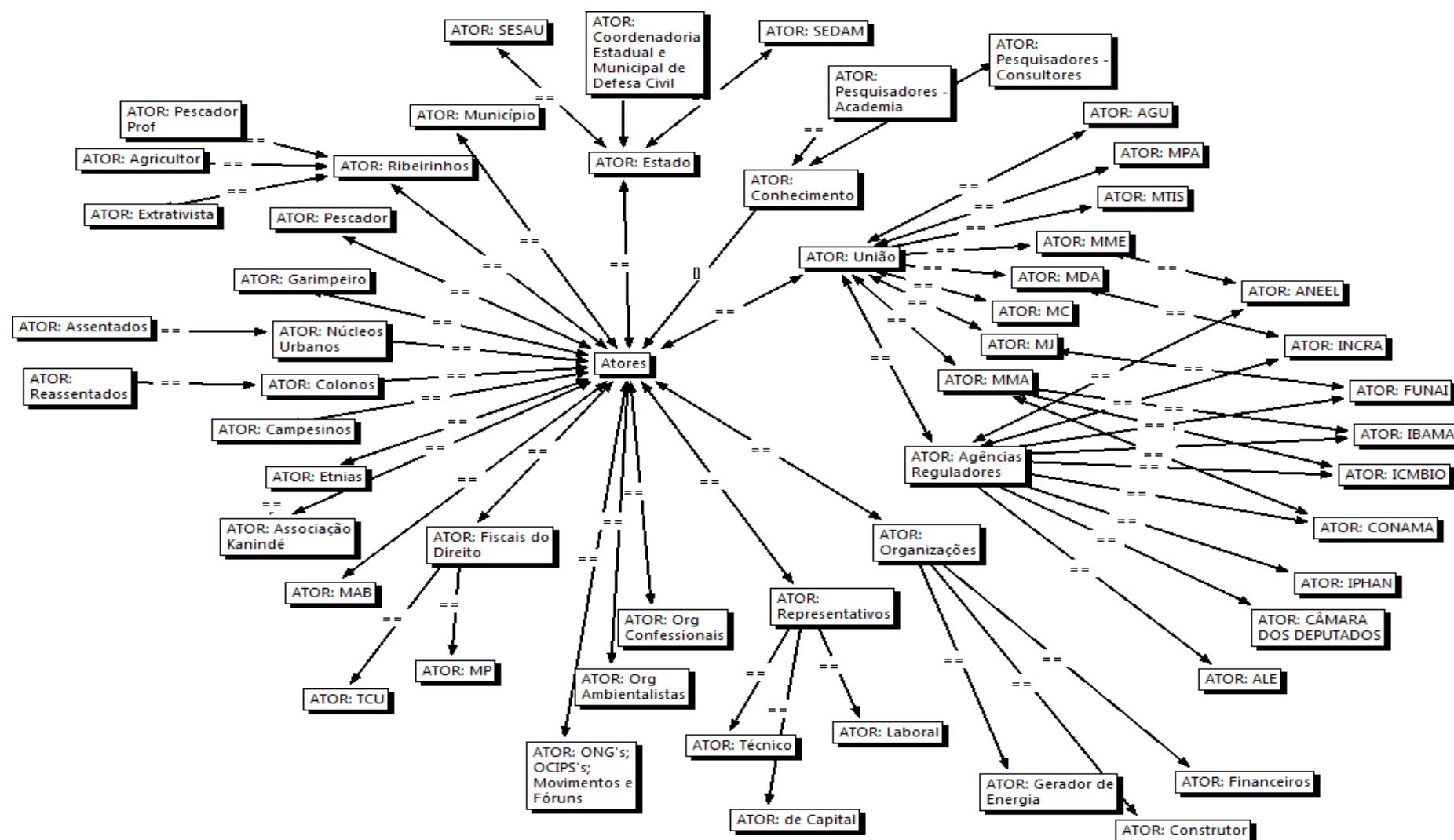
Grupos	Subgrupos	Descrição
Ribeirinhos	Agricultores familiares	Moradores de beira de rio que praticam agricultura familiar.
	Pescadores artesanais	Moradores de beira de rio que praticam pesca artesanal.
	Extrativistas	Extrativistas vegetais.
Garimpeiros		Extrativistas errantes de minério.
Fazendeiro, Pecuarista		Grandes agricultores ou pecuaristas.
Pescador Empresário		Profissional pescador empresário.
Núcleos Urbanos		Comunidades ribeirinhas.
	Assentados	Comunidades ribeirinhas relocadas.
Colonos		Comunidades de assentamento do INCRA.
	Reassentados	Comunidades de assentamento do INCRA relocados.
Campeiros		Neste estudo convencionamos classificar de campeiros os povos da terra situados fora das fronteiras brasileiras.
Minorias Étnicas		Povos indígenas e quilombolas.
Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental		Ator destacado em razão por protagonizar diversos movimentos.
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens		Pela mesma razão, o destaque se deve ao fato de estar constantemente presente nos movimentos além de se protagonista ou aglutinador em várias ocasiões.
ONG, OSCIPS, Movimentos e Redes		Organizações não governamentais, movimentos ou fóruns de coalisão entre ONG's de classes em prol de um objetivo, redes permanentes de atores.
Organizações Confessionais		Organizações ligadas à igrejas. No caso deste estudo, em sua grande maioria, ligadas à CNBB.
Organizações Ambientalistas		Organizações não representativas de classes, com cunho de defesa genérica do ambiente, em sua maioria preservacionistas.
Órgão de Representação	Laboral	Representante de trabalhadores laborais.
	De Capital	Representante de classes empresariais.
	Técnica	Representante de classes profissionais.
Órgão de Conhecimento	Acadêmico	Organizações acadêmicas, pesquisadores.
	Consultoria	Organizações de consultoria, consultores.
Mega Organizações	Construtores	Construtoras, consórcios de construtoras.
	Energia	Geradores ou distribuidores de energia.
	Financiadores	Órgãos de fomento, bancos, financeiras.
Agências	IBAMA	Órgão fiscal e regulador do meio ambiente.
	ICMBIO	Órgão fiscal e regulador das Reservas Extrativistas.
	CONAMA	Órgão normativo do meio ambiente.
	INCRA	Autarquia ligada ao desenvolvimento agrário.
	FUNAI	Fundação fiscal de proteção aos povos indígenas.
	IPHAN	Instituto regulador e fiscal de patrimônio cultural.
	ANA	Agência reguladora das questões ligadas à água.
	ANEEL	Agência reguladora das questões ligadas à energia.
	ALE	Comissão legislativa estadual com poderes de fiscalização
	Câmara Federal	Comissão legislativa federal com poderes de fiscalização.
União	MMA	Ministério do Meio Ambiente.
	MC	Ministério da Cultura.

Grupos	Subgrupos	Descrição
União		
	MT	Ministério dos Transportes.
	MME	Ministério de Minas e Energia.
	MTIS	Ministério do Trabalho e Integração Social.
	AGU	Advocacia Geral da União.
	MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura.
	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Estado	SEDAM	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental.
	SESAU	Secretaria Estadual de Saúde.
	CEDEC	Conselho Estadual de Defesa Civil. Neste estudo agregou-se o Conselho Municipal de Defesa Civil.
Município	SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Internacional	Interno	Itamarati
	Coalizão	Movimentos de nações, neste estudo a IIRSA
	Externo	Nação externa

Fonte: Elaborado pelo autor

Os atores identificados no Conflito do Licenciamento perfazem o total dos atores dos conflitos estudados, donde se conclui que este conflito, por sua natureza macro, envolveu todos os atores inerentes aos outros conflitos de instalação das obras.

**Figura 3 - Grupos de atores e correlações identificados no Conflito do Licenciamento do AHE de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

As manifestações destes grupos de atores tinham como intento mobilizar a sociedade como um todo. Os grupos de oposição ao projeto foram mais expositivos e usaram como meio, esclarecer a população quanto aos impactos negativos da instalação das obras. Estes argumentos se baseavam nas lacunas deixadas pelos estudos preliminares legais o AHE, e EIA/RIMA. Note-se que estes estudos foram executados por empresa, no caso a Leme Engenharia, contratada pelos interessados na execução das obras, Furnas e Odebrecht. Estas lacunas foram corroboradas pelos estudos dos consultores especializados contratados por iniciativa do Ministério Público (MP) para avaliarem os estudos preliminares apresentados.

Em 26 de junho de 2006, após a assinatura do Termo de Compromisso Ambiental (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, TCA, 2006), foi contratada a Companhia Brasileira de Projetos de Empreendimentos (COBRAPE), especialista em análise de EIA/RIMA com o intuito de avaliar os estudos preliminares referentes ao Complexo do Madeira. Esta medida visava amparar o MP “[...] na caracterização e avaliação dos impactos ambientais, das medidas e ações mitigadoras, compensatórias e de potencialização previstas com a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.” (COBRAPE, Parte A, 2006, p.3). Estes estudos foram apresentados no dia 11 de outubro de 2006, um mês antes das audiências públicas previstas e traziam como conclusão geral que o estudo foi realizado sob uma perspectiva econômica, (COELHO; MANSO; MEIRELLES, 2006) e, na melhor das hipóteses, foram considerados apenas os cenários otimistas possíveis e que a área de estudo não abrangia o total da área passível de afetação (DZIEDZIC; VEIGA, 2006; MORET; FERREIRA; MARROCOS NETO, 2006; SOEIRO, 2006; FEARNSIDE, 2006; RAVANI, 2006; COELHO; MANSO; MEIRELLES, 2006; dentre outros).

Este relatório foi analisado pelo MP e sugeridos novos acréscimos para completar carências detectadas. Assim, o MP promove uma Audiência Pública em 27 de novembro, contando com representantes técnicos de instituições ambientais, onde a COBRAPE apresenta estes estudos à sociedade como um todo, estando presentes vários dos atores interessados. Esta audiência antecede as audiências públicas de Abunã e Mutum-Paraná, suspensas e retomadas por decisões judiciais.

Paralelamente, grupos de atores, ONGs, movimentos, organizações representativas, confessionais e ambientalistas se reúnem em torno das ONG's e redes mais experientes como o MAB e Amigos da Terra e promovem durante o ano todo, manifestações públicas amplamente divulgadas pela imprensa que tinham como escopo oportunizar à sociedade em geral o que estes atores, com posicionamento de veto, consideravam impactos negativos causados pelos empreendimentos, uma contraposição aos discursos de desenvolvimento protagonizados pelos atores promotores e apoiadores das obras. Eram também nessas ocasiões que esses atores, oriundos de partes diversas, se reuniam para planejar e organizar novas movimentações. Estes eventos foram protagonizados especialmente pelos atores: Fórum de Debates de Energia de Rondônia (FOREN)<sup>22</sup>, o MAB e o Grupo de Trabalho Energia (GT Energia) da Federação Brasileira de Organizações de Movimentos Sociais (FEBOMS) (BRIANEZI, 2006; AMIGOS DA TERRA, 2006).

As outras coalizões promovidas por atores opositores, se movimentaram em forma de 'carta aberta', ou seja cartas redigidas por ocasião de encontros e seminários que resultam em manifestação coletiva aberta e divulgada (BENITES; MAGANHINI, 2011).

O MP assina um Termo de Compromisso Ambiental com Furnas para a contratação de especialistas para elaboração de estudos complementares aos EIA/RIMA. O IBAMA e o Ministério da Saúde (MS) chegam à mesma conclusão de incompletude e recomenda estudos complementares. Ainda assim, em setembro (11) o EIA/RIMA é aprovado com considerações a serem cumpridas, abrindo o caminho para o leilão.

Após a aprovação dos estudos iniciais, grupos de atores se movimentam em vários locais da federação, em termos de formalizar seu posicionamento de veto às obras, a exemplo do grupo confessional<sup>23</sup> Mutirão pela Amazônia em Manaus (SWITKES, 2008b).

---

<sup>22</sup> Fórum de Debates sobre Energia de Rondônia, do qual fazem parte o Grupo de Pesquisa em Energia Renovável e Sustentável da Universidade Federal de Rondônia (Unir), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ong ambientalista Kanindé, a rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), a ong Rio Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

<sup>23</sup> CNBB Regional Norte I, Cáritas Manaus, Pastorais Sociais e Cáritas Brasileira, apoio da Rede de Educação Cidadã – Talher Amazonas, INPA, Consea/AM, Faculdade Salesiana, AEC Amazonas, Faculdade Salesiana.

A aprovação do EIA/RIMA incrementou também movimentações na Bolívia e Peru, mas estes episódios serão tratados no item Conflito Internacional, adiante.

Em outubro (24) foi publicado o edital de realização de quatro audiências públicas a serem realizadas nos distritos de Abunã, Mutum-Paraná, Jaci-Paraná e no município de Porto Velho. Foi também nesta data que a Fundação Nacional do Índio – FUNAI protocolou ofício no IBAMA ressaltando a lacuna do EIA/RIMA em relação a povos indígenas.

Em novembro o MP entrou com Medida Cautelar Ambiental, suspendendo as audiências por incompletude de documentação, esta medida foi analisada, as audiências foram realizadas, embora as de Abunã e Mutum-Paraná tenham sido realizadas 15 dias após o previsto e a Medida foi julgada improcedente três anos depois, em 2009 (17/12).

Na ordem de realização, em novembro dias 10, 11, 29 e 30, as audiências tiveram a presença de cerca de 800 pessoas em Jaci-Paraná, 1100 pessoas em Porto Velho, 404 assinantes em Abunã e 669 assinantes em Mutum-Paraná.

Estas audiências tiveram o apoio logístico do empreendedor e, em um primeiro momento, as organizações de oposição quiseram boicota-las em razão de não legitimá-las, movimento que não se concretizou e as audiências foram realizadas. Nas atas disponibilizadas ao público, há registro da composição da mesa, dos presentes ilustres e dos procedimentos legais. Quando há registro de posicionamento, este posicionamento é sempre favorável ao empreendimento, dominando a temática desenvolvimentista.

Na audiência pública de Jaci-Paraná constam as palavras do Prefeito Municipal que lamentou a não realização das audiências de Mutum-Paraná e Abunã, anuncia que as obras trarão emprego e que é necessário o auxílio na adequação da logística da cidade, também consta a fala do

[...] Sr. Secretário de Planejamento [...] que começou com as saudações e informando que o governo do estado é favorável ao empreendimento e que não irá admitir a interferência de pessoas de outros estados e talvez de outros países dizendo como a região deve se desenvolver. (IBAMA, 2007a, p.1)

Na audiência em Porto Velho se pronunciaram Deputado Federal, Senador da República, Prefeito do Município de Porto Velho, todos enaltecendo os benefícios de desenvolvimento que as obras trarão em conjunção com a preocupação ambiental,

uma vez que a tecnologia que será utilizada provocará impactos mínimos. Por sua vez o Governador do Estado ao fazer uso da palavra:

[...] falou que a obra vai trazer desenvolvimento, riqueza e trabalho para a região. Terminou por dizer que o Governo do estado apóia (sic) o empreendimento obra vai trazer desenvolvimento, riqueza e trabalho para a região. Terminou por dizer que o Governo do estado apóia (sic) o empreendimento. (IBAMA, 2007b, p.2)

Finalmente, fechando o ano de 2006 houve um protesto com a participação de cerca de 200 ribeirinhos contra o processo de licenciamento ambiental e a publicação dos despachos de aprovação dos Estudos de Aproveitamento do empreendimento do Diário Oficial da União (19/12).

Iniciando o ano de 2007, o que se tem de mais relevante é a Reunião Pública no Distrito de Calama, promovida pelo Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais – CPPT, com a participação de cerca de 300 pessoas. (IBAMA, 2007g) Há também outras manifestações que se realizaram no exterior e Guajará mirim e serão contempladas no Conflito Internacional.

O MP, em 14 de março de 2007, protocola uma Ação Civil Pública contra o processo de licenciamento em razão da ausência de estudos dos Impactos da Linha de Transmissão, dos impactos sobre os usos e costumes das populações indígenas e da participação da sociedade rondoniense no debate. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2008).

Se durante o ano de 2006 e até meados de março de 2007, a movimentação explícita dos atores a favor do empreendimento foi muito discreta, muda a partir daí, quando já corriam boatos da possibilidade de uma postergação à LI.

Desta forma, quase que em uníssono as movimentações destes atores se tornaram públicas:

Ribamar Araújo, Deputado Estadual, em discurso dia do 11 de abril, solicita em plenária a criação de um comitê denominado de Pró-usinas do Madeira:

[...] sabemos que cerca de 90% da população já apoia a construção das Usinas do Madeira, mas essa minoria que é contra não tem a consciência de como isso vai melhorar a qualidade de vida e de trabalho. (ALE, 2007, s.p.).

Conforme a nota da ALE, ainda nesse pronunciamento, o Deputado associa a necessidade do empreendimento à justificativa de se atualizar a geração de energia brasileira sob pena de haver outro apagão, aos moldes do ocorrido em 2000, discurso comum a todos os grupos a favor das obras.

Será que o País precisa passar por uma crise como aquela de novo, que gerou grandes prejuízos ao nosso Brasil ? Acho que podemos evitar isso. (ALE, 2007, s.p.)

Continua,

Ribamar finalizou dizendo que o presidente Lula tem feito um grande esforço para que as Usinas em Porto Velho sejam instaladas, mas ele precisa do irrefutável apoio de todas as bancadas de Rondônia, “Por isso, peço aos meus colegas que vistam essa camisa em prol do crescimento do nosso Estado, precisamos deixar de lado as ideologias partidárias e unir forças num só objetivo: dar início as obras das usinas o mais breve possível”. (ALE, 2007, s.p.).

Em vinte do mesmo mês, no Gabinete do Prefeito do Município de Porto Velho, formou-se o Comitê Pró-usinas, com a participação da Federação do Comercio de Rondônia (FECOMERCIO), a Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO), a Central dos Movimentos Populares (CMP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. A FECOMÉRCIO então cria uma campanha, a qual se uniram comerciantes, professores e sindicalistas denominada Usinas Já!. A partir daí a movimentação incluiu estes interessados que promoveram campanhas de conscientização da importância das obras para geração de emprego e desenvolvimento do Estado (DEUS, 2007).

Mas, estes atores e todos os interessados nas obras tiveram um revés com a publicação (23/04) do parecer da diretoria de licenciamento sustentando a inviabilidade ambiental das usinas, portanto uma decisão desfavorável à concretização do empreendimento.

A nível nacional foi uma convulsão, incluindo ironias por parte do Presidente da República, desdenhando os bagres do Rio Madeira (FERRARE, 2007), culminando com a destituição dos oito técnicos do IBAMA que assinam a parecer e a divisão do órgão dois meses depois.

Essa movimentação do governo federal engrossada pela mídia de forma geral que colocou os grupos desinteressados na efetivação do empreendimento como obstrutores do desenvolvimento como podemos ver, por exemplo, na matéria da Revista Exame “Jovens com autonomia garantida por lei, os procuradores do Ministério Público mostram sua força e atravancam a infraestrutura do país.” (PAUL, 2007, s.p); e ingressando na ironia institucionalizada:

[...] A falta de energia certamente será um desastre para a economia e a sociedade brasileira. Mas, ao que tudo indica, Soares hoje está mais preocupado com a garantia de reprodução dos grandes bagres -- embora não haja nenhuma certeza de que o acasalamento dos peixes de fato será comprometido.” (PAUL, 2007, s.p.).



Em Rondônia foram promovidas carreatas, *pit stops* para distribuição de material promocional da Campanha Usinas Já, além da montagem de quatro equipes volantes com a missão de arrecadar assinaturas em favor das hidrelétricas.

Institucionalmente a Associação Rondoniense de Municípios (AROM) se compromete a apoiar as construções e auxiliar no recolhimento de assinaturas de apoio ao empreendimento solicitado pelo Comitê Pró-usinas que assume o discurso de que esse movimento é necessário para fazer frente às pessoas: “[...] que não querem de maneira nenhuma o desenvolvimento e o crescimento do Estado.”. (GENTE DE OPINIÃO, 2007, s.p.).

Em maio (10) daquele ano um Senador da República, em plenária da Câmara Federal inscreve-se para uso da tribuna e se pronuncia:

[...] inscrevi-me para uma comunicação inadiável [...], e se fosse possível eu o faria todos os dias, defendendo e fazendo coro junto àqueles que defendem o desenvolvimento de Rondônia.

O assunto está em pauta [...] a construção das usinas e sobre o complexo do rio Madeira, sobre as usinas de Jirau e de Santo Antônio. Porém, quero fazer coro com aqueles que também criticam a lentidão do Ibama, com aqueles que criticam os que estão na contra-mão da história. Cumprimento o Presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff, que tem feito um grande trabalho e hoje mesmo defendeu a construção das usinas em entrevista no programa televisivo Bom Dia Brasil.

[...] Como eu disse, se fosse preciso, faria uso da palavra na tribuna do Senado todos os dias até que se construíssem essas nossas usinas. E digo mais, [...] a construção das usinas em Rondônia é importante para o nosso Estado, para a região Norte, mas é mais importante para o Brasil.

[...] Ficaremos com muito pouca energia para o nosso Estado, porque vamos emprestar energia para o resto do País. Estaremos resolvendo o problema de São Paulo, do Brasil, pois, daqui a pouco, poderá ocorrer outro apagão em nosso País. Mas, insistem aqueles que fazem o calendário do licenciamento e não conseguem cumpri-lo, como é o caso do Ibama.

Cumprimento o Presidente Lula pela determinação em iniciar essa obra não para Rondônia, mas para o Brasil. [...] iniciou-se uma campanha pró-construção das usinas do rio Madeira. Nessa campanha, destaco os empresários do meu Estado de Rondônia, liderados por Euzébio André Guareschi, Presidente da Fiero. Mais de 30 associações, federações, confederações e sindicatos reuniram-se na Fiero, formaram o Comitê Pró-Usinas do Rio Madeira e iniciaram o movimento: “Sou a Favor das Hidrelétricas. Usinas Já!”, no Estado de Rondônia. (EXPEDITO Jr., 2007, p.13801).

Como reação, os atores não interessados na construção das usinas realizam no auditório da UNIR Centro (22/05) uma reunião para discussão entre os representantes do Fórum Independente Popular do Madeira, movimento composto pelo MAB, MST e comunidades ribeirinhas que seriam afetadas pelas Usinas do Rio Madeira (NOVOA apud TUDO RONDÔNIA, 2007), e denunciam um clima de

intimidação e uso da máquina pública. (FORUM INDEPENDENTE POPULAR DO MADEIRA, 2007).

Por sua vez, parte uma Caravana Pró-usinas para Brasília acompanhada por parlamentares, faz uma peregrinação nos gabinetes de Brasília em busca de apoio. Na declaração de um Senador da República consta que quase a unanimidade dos rondonienses são a favor das usinas, e que

“Os projetos das hidrelétricas contam apenas com a contrariedade de alguns ambientalistas”, destacou Raupp, acrescentando que “sem energia elétrica não haverá crescimento econômico do país” (grifos do autor) (RODRIGUES, 2007, s.p.).

Em Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho, o Governador do Estado, declara apoio do Estado de Rondônia na instalação das usinas e que o Governo tem feito ingerências em todas as instâncias para viabilizar o início das obras. Completa seu pronunciamento:

As usinas são muito importantes para Rondônia, vão gerar empregos e desenvolvimento para o nosso estado. Temos o maior interesse que as obras comecem logo, o Brasil precisa da energia destas usinas para não enfrentar um novo apagão. (SEAGRI, 2007, s.p.)

Em contra partida, grupos ligados a organizações acadêmicas promovem um debate público para discussões a respeito dos impactos das obras. Este evento foi boicotado pelos apoiadores das obras (CRAIDE, 2007b).

As posições ficam mais agressivas e grupos contra a construção das obras denunciam por meio de ações públicas e cartas abertas, o uso da máquina pública para promover a campanha Usinas Já e o colhimento de assinaturas: “[...] “o uso da máquina pública para fins particulares pelo Governo do Estado, pela Prefeitura Municipal, bem como pelos legislativos municipal, estadual e federal”.”(grifo do autor) (OJEDA; BRASILINO, 2007, s.p.).

Finalmente o MMA, por meio do IBAMA, sob nova direção, em 9 de julho, concede a Licença Prévia que traz em anexo, 33 condicionantes a serem cumpridos até a Licença de Instalação.

Esta ação por parte do IBAMA surpreende o movimento oposicionista ao empreendimento pela celeridade com que foi concedida, e estes reagem publicando cartas abertas, notas de repúdio, manifestações de protesto e o uso de ferramentas legais. Em sua maioria foram movimentações como forma de aumentar o custo moral dos interessados nas obras, a partir de passeatas e manifestações públicas.

Emissão de cartas alerta aos órgãos financiadores e de fiscalização, e ações civis a partir dos canais jurídicos (CIMI, 2007; FÓRUM DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA, 2007; ECOLOG , 2007; MARAFON; JACOB NETO; GUARIENTO, 2009).

Em outubro é publicado o edital de leilão de concessão de uso de bem público para exploração, em regime de Produção Independente de Energia Elétrica proveniente da UHE de Santo Antônio, a ser realizado em dezembro de 2008. Dentre suas condicionantes há a exigência da constituição de uma empresa de Sociedade de Propósito Específico, de preferência em forma de S/A, no caso de vencedor ser um consórcio, fundo de investimento, empresa estrangeira ou entidade de previdência complementar (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE, 2007).

Realizado em 10 de dezembro, o leilão público para a concessão e venda de energia elétrica da Usina de Santo Antônio, concretizou-se em 7 minutos. (INSTITUTO ACENDE BRASIL, 2007) envolto em truculentas manifestações de populares contrários à realização do leilão (GOY; BAHNEMANN; MARQUES, 2007).

Em janeiro de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuncia o vencedor do leilão de concessão e de comercialização de energia elétrica da UHE de Santo Antônio: FURNAS e Oderbrecht.

Em fevereiro, foi entregue ao IBAMA o Plano Básico Ambiental (PBA) e protocolado o pedido da concessão da LI da UHE de Santo Antônio, que pediu desmembramento do processo de licenciamento seguindo, assim, independente do processo da UHE de Jirau.

Em maio, a Ministra do Meio Ambiente pede demissão em caráter irrevogável frente aos desentendimentos “[...] com outros ministérios, como a Casa Civil e a Agricultura, em casos e questões que opõem proteção ambiental a interesses econômicos.” (SALOMON, 2008, s.p.).

A ONG Amigos da Terra entra com uma Ação Civil Pública contra o IBAMA, a ANEEL, a União Federal e FURNAS requerendo a não realização do leilão de concessão da UHE de Jirau e suspender os efeitos da Licença Prévia, ação indeferida no dia 19 de maio, dia em que se realizou o leilão.

Assim, dias após a demissão da Ministra do Meio Ambiente, é realizado o leilão de Jirau (19/05), tendo como ganhador o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ENERSUS). Após ter ganho o leilão, o consórcio anuncia a mudança do eixo

da obra. Esta mudança suscita inúmeras manifestações populares e legais, que cobram novos estudos e audiências públicas, obedecendo o rito legal.

A mudança de eixo da UHE de Jirau anunciada gera reações também pelos pares, interessados na realização das obras concorrentes que tiveram seus lances superados no leilão.

Em junho, a FUNAI encaminha Parecer Técnico quanto ao Programa de Apoio às Comunidades Indígenas contido no PBA, reafirmando a necessidade de ampliação dos estudos quanto às áreas e povos indígenas passíveis de afetação dos impactos das obras. Neste documento consta o reconhecimento, por parte do consórcio, da não contemplação de estudos a respeito das questões indígenas, nos estudos preliminares, EIA/RIMA.

Por médio de esse documento el Consorcio y la FUNAI reconocen que indios aislados serán afectados por las obras, a pesar de que han sido incluídos em los estudios de impacto ambiental (AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA; et al, 2010, p.12)

Ainda em junho, ONGs de três Estados diferentes, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Associação de Proteção ao Meio Ambiente - APROMAC e a ATLA - Associação Terra Laranjeiras, de Rondônia, Paraná e São Paulo respectivamente, descrevem as falhas no processo de licenciamento das UHEs Santo Antônio e Jirau, e ingressam com uma Representação no Ministério Público de Rondônia (OBSERVATÓRIO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA, s.d.).

Em agosto, o IBAMA emitiu parecer a respeito do PBA e, devido a inconsistências e o não cumprimento de, ao menos, treze das condicionantes da LP, conclui pela não concessão da LI para UHE Santo Antônio. No entanto, em cinco dias após esta publicação (18), o IBAMA concede a LI com 48 condicionantes.

O Ministério Público Federal e Estadual entram com uma ação Civil Pública Ambiental contra a ANEEL, IBAMA e ENERSUS (25/08), pleiteando a anulação do leilão e do contrato de concessão expedido, em razão da mudança do eixo da obra, por contrariar o edital do leilão, a Lei de Licitações e a legislação ambiental. (PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA, 2008).

Há uma manifestação pública (27/08) no Mercado Público de Porto Velho liderada pelo MAB e ONGs indigenistas, com a participação de outros grupos com o intento de alertar a população quanto aos crimes sociais e ambientais inerentes ao

empreendimento. No dia seguinte o consórcio MESA autoriza o início das obras, o que ocorre em 01 de setembro.

No dia seguinte ao início das obras o grupo GT ENERGIA da plataforma BNDES, publica carta aberta ao BNDES os alertando a respeito dos riscos financeiros do projeto (GT HIDRELÉTRICAS DA PLATAFORMA BNDES, 2008). Ainda em setembro (12), o Tribunal Latinoamericano del Agua, um ambiente não governamental internacional, criado para solução e mediação de conflitos ambientais ligados ao recurso natural água, censura o Brasil pela execução de obras de grande impacto socioambiental com vida econômica útil abaixo de 50 anos; por ignorar os direitos de minorias étnicas e por não considerar as consequências destas obras além de suas fronteiras. Na promulgação da censura, o tribunal recomenda ações, no que não houve nenhuma reação por parte do Itamarati, fazendo com que na Turquia, em 2009 durante o Fórum Mundial da Água, o Brasil tenha sido condenado pela Corte Ética pelos danos causados ao meio ambiente e às comunidades indígenas. (TRIBUNAL LATINO AMERICANO DA ÁGUA, 2008).

Realiza-se na antiga Comunidade de Engenho Velho (18-20), situado à margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio em Porto Velho, um Seminário contra a privatização do Rio Madeira e pela soberania da Amazônia promovido pela Via Campesina com a participação de vários dos afetados pelas obras. Este ato simbólico foi realizado em área desocupada para construção do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio (RONDONIA NOTÍCIAS, 2008).

O IBAMA convoca reunião pública para discussão da mudança do eixo da UHE de Jirau (15/10), Inicialmente boicotado pelos atores contrários ao empreendimento, com o intento de não legitimá-la, findou por ocorrer normalmente.

Em 19 de novembro o IBAMA emite uma, nunca antes ocorrida, Licença Parcial de Instalação para as obras de Jirau. A licença definitiva ocorreu em 03 de junho de 2009. Esta licença, mais uma vez, provoca uma série de Ações Cíveis Públicas, como a do FEBOMS, para anulação da licença, do MP por indefinição de ação anterior ao leilão (a questão da mudança do eixo), do MP por improbidade administrativa do Presidente do IBAMA e do Diretor de Licenciamento do mesmo órgão, no qual destacamos:

A Licença de Instalação expendida pelo Presidente Nacional do IBAMA contrariando a Constituição Federal, a Lei de Licitações, o devido processo legal ambiental, encerra um dos maiores crimes ambientais

impostos a sociedade numa época de consolidação dos princípios democráticos e do reconhecimento da importância do ambiente natural para o equilíbrio do clima (MP, 2008 – Ação de improbidade)

Dezembro foi marcado pelo desastre ambiental em que morreram 11 toneladas de peixes que, segundo laudo do IBAMA ocorreu por queda de nível de oxigênio nas águas, constatando negligência e imprudência do empreendedor. Como decorrência foi lavrada multa de R\$ 7,7 milhões. Fato que hoje foi encampado como mais um argumento ambiental contra as obras.

Em fevereiro de 2009 o BNDES aprova um financiamento de R\$ 7,2 bilhões para as obras de Jirau, complementados por mais R\$ 2,3 bilhões em 28 de setembro de 2012. (BNDES, 2012).

Desta data em diante, ocorreram diversos movimentos até a LO da UHE Santo Antônio em 14 de setembro de 2009. No entanto esses movimentos estão ligados à execução das obras, ou seja, não são inerentes à instalação e sim aos procedimentos para a obra, para sua construção. Estas ações tem como origem, questões trabalhistas (camioneiros, barrageiros), ou o não cumprimento de acordos das compensações (assentados, reassentados e moradores de centros urbanos) portanto além dos limites deste conflito.

Deste modo, podemos concluir que este conflito, em sua forma macro, pode ser caracterizado como causado por questões do Controle de Recursos Naturais, pois este espectro abrange todas as motivações dos atores, os apoiadores por necessitar da energia hidromecânica gerada pelo rio e os opositores por ambicionar manter o rio como fonte de seus recursos, de seu modo de vida. Destaca-se porém, que o grupo que defende o patrimônio da EFMM, apoiou os demais, que tinham este escopo e uma postura de veto, mas, quando da concessão das licenças, partiu para defesa de seus interesses específicos, o patrimônio cultural da EFMM.

A estratégia de tratamento do conflito foi a de Gestão do Conflito, uma vez que os atores tinham uma posição inegociável de realização e de não realização das obras, sem possibilidades de resolução ou de transformação do conflito que exigem cessação e consenso. Neste processo de Gestão do conflito, não foi amplamente aplicado a teoria da racionalidade que deveria ser somada à teoria dos jogos no intento de sair da fatalidade de resultados somados igual a zero. Neste processo, na forma que foi conduzida o ganho de um necessariamente era a perda do outro.

Quanto às características dos atores, resume-se em blocos uma vez que aqueles mais evidentes foram descritos durante a exposição dos movimentos.

Grupo dos Ribeirinhos, com pouca expressividade e Recursos, ficam melhor caracterizados neste formato (Diferenças de Poder e Recursos), embora contem com um desnível expressivo quanto ao conhecimento real das consequências e alternativas possíveis, uniram-se a grupos mais experientes, ONGs, principalmente Amigos da Terra e MAB, posicionaram como contrários e em posição de Veto às obras.

Garimpeiros, este grupo se manifestou a partir de seu sindicato, também sem recursos e expressividade, apresentava-se sempre junto a outros grupos, não se comprometendo realmente às causas, suas questões são Culturais tiveram um posicionamento em Oposição às obras.

Fazendeiros, Pecuaristas e empresários Pescadores, mais esclarecidos, no entanto, por não terem vínculos maiores com os elementos naturais<sup>24</sup>, e ter uma visão mais fatalista da inexorabilidade das obras, manifestaram-se em apoio aos contrários, porém sem comprometimentos maiores, pleiteavam indenizações. Neste estudo estão diferenciados por questões Culturais e foram classificados como tendo posicionamento de Oposição ao empreendimento.

Os moradores dos Núcleos Urbanos, os Colonos dos assentamentos e os Camponeses, grupos de poucos recursos, mas com grande motivação, uniram-se a grupos experientes, a exemplo dos Ribeirinhos. São caracterizados por se diferenciarem culturalmente, dada sua ligação à natureza e a terra especificamente. Aqueles que moravam nos centros urbanos teriam seu modo de vida ceifado, aqueles que, finalmente tinham conseguido seu sonhado pedaço de terra, os colonos perderam esta dura conquista, os camponeses, neste estudo abarcam ambos os casos com a diferença apenas de mudança de situação político geográfica, uma questão de fronteiras.

O grupo das Minorias Étnicas, tradicionalmente não se manifesta, dado sua predileção por isolamento. Neste conflito manifestaram-se a partir da COIAB, tiveram o apoio do CIMI e de outras organizações confessionais e da ONG Kanindé. Sua motivação é Cultural e seu posicionamento é de Veto.

---

<sup>24</sup> Há poucos fazendeiros, pecuaristas e empresários da pesca de ascendência nestas atividades na região de Porto Velho, a maior parte é composta de profissionais liberais, autônomos e funcionários públicos, portanto não têm estas atividades como fonte principal de renda.

O MAB e Amigos da Terra, já foram caracterizados, tem muita experiência internacional, têm ligações com redes ambientalistas de todo o mundo e conta com a simpatia de pesquisadores e academias. Sua característica principal é a diferença Cultural e seu posicionamento é de Veto.

A ONG Kanindé, é promotora das manifestações das minorias étnicas, em especial indígenas. Tem experiência e ligações internacionais, acionou legalmente o Brasil em Fóruns Internacionais, conseguindo notas de censura, e inclusive uma condenação. Sua característica é também sob aspecto Cultural e teve uma posição de Veto.

As organizações Confessionais e as Ambientalistas são mais experientes e atuam há anos em defesa de seus interesses. Dada a envergadura da obra, o interesse internacional na Amazônia, estes grupos foram em grande número, e acabaram por se unir em redes específicas para consolidação, representatividade e empoderamento, financiaram e apoiaram as manifestações nacionais e internacionais a partir de suas redes internas além de engrossarem o coro nos fóruns internacionais. Suas características se Diferenciam Culturalmente e se posicionaram como Veto aos empreendimentos.

Os Órgãos de Representação se posicionaram dependendo de seus representados:

- Os laborais, se aliaram conforme seus representados, já descritos. Houve uma atividade maior por parte daqueles de origem na esquerda política e que têm ligações em suas formações.
- Aqueles que representavam o Capital, seguiram o discurso desenvolvimentista das campanhas em favor das obras, financiaram as campanhas e os movimentos pró-usinas. Seguindo sua própria coerência, a característica maior deste grupo é a Diferença de Poder e Recursos e seu posicionamento é de promoção da realização das obras.
- Há ainda os que representavam o conhecimento. De maneira geral pode-se afirmar que se mantiveram em tom de Neutralidade e sua característica principal é o seu Diferencial de Conhecimento. Aqui cabe observar que os Consultores se portaram como manda a ética profissional e os Acadêmicos se manifestaram radicalmente contra o processo de licenciamento, pois partiram da convicção de que os



dados levantados argumentavam por si só, a inviabilidade ambiental da obra. Interessante também colocar que as pessoas que eram representadas, muitas vezes eram as mesmas, ora consultores, ora pesquisadores. Os pesquisadores se movimentaram a partir de seu sindicato, sendo que alguns são ativistas de ONGs ambientalistas.

O grupo aqui chamado de Mega Organizações, tem seu diferencial patente nos Recursos e Poder, e se pronunciaram como Promotores da liberação do licenciamento, dos grupos que apoiaram o licenciamento, é o de maior interesse.

O grupo de Agências, presumivelmente não tomou posicionamento em favor ou contra as obras, agem conforme as normas que os regem. Cabe, no entanto a observação de que o IBAMA foi frequentemente contestado por não cumprir suas funções sob a perspectiva dos contrários às obras, sofreu claras pressões político partidárias, que lhe custaram demissões e mudanças de diretoria.

Outro ponto é a FUNAI, em vista dos impactos a serem absorvidos pelas populações indígenas, reconhecidas inclusive pelos consórcios, emitiu documento não se opondo a liberação das licenças.

Por fim, o caso do IPHAN, também não reagiu a altura dos impactos previstos. Ainda que tenham ambos, FUNAI e IPHAN, se pronunciado na análise dos EIA/RIMA alertando a não contemplação de estudos a respeito dos assuntos de sua reponsabilidade, não colocaram nenhum óbice à concessão das licenças.

O grupo União, da qual fazem parte os Ministérios, com a evidenciação maior dos MMA, ME e MT, da Casa Civil e do Presidente da República. O Ministério do Meio Ambiente única defensora do ambiente não resistiu às imposições políticas e os embates dos setores desenvolvimentistas, lhe custando demissões e um ministro.

O Estado posicionou-se fortemente como promotor das obras, passou uma imagem de desenvolvimento ou o retorno à idade da pedra. Responde processo, junto com o Município, de uso de poder e da máquina pública para interesses privados.

O Município também se posicionou em favor das obras.

A Assembleia Legislativa constituiu uma CPI, provocou 2 audiências nos distritos de Jaci Paraná e Mutum Paraná, em 26 de março e 24 de abril, convocou pessoas e fez um relatório final, divulgado em novembro de 2010. O relatório foi

enviado às instituições inerentes das quais ressaltamos FUNAI, FUNASA e ICMBIO, que não se manifestaram.

Quanto ao grupo internacional, exceção do interno, todos tiveram posicionamento contra, não às obras, mas ao processo de licenciamento.

É interessante também que se coloque uma parte das conclusões da parte dos agenciadores, mas especificamente, no Relatório do Banco Mundial a respeito dos financiamentos de grandes empreendimentos. Está explícita a concretização do projeto energético planejado, como se pode ver entre as conclusões do relatório e a abordagem desenvolvimentista do setor:

Usinas hidrelétricas (UHEs) continuarão a desempenhar um papel predominante na matriz elétrica brasileira – estima-se que em 2015, as UHEs serão responsáveis por aproximadamente 75% da eletricidade no Brasil. Um (sic) parte significativa do potencial hidrelétrico do país localiza-se na Amazônia, região ambientalmente delicada. O licenciamento ambiental de projetos hidrelétricos no Brasil é considerado como um grande obstáculo para que a expansão da capacidade de geração de energia elétrica ocorra de forma previsível e dentro de prazos razoáveis, a qual, por seu turno, representaria séria ameaça ao crescimento econômico. (BANCO MUNDIAL, p.8)

No quadro 5 são apresentados os resultados da análise deste conflito em formato consolidado.

**Quadro 5 – Caracterização do Conflito do Licenciamento.**

Conflito	Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)		
	Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimento Ambiental	Gestão	Resolução	Transformação
Conflito do Licenciamento						

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Ribeirinhos	Agricultores familiares, Pescadores artesanais, Extrativistas								
Garimpeiros, Fazendeiro, Pecuário, Pescador, Empresário									
Núcleos Urbanos, Colonos, Campesinos, Minorias Étnicas, Kanindé, MAB, ONG, OSCIPS, Movimentos e Redes, Org. Confessionais, Org. Ambientalistas									
Órgão de Representação	Laboral								
	De Capital								
Órgão de Conhecimento	Acadêmico, Consultoria								
Mega Organizações	Construtores, Energia, Financiadores								

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Agências	IBAMA, ICMBIO, CONAMA, INCRA, IPHAN, FUNAI								
	ANA								
	ANEEL								
	ALE, Câmara Federal								
União	MMA, MC, MJ,								
	MT, MME								
	MTIS								
	AGU								
	MPA								
	MDA								
Estado	SEDAM								
	SESAU								
	CEDEC								
Município	SEMA								
Internacional	Interno								
	Coalizão. Externo								

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4.2 Conflito Internacional

Os movimentos sociais internacionais têm participado das mobilizações no Brasil desde o lançamento da Cartilha Viva o Rio Madeira Vivo, como já descrito no Conflito do Licenciamento. Este subcapítulo não vai abordar novamente estas movimentações, portanto descreveu-se àqueles mais evidentes, realizados no exterior ou promovidos por atores externos ao Brasil.

Após a publicação dos EIA/RIMA (dezembro de 2005), as organizações não governamentais bolivianas e peruanas contrárias à construção das usinas, se unem aos grupos brasileiros e co-assinam cartas abertas.

Em setembro, o IBAMA aprova estes estudos, motivando uma maior movimentação dos atores internacionais. Em outubro (12) organizações campesinas e ambientalistas se reúnem em Riberalta, e publicam o *Pronunciamiento de la Región Amazónica de Bolivia en torno a las represas proyectadas sobre el río Madera*, solicitando ao governo boliviano intervir junto ao governo brasileiro, exigindo esclarecimentos a respeito dos impactos possíveis em território boliviano (SWITKES, 2008b, p.214).

Em novembro (7), David Choquehuanca, do *Ministerio de Relaciones y Cultos*, envia carta a Celso Amorim, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, solicitando uma comissão binacional para tratar da análise de projetos relativos ao Rio Madeira.

En el marco de las relaciones bilaterales de alto nivel establecidas entre nuestros países, mi Gobierno solicita expresamente la remisión del tratamiento de este tema a una Comisión Binacional para análisis de Proyectos relativos al Río Madera, propuesta mediante Nota Verbal VREC/DGAB/DAM/539/04. (CHOQUEHUANCA, 2006, p.217).

Ainda em 2006, durante *la Cumbre Sudamericana de Naciones* (8 y 9 de diciembre) y *la Cumbre Social por la Integración de los Pueblos* (del 6 al 9), em Cochabamba, a Aliança Social Continental e o Movimento Boliviano para a Soberania, acompanhados de representantes de várias ONGs, alertam da possibilidade de impactos ambientais em território boliviano e pedem ao governo boliviano para que intervenha junto ao governo do Brasil e às Organizações Multilaterais quanto aos possíveis danos e que incluam os afetados bolivianos nas

discussões a respeito do projeto (ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL E O MOVIMENTO BOLIVIANO PARA A SOBERANIA, 2008).

Na cidade de Cobija, Bolívia, em fevereiro de 2007, antecipando o encontro dos presidentes do Brasil e da Bolívia, os Povos do Norte Amazônico da Bolívia fazem um pronunciamento evidenciando os impactos das obras do Madeira, e da bacia hidrográfica rio acima, por alterarem as condições mais básicas dos povos que vivem às margens do mesmo e de seus afluentes condenando-os a expulsão de seus territórios e se posicionam: “*Que ante la magnitud de los daños mencionados, no hay compensación posible, como tampoco se puede negociar otra cosa que la suspensión total de la construcción de las represas del Madera.*” (GRUPOS DEL NORTE AMAZONICO, 2007, s.p.). Este Grupo é composto por diversos representantes das comunidades dos Estados de Beni e Panda<sup>25</sup> (BANK INFORMATIONAL CENTER, 2007).

Em março (5), grupos representantes de ribeirinhos, campesinos e dos afetados pelas barragens do Rio Madeira de Rondônia, e dos Departamentos de Panda, na Bolívia e de Madre de Dios, no Peru, se reúnem em Porto Velho, cumprindo compromisso acordado em Cubijas, para organizar o *Movimiento Social en Defensa de la Cuenca del Madera y de la Región Amazónica*. como forma de resistência conjunta contra grandes projetos. Na ocasião publicam a declaração *No pasarán sobre el pueblo del Madera*, repudiando a forma como vinha sendo feita, sem os devidos estudos e atropelando os direitos humanos do povo (SWITKES, G. 2008b, p. 223).

Em de julho (10) de 2007, imediatamente após a concessão da LP UHE Santo Antônio, o *Ministerio de Relaciones e Cultos* da Bolívia, envia carta ao seu par, o Ministro de relações exteriores do Brasil, expressando a preocupação do governo boliviano com a aprovação desta licença.

---

<sup>25</sup> Tierra Territorio Comunidad Reserva; Movimiento Social en defensa de la cuenca del Río Madera y de la Región Amazónica; Comunidad Bella Flor; Sub Central Bella Flor; Campesina Porvenir-Pando-Bolívia; Canahan; Comunidad Viña del Río Provincia Madre de Dios; Comunidad Campesina 5 de Agosto; Provincia Nicolas Suarez Pando; Cobija-Pando; Comunidad Lago Victoria; Foro Regional Amazónico; Comunidad Canadá; Sub Central Sena; Comunidad Genechiquia; Comunidad Bella Brisa; OTB Tajibo; Federación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos; Regional Madre de Dios; Comunidad Derrepente; Comunidad Loma Alta; Comunidad Santa Lourdes; Comunidad Cayusal; Cooperativa Integral Agraextractivista Campesinos de Pando (COINACAPA); Comunidad Lago Victoria; Comunidad Las Amalias; OTB Puerto Consuelo; Comunidad Comunidad Las Amalias; Comunidad Portachuelo Bajo; Comunidad Portachuelo Bajo; Sindicato Agrario de Trinchera; OTB Nueva Esperanza.

O Ministro das Relações Exteriores respondeu a missiva três dias (13) depois dizendo que as licenças estão integralmente em território brasileiro e seu licenciamento é de responsabilidade das autoridades ambientais brasileiras. (CRAIDE, 2007a). A mesma notícia no periódico O Globo “Usinas: país não aceitará intervenção boliviana.” (OLIVEIRA; DUARTE, 2007).

No entanto, há diversas manifestações de autoridades do conhecimento contradizendo esse posicionamento. Estas inconsistências estão relatadas em um estudo coordenado pelo pesquisador Célio Bermann (2010, p.1), do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, encomendado pela ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e o pelo BIC com

[...] o objetivo de apresentar uma avaliação das principais questões de ordem sócio-ambiental (sic) que envolvem as usinas hidrelétricas construídas e planejadas na Região Amazônica continental, abrangendo não apenas o território brasileiro como também todos os países transfronteiriços.

A iniciativa do governo boliviano em solicitar uma comissão binacional para discussão dos empreendimentos inerentes às ações fronteiriças e a anuência do governo brasileiro nesse esforço não demandou nada de concreto. Em entrevista à repórter Thais Iervolino, no sítio Amazonia.org.br, um braço de divulgação da ONG Amigos da Terra, a advogada do FOBOMADE, Evelyn Mamani, participante das reuniões, declara que nada se avançou, uma vez que pelo lado brasileiro os técnicos designados não tinham poder decisório e não retornavam as demandas. (IERVOLINO, 2009).

Após a LI, em agosto de 2008 o governo da Bolívia, mais uma vez, por intermédio de seu Ministério para assuntos exteriores, exorta sua preocupação para com a LI concedida. Em uma carta ‘mais dura’ suspende reuniões bilaterais programadas até o retorno da missiva e expõe desconcerto pelo descaso quanto a incompletude dos estudos ambientais. (AMAZONIA.ORG, 2008)

Em 2009, apesar de que o Brasil tenha reconhecido, na última reunião bilateral, a possibilidade de impactos ambientais em território boliviano e que estes deveriam ser discutidos e negociados, as obras seguiram normalmente, uma vez que a construtora insistia que os impactos se restringiam ao território brasileiro. (ARISMEND, 2010b). Um levantamento foi realizado para estudar a situação socioambiental relativo à construção do Complexo do Madeira em terras bolivianas. O estudo foi realizado pelo *Programa de Investigación y Monitoreo Ambiental*

(LIDEMA), e faz parte de uma série de estudos de caso a respeito das problemáticas ambientais na Bolívia. O estudo diagnostica a situação em 2010, quando foi encerrado como resultante de:

A la realización de los deficientes estudios en el Brasil, se sumaron los oprobiosos procesos de licenciamiento, presionados por el gobierno de Brasil y que implicaron inclusive un cisma en el Instituto Brasileiro del Medio Ambiente (IBAMA), que se vio obligado a aprobar los estudios que la misma instancia había aprobado.

[...] Las organizaciones sociales de la región afectadas, promovieron un movimiento social de rechazo al proceso, que continuó manifestándose el año 2009 y soportando represión policial en la ciudad de Porto Velho. Por su parte el Gobierno de Bolivia mostró una absoluta ambivalencia ante la situación. (ARISMEND, 2010a p.14)

Em relação às questões bilaterais, o diagnóstico foi:

[...] Las reuniones técnicas tanto en Bolivia como en Brasil, tuvieron un cariz distractivo e irrelevante.

[...] Se debe destacar la débil reacción de la diplomacia boliviana y la virtual anuencia oficial al proceso, así como la total ausencia de eventos de debate y análisis específico sobre el tema. (ARISMEND, 2010a p.14)

Por fim, o autor conclui que a comissão bilateral foi dissolvida com o resultado do reconhecimento da necessidade de maiores estudos, discussões e negociações a respeito dos impactos em área boliviana. Uma das razões da dissolução da comissão era a ausência de poder decisório, uma vez que a tudo deveria ser enquadrado à Agenda Positiva Brasil/Bolívia, agenda esta que é conciliatória e considera os assuntos subjacentes como as questões de energia de hidrocarbonetos, que tem precedência nos níveis máximos de decisão do governo e desta forma subtraindo quaisquer possibilidades reais de uma abordagem mais firme e efetiva do governo boliviano. O autor termina afirmando que:

El rol de la autoridad ambiental competente de Bolivia, prácticamente finalizó en torno a esta problemática, con la Agenda positiva del gobierno, poniéndose de manifiesto una vez más su debilidad crónica, especialmente al estar ambos países inmersos en un modelo de desarrollo eminentemente economicista. (ARISMEND, 2010b, p.2-3).

Enfim, a Bolívia foi tomada pelo posicionamento hegemônico do Brasil, a exemplo do que já havia sido feito com o Paraguai, uma vez que autoritariamente o país define o desenvolvimento de grandes empreendimentos sem os devidos cuidados aos direitos de seus vizinhos mais fracos. Além disso, estes empreendimentos tem o apoio do programa da IIRSA, que com foco macro, releva as questões pontuais.

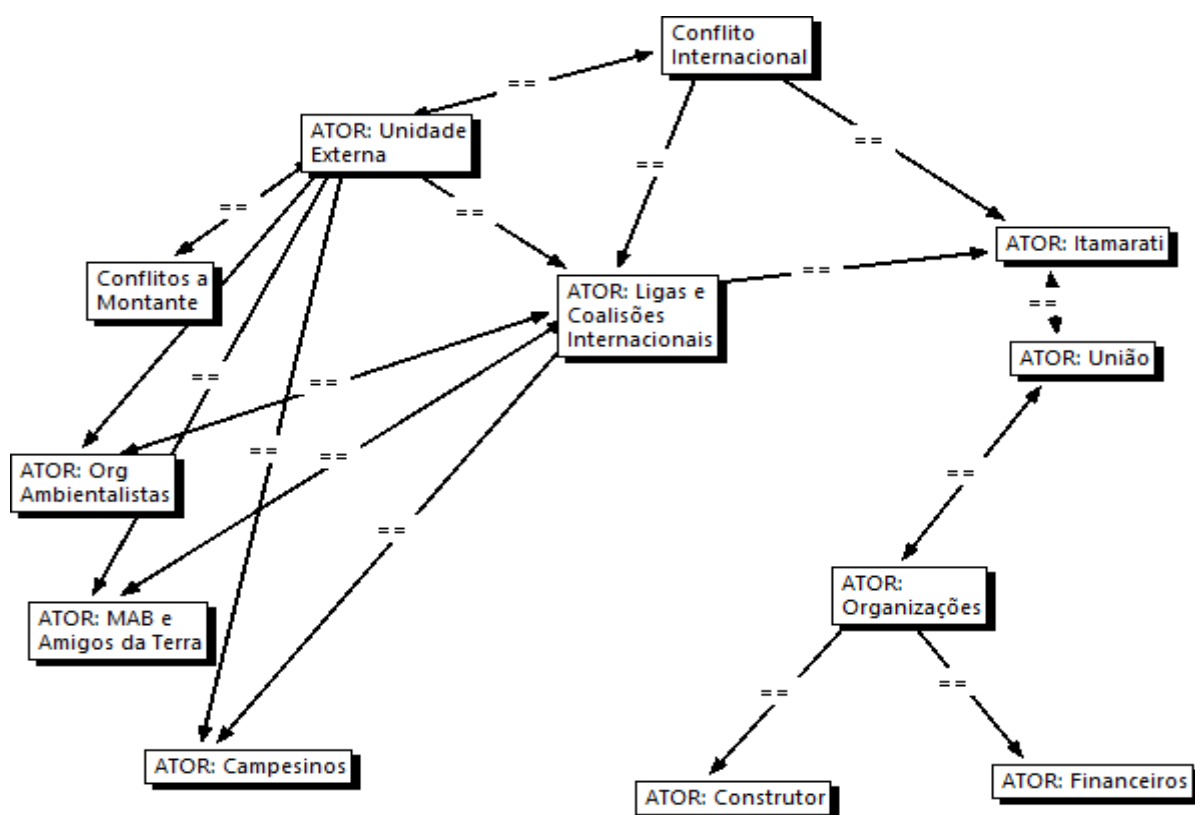


Bermann et al (2010, p.13) sintetizam o processo do licenciamento ambiental e o entrevero internacional do Complexo do Madeira em uma frase,

Um conjunto de estudos críticos sobre os empreendimentos foi produzido. Algum grau de debate ocorreu, mas o que prevaleceu foi a decisão política ao invés de um resultado de debate público sobre fazer ou não uma obra. Estudiosos bolivianos se debruçaram sobre as consequências em território boliviano (FOBOMADE . 2009) (sic) caracterizando as consequências transfronteiriças.

Os atores envolvidos neste conflito estão representados na figura 4.

**Figura 4 - Atores do Conflito Internacional.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os ribeirinhos e os campesinos, apenas recolocando, foi a classificação dada aos atores ribeirinhos, agricultores e pescadores familiares impactados em território estrangeiro. Observe-se que estes atores tem ascendência indígena e se uniram em torno de organizações mais fortes, formaram a FOBOMADE, junto com os pares brasileiros, se apoiaram muito na rede Amigos da Terra, o MAB e organizações confessionais, em especial a Via Campesina. A exemplo do Brasil, esses povos não tiveram apoio das regiões mais desenvolvidas da República Boliviana como atesta

Arismend (2010b), O posicionamento do povo boliviano depende do enfoque dado, aqueles com uma visão do desenvolvimento, do ponto de vista energético, se posicionaram a favor da construção das obras, em antagonismo com os povos que vivem na região e os ambientalistas por assim dizer. Note-se que a região afetada é a região mais pobre da Bolívia e que os demais são relativamente indiferentes com o que ocorre nessa região, deixando os nativos, em sua maioria de etnias diversas da dos grandes centros desenvolvidos (ARISMEND, 2010b; FOBOMADE, 2007; BANK INFORMATIONAL CENTER, 2007; AMAZONIA.ORG, 2008).

Pode-se concluir, que pelo lado brasileiro o Conflito Internacional envolvendo Brasil, Bolívia e Peru, foi causado em razão do domínio dos recursos, em termos de tratamento foi abordado como Gestão do conflito, no entanto sem exercício das ferramentas possíveis de utilização, dada a extrema desvantagem em termos de poder entre os atores envolvidos, no caso Brasil e Bolívia predominantemente.

Os camponeses então se posicionam como contrários, em intensidade de veto.

O FOBOMADE, MAB, Amigos da Terra, Via Campesina, ONGs ambientalistas se movimentaram em âmbito internacional e conseguiram monções de Censura e uma Condenação. Pressionaram as organizações das quais o Brasil é associado, mas sem grande efeito prático. Um posicionamento de Veto.

O governo boliviano ficou ambíguo entre defender o meio ambiente, como tentou o ministério inerente e o favorável, como o setor energético e de transportes. Aqui vale anotar que os estudos da hidrovia estão avançados no território boliviano e peruano, um empreendimento ao qual o Brasil se posiciona como tendo recuado de seu intento. Ainda neste sentido é dicotômica a posição do Presidente Evo Morales, que inicialmente se posicionou contra os empreendimentos e depois não se posicionou mais, contrariando as solicitações da Via Campesina, organização da qual é membro fundador. Portanto, neste estudo classificado como Apoiador dos projetos.

As coalizões internacionais aqui no caso representadas pelo Tribunal das Águas, OIT e OEA, se posicionaram em Oposição as obras, manifestaram-se solicitando Precaução, em verdade a completude dos estudos e procedimentos já estabelecidos.

Os resultados do Conflito Internacional estão apresentados de forma consolidada no quadro 6.

**Quadro 6 - Caracterização do Conflito Internacional.**

Conflito		Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)		
		Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimento Ambiental	Gestão	Resolução	Transformação
Conflito do Internacional							

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Ribeirinhos	Agricultores familiares Pescadores artesanais Extrativistas								
Camposinos									
Minorias Étnicas, Kanindé, MAB, ONG, OSCIPS, Movimentos e Redes, Org. Confessionais, Org. Ambientalistas									
Órgão de Conhecimento	Acadêmico; Consultoria								
Mega Organizações	Construtores; Energia; Financiadores								
Internacional	Interno								
	Coalizão; Externo								

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 4.3 Conflito Étnico: Indígenas

Novamente, a exemplo do subcapítulo anterior não se trará as movimentações já expostas no Conflito do Licenciamento, atendo-se a novas movimentações.

Vale ressaltar que o Brasil é signatário da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização Internacional do trabalho (OIT), entre outras organizações de defesa dos direitos humanos. Pode parecer redundante, mas estes foram os destinatários das reivindicações dos atores defensores das minorias indígenas e quilombola, embora esta última apareça muito discretamente como apoiadora em movimentações indígenas. Além disso, o Brasil é regido por sua Constituição Federal e, no caso, argui-se o não acatamento do seu artigo 5º que versa sobre os direitos do cidadão, linha em que se baseiam a maioria das argumentações explanadas. Também na Constituição Federal (Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo VIII, dos Índios), os artigos 231 e 232, que versam sobre os povos indígenas, destaca-se:

- As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;
- O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada (caso autorizada a lavra) a participação em seus resultados da lavra, na forma da lei.
- É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

De forma geral este conflito é muito simples de definição, embora não seja o mesmo para solução. A FUNAI, não se opôs aos licenciamentos das obras (FUNAI, 2007), como será exposto adiante, ainda que tenha anuído ter conhecimento e ser denunciante da incompletude dos estudos iniciais, EIA/RIMA em relação aos povos indígenas. (FUNAI, 2006).

Outra característica neste conflito é que, por natureza, estas minorias, a indígena e quilombola, optam pelo isolamento e assim ficam a mercê dos acontecimentos por ausência. Esta é a razão de serem os atores deste estudo aqueles que representam estes povos voluntariamente, como a KANINDÉ, o CIMI, e a COIAB, e os institucionalizados, como a FUNAI. A diferença é que os institucionalizados são investidos de poder e ganham para isto, sendo uma função remunerada, independente de ser voluntária ou voluntariosa. Os movimentos de oposição divulgados e vistos pela sociedade como um todo, não contavam com povos indígenas isolados, nem os voluntariamente não relacionados com a cultura majoritária. Os índios que participaram dos eventos são índios mais esclarecidos, com maior interação com a civilização colonizadora, como os Cinta Larga, os Gaviões, os Araras e os Karitiana, unidos em defesa de suas origens.

Divulgados os EIA/RIMA a FUNAI, jurisdicionada ao Ministério da Justiça, por meio da Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (CGPIMA) emite o ofício 491/CMAM/CGPIMA/06 (25/10), salientando que aqueles estudos continham informações parciais a respeito das questões indígenas e que eles se restringiam a dados informativos e não a estudos formalizados, nem esclareciam os impactos socioambientais possíveis. Ainda neste ofício, esclarece que segundo seu entendimento (da FUNAI) os documentos deveriam ter as análises técnicas do ambiente quanto as questões físicas, bióticas, econômicas e culturais relativas aos grupos indígenas afetados. Acresce que foi noticiado a existência de outros povos indígenas, isolados, que vivem na área de abrangência dos empreendimentos. Claramente “[...] Além disso, entendemos que as comunidades indígenas a **jusante** (grifo do autor) dos empreendimentos foram desconsideradas nos Estudos Ambientais, revelando do nosso ponto de vista uma falha significativa nos Estudos.” (FUNAI, 2006, p.1). Neste mesmo ofício, entre outras considerações, acresce “[...] outro aspecto importante, é sobre a indicação da existência de **Índios Isolados** (grifo do autor) na área de influência do Complexo do Madeira.” (FUNAI, 2006, p.2). Inclui também uma série de recomendações.

Em resposta, FURNAS (06/12) envia mapas solicitados e esclarece que as terras indígenas citadas no ofício estão muito distante da área de abrangência do complexo.

O IBAMA, também responde o ofício (10/01), a partir de seu Ofício nº 42/2007 – GT/IBAMA, onde explana, não sem antes grifar que até aquele momento havia sido pedida tão somente a Licença Ambiental, :

[...] A área de influência dos empreendimentos propostos, conforme verificada no Estudo de Impacto Ambiental, não atinge as comunidades citadas no referido ofício. As Terras Indígenas de jusante citadas não margeiam o rio Madeira e sim os seus afluentes.” (grifo do autor) (IBAMA, 2007h, p.1)

Em tréplica (24/05), a FUNAI responde que acata as considerações do IBAMA e não impõe óbice à emissão da Licença Prévia (FUNAI, 2007).

O IBAMA concede a LP mediante 33 condicionantes, das quais apenas uma concernente à população indígena, dizendo que empreendedor deve contemplar as recomendações da FUNAI em seu Programa de Apoio a Comunidades Indígenas, sem esclarecer quais.

A partir deste ponto as ONGs KANINDÉ, CIMI, COIAB, CPT, FOBOMADE, entre outras que defendem minorias étnicas, se uniram nas manifestações sociais programadas por outros grupos como o MAB, Amigos da Terra e Via Campesina. Concomitantemente, se valeram de ferramentas para alcançar as vias internacionais, como a ONU a OEA e o Tribunal da Águas, em forma de denúncias argumentando a desconsideração dos estudos quanto as populações tradicionais, ferindo o art. 6º da Convenção 169, sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que versa a respeito da necessidade de consulta dos povos afetados por impactos socioambientais, isto feito de maneira apropriada, ou seja, condizente com estes povos (BERMANN, et al, 2010).

Estas denúncias provocaram diligências e inspeções destas organizações, a exemplo da visita de James Anaya, relator especial das Nações Unidas para Direitos Humanos e Fundamentais dos Povos Indígenas em 2008 e depois em 2010. (UNISINOS, 2010).

Em junho (2008), é publicado um relatório do grupo GTA: O Fim da Floresta? A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas em Rondônia, onde já se destacava a proximidade de índios isolados na área de abrangência das obras. (GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO - GTA RONDÔNIA, 2008)

A FUNAI expede em 30 de julho ofício nº 203/PRES/FUNAI/2008, que inclui um Plano de Trabalho onde descreve reunião ocorrida com o consórcio MESA em que foi acordado a construção de um plano para identificação de áreas onde estão os povos isolados que podem ser afetados pelas obras da UHE de Santo Antônio, e sua represa. Na denúncia formal assinada pela Amigos da Terra, Kanindé e outros, denuncia que este ofício só foi divulgado após a emissão da LI. (AMIGOS DA TERRA et al, 2010).

Em outubro, três semanas após o início das obras O Globo publica matéria denunciando a ameaça a grupos indígenas isolados pelas obras do Madeira. Nesta matéria há uma declaração de Elías Bigio, então coordenador geral de Índios Isolados da Funai, de que se fosse constatada a presença de índios nas imediações das obras, estas não seguiriam seu calendário (CARVALHO, 2008).

Em seguida surge a polêmica a respeito da mudança de eixo da UHE de Jirau e está focada no Conflito do Licenciamento. Acresce-se aqui uma Audiência Pública solicitada pelo Comitê de Sustentabilidade da Usina de Jirau, no distrito de Mutum Paraná, em abril de 2010, com o objetivo de se formar este comitê. No relato da CPT na denúncia ao relator da ONU em 2010, nesta reunião estiveram presentes “[...] de los pueblos indígenas se presentó sólo un líder Karipuna,” e que a reunião “[...] en la práctica se redujo únicamente a revisión de la información de intereses del consorcio sobre los 33 condicionantes del Projeto Básico Ambiental-PBA.”, concluído que os presentes se sentiram como se tivessem sido “[...] invitados sólo para legitimar los intereses económicos del consorcio Energia Sustentável do Brasil, el ESBR.” (CIMI; CPT, 2010, s.p.), conclusão esta, comum entre os participantes das audiências públicas destinadas às discussões de tratamento de conflitos socioambientais já detectadas em trabalho coordenado por Leroy e Acserad (SOUZA et al, 2009, p.5-6):

Nos casos estudados, porém, as audiências públicas foram usadas pelos empreendedores e órgãos estaduais como instâncias formais de transmissão de informações sobre os benefícios econômicos dos empreendimentos, em detrimento do debate amplo e transparente sobre seus impactos sócio-ambientais, para um público que é tido como mero receptor da mensagem, atitude que impõe limites claros ao seu papel efetivamente democratizante. Não raras vezes, exercem-se constrangimentos morais sobre os interessados, presentes ou não nas audiências, para que estes silenciem.

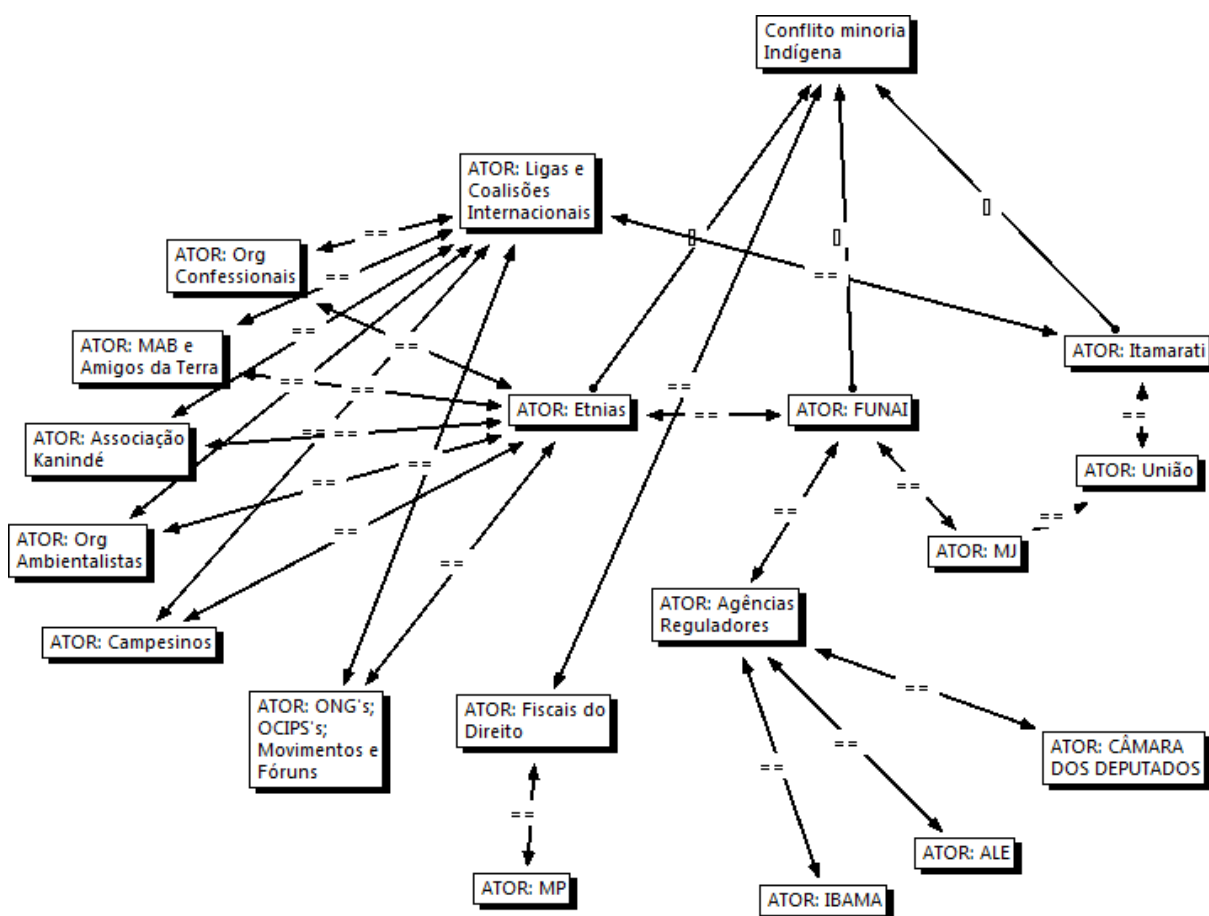
Quanto a Assembleia Legislativa Estadual, nas convocações para a apuração e esclarecimento dos fatos pela CPI, a FUNAI não se manifestou apesar de ter sido formalmente convidada.

Em janeiro (07) de 2012, a agência Repórter Brasil, publica notícia em que FUNAI confirma a presença de povos indígenas isolados em área próxima ao canteiro de obras das usinas. Notícia também que esta confirmação havia sido publicada no blog da regional da Coordenação Regional de Rondônia e depois retirada, no entanto, já havia sido capturada e divulgada por ONGs e interessados da questão (CEDEFES, 2011; FARIAS, 2011). A reportagem não conseguiu esclarecimentos a respeito dessa ação (REPORTER BRASIL, 2012). Fica a questão para estudo futuro.

A Plataforma DHESCA, também denuncia a violação dos direitos dos indígenas em seus relatórios (ZAGALO; LISBOA, 2011).

A figura 5 apresenta os atores deste conflito.

**Figura 5 - Atores do Conflito Étnico: Indígenas.**



Fonte: Elaborado pelo autor.



Desta forma, este conflito se desenha de forma diferente dos inerentes, qual seja, por disputa de propriedade e domínio de recursos naturais, pois o sentido de propriedade não pode ser definido para os povos isolados que têm por hábito evitar as populações e aglomerados, o que causa seu deslocamento compulsório criando conflitos outros que não são objeto deste estudo. Elimina-se a causa do conflito por ações antrópicas, uma vez que este se desenha desde antes que estas ações aconteçam. Assim, este conflito se enquadraria melhor na definição de Little como um conflito causado por diferenças culturais, ou seja, aqui descrito como Desnível de Conhecimento, mas uma limitação deste raciocínio é que para haver desnível deve haver comparação e os povos isolados não se comparam. No entanto, seus defensores, das minorias étnicas, indígenas e quilombolas, tomam uma posição de Veto, na tentativa de impedir a afetação a estes povos, em especial os isolados, o que remete à disputa do direito de domínio dos recursos. Assim, assume-se a principal causa como uma Disputa por Recursos Naturais.

Seu tratamento é claramente de Gestão e, como nos casos anteriores, prevaleceu o uso da teoria dos jogos, forçando um resultado de soma zero, não sendo aplicada, na medida do possível, a teoria da escolha racional.

Quanto a classificação e posicionamento dos atores apresenta-se o quadro 7, com a ressalva de que a FUNAI, aqui posicionada como Neutra, é denunciada pelos defensores dos povos indígenas como omissa.

**Quadro 7 – Caracterização do Conflito Étnico: Indígenas.**

Conflito	Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)		
	Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimento Ambiental	Gestão	Resolução	Transformação
Conflito do Étnico: Indígenas						

Atores	Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
	Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Camposinos; Minorias Étnicas; Kanindé; MAB; ONG, OSCIPS, Movimentos e Redes; Org. Confessionais; Org. Ambientalistas								
Órgão de Conhecimento	Acadêmico; Consultoria							
Mega Organizações	Construtores; Energia; Financiadores							
Agências	IBAMA							
	FUNAI							
	ANA							
	ANEEL							

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Agências	ALE								
	Câmara Federal								
União	MMA								
	MJ								
	MT								
	MME								
	MTIS								
	AGU								
	MPA								
Internacional	Interno								
	Coalizão								
	Externo								

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.4 Conflito Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)

Este conflito se constitui pela preservação do patrimônio cultural tombado em 1989 pela Constituição do Estado de Rondônia, em 11 de novembro de 2005 pelo IPHAN e regulamentada pela Portaria nº 231, de 13 de julho de 2007 do Ministério da Cultura. Com as obras para formação e o alagamento das represas do Complexo do Madeira, muitas partes da antiga EFMM, ficarão comprometidas ou submersas.

Antes de descrever o decorrer dos fatos, coloca-se que, em reunião para tratar dos impactos sobre o acervo da ferrovia no caso de aumento da cota de operação da UHE de Santo Antônio, dia 9 de março de 2012, os representantes da concessionária Santo Antônio Energia (SAE), antiga MESA, apresentaram, para surpresa de todos os demais, representantes do IPHAN, do IBAMA e da Secretaria Estadual de Cultura, a Lei estadual número 1776, criada em 10 de agosto de 2007, que trata do desmembramento de parte do patrimônio da EFMM tombado, justamente a parte afetada pelas obras.

Em março de 2006, reúnem-se FURNAS e IPHAN que resulta em um ofício (GA.I.E. 090.2006) de retorno por parte de FURNAS alguns dias depois (24), anexando uma série de documentos que foram solicitados durante a reunião, incluindo um conjunto fotográfico de peças e sítios correspondentes à EFMM. Neste mesmo ofício FURNAS pede a indicação da área tombada para “[...] que possamos propor a melhor solução de arranjo do canteiro do AHE Santo Antonio (sic), que evite, se possível, a interferência direta na área tombada ou, caso contrário, minimize uma eventual interferência.” (FURNAS, 2006, p.1).

Em resposta IPHAN (Ofício Nº 007/06 GProt/DEPAM-RJ) em abril, esclarece que o material enviado não é adequado para avaliação dos impactos, ainda que tenha identificado alguns impactos. Anexa documentação própria com imagens e outros documentos para que o empreendedor sinalize exatamente quais as áreas que serão afetadas e de que forma (IPHAN, 2006). Furnas responde anexando o desenho da UHE de Santo Antônio em maio do mesmo ano.

Em julho (31), o IPHAN (2006, p.1) responde por

[...] determinação do Diretor do DEPAM, Prof. Dalmo Vieira Filho  
[...] que o IPHAN põe-se de acordo com os compromissos manifestado por V.S<sup>a</sup>. no documento encaminhado por fax, quanto à realização de ações mitigadoras e compensatórias dos impactos ao patrimônio cultural protegido da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

[...] uma vez apresentados tempestivamente os projetos e demais ações mitigadoras e compensatórias, [...] o IPHAN expedirá as licenças e demais documentos que couberem em seu âmbito jurídico-administrativo.

Outubro (2006), IPHAN, por meio do ofício nº150/06/GEPAN/DEPAM/IPHAN, anui com o que consta nos EIA/RIMA e consente na emissão da LP junto ao IBAMA, mas impõe condicionantes:

- Apresentação de projeto de diagnóstico arqueológico em até sessenta dias da emissão da LP;
- Implantação de programa de prospecção arqueológica pré-histórica e histórica;
- Execução de um programa de resgate arqueológico.

Acresce que, como medidas mitigadoras e compensatórias deve ser elaborado:

- Projeto de viabilização e reativação do percurso da linha férrea entre Porto Velho, Santo Antônio e Museu da Estrada de Ferro Madeira Mamoré;
- Elaboração de um plano de manejo e revitalização das áreas onde estão as ruínas do hospital, cemitério da Candelária e da Igreja de Santo Antônio.
- Projeto de construção de um Centro de Cultura das Nações Indígenas impactadas pela construção da EFMM;
- Projeto de um Memorial aos trabalhadores da EFMM.

Ainda neste ofício, destaca que nenhuma obra de engenharia deve ser realizada nas áreas que devem ser objeto de prospecção , proteção ou salvamento arqueológico antes da realização dos mesmos.

Em julho de 2009, a Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia de Amigos da Madeira-Mamoré (AMMA), descreve os acontecimentos em carta denuncia enviada para o então Ministro de Cultura, Sr. Jucá Ferreira, a partir do relato de seu presidente. Assim temos:

- Serraria das Onze Horas, desmontada entre setembro e outubro de 2009;

- Prédio do Plano Inclinado ou Estação Velha, demolida em maio de 2010;
- Destruição da Candelária e do Cemitério da Candelária, a partir de 2007;
- Subtração dos Trilhos da estrada de ferro;
- Destruição do entorno da vila Ferroviária e da Candelária;
- Permissão de quiosques comerciais, no entorno e na área tombada;
- Destruição parcial e paulatina do Museu Ferroviário, a partir de 2007 com a autorização do funcionamento de restaurantes instalados dentro dos armazéns tombados;
- Subtração de diversos materiais históricos, incluindo um vagão, hoje servindo de ateliê privativo no Lago Sul em Brasília;

Ainda na carta a AMMA baliza as denúncias nas leis vigentes e registra que as estas foram formalizadas junto ao MP Estadual e Federal além da 4ª Câmara em Brasília (AMMA, 2010).

A superintendência de Rondônia, no relatório geral de Gestão 2011 do IPHAN, relata que naquele ano concentrou-se no acompanhamento do licenciamento ambiental das duas usinas no Rio Madeira. Ressalta que estas obras, executadas por empresas diferentes têm medidas de compensação diversas. Note-se que não se fala em mitigação. Justifica a não propositura de projetos a serem executados em razão do alto volume de trabalho exigido pelas demandas de Rondônia. Esclarece que tal procedimento, de acompanhamento do licenciamento das usinas “proporcionou a esta unidade um amadurecimento também de algumas discussões relacionadas aos limites e possibilidades de nossa atuação, respeitando e tendo procurando manter clareza da missão institucional do instituto.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p.131).

A CPI das Usinas da ALE em seu relatório anuncia que quanto à defesa do patrimônio tombado pela União: “[...] Nesse mesmo contexto, há documentos que demonstram danos aos bens e acervos da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, protegida e tombada pela própria Constituição do Estado.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, 2010, p.71).

O relatório descreve o rol de documentos comprobatórios dos impactos lesivos ao patrimônio da EFMM, donde aqui se destaca o:

[...] Memo n. 0585/CGPI/SEAD, demonstra que: “O prejuízo patrimonial é incalculável, tendo como parâmetro que simplesmente o Distrito de Mutum Paraná sumirá do mapa, com ele irá grande parte da história da E.F. Madeira Mamoré.” (grifo do emitente) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, 2010, p.71).

O relatório cita ainda, a Lei estadual nº. 1.776, que desmembra parte do patrimônio, autorizando a execução das obras da UHE de Jirau nessas áreas, mas pondera: “[...] Contudo, a alteração do eixo, sem estudos precisos sobre a afetação do patrimônio estatal, viola ato normativo legislativo, norma constitucional derivada, bem como destrói fragmentos da história do Estado de Rondônia.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, 2010, p.72).

O resultado da denúncia contra o IPHAN ao Ministro da Cultura parece não ter tido nenhum resultado prático, uma vez que dois anos depois, em março de 2012, a AMMA publica outra carta, em forma de manifesto dirigida à Presidente Dilma Rousseff, denunciando os mesmos crimes e incluindo outros acontecimentos, como a submersão do Marco Rondon<sup>26</sup> e o fenômeno da Terra Caída<sup>27</sup> ocorrida no bairro do Triângulo, não relacionados com a EFMM. Mas inclui também a submersão da Ponte de Jaci Paraná, esta sim relacionada com a EFMM e tombada por lei (AMMA, 2012). Estes fatos foram amplamente divulgados pela mídia (Tudo Rondônia; Rondônia Agora; Rondônia ao Vivo; Portal Amazônia, entre outros).

Em fevereiro (07) de 2012, o IPHAN assina, juntamente com outros cinco órgãos públicos e a SAE um TAC, elaborado pelo MP-RO e MPF denominado TAC da Erosão, que trata de medidas de recuperação e compensação dos impactos causados pelo banzeiro quando da abertura das comportas da UHE de Santo Antônio, no caso do IPHAN, se refere ao Marco Zero – Marco Rondon o qual a SAE se compromete a resgatar. Não há referência ao patrimônio da EFMM. Neste TAC foi também acordada a situação dos moradores do bairro Triângulo, impactados pelo banzeiro.

No relatório da Diligência da Câmara dos Deputados, em março de 2012, consta que o representante da Associação de Preservação do Patrimônio Histórico

---

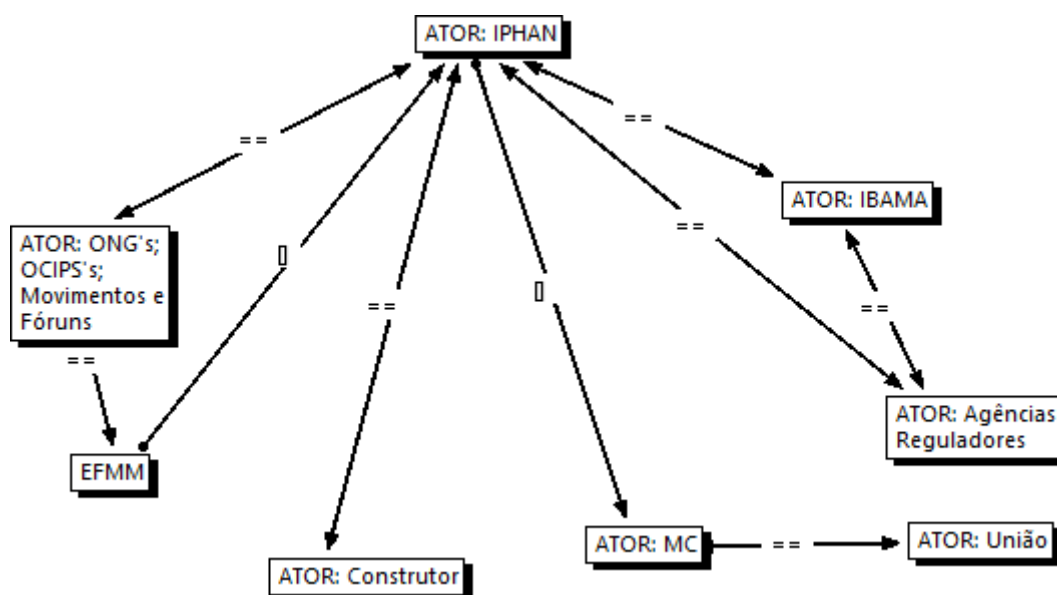
<sup>26</sup> Inaugurado em 1911, marcava a divisa dos Estados de Amazonas e Mato Grosso, tombado por lei, submerso quando da abertura das comportas da UHE de Santo Antônio. Não previsto nos EIA/RIMA.

<sup>27</sup> Fenômeno de erosão fluvial que desbarranca as margens de um rio, ocorrido quando da abertura das comportas da UHE de Santo Antônio. Não previsto nos estudos EIA/RIMA.

do Estado de Rondônia (APHER), em seu depoimento apontou o desaparecimento total da histórica Estrada de Ferro Madeira Mamoré, apresentando documentos e fotos.

Assim tem-se os atores, representados na figura 6.

**Figura 6 - Atores do Conflito da EFMM.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, este conflito pode ser classificado como originário das Ações Antrópicas, seu tratamento foi de Gestão e embora a potencialidade de aplicação das teorias conjuntas que basilam este tratamento, foi utilizado majoritariamente a teoria dos jogos.

Seus atores a AMMA tem uma característica de defesa de Cultura e posicionou-se em Oposição às obras, mas não se percebe uma condição inegociável, que seria então de veto.

O IPHAN, por estatuto defende patrimônio Cultural embora tenha se posicionado ora com neutralidade, ora como oposição, esta muito tímida, adotou-se classifica-lo em um posicionamento de neutralidade, possivelmente pressionada pelas forças subjacentes.

Os demais atores são classificados como no quadro 8.



**Quadro 8 - Caracterização do Confronto da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.**

Conflito		Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)		
		Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimento Ambiental	Gestão	Resolução	Transformação
Conflito do da EFMM							

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
ONG, OSCIPS, Movimentos e Redes; Org. Ambientalistas									
Mega Organizações	Construtores; Energia; Financiadores								
Agências	IBAMA; IPHAN								
	ALE; Câmara Federal								
União	MC								
Estado	SEDAM								
	SESAU								
	CEDEC								
Município									

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.5 Conflito do Bairro Triângulo

O Conflito do bairro Triângulo é um conflito claramente causado por Ações Antrópicas, uma vez que é decorrente da alteração da mecânica original do Rio Madeira. Esta alteração se deve à construção de um gigantesco barramento no rio e a ocorrência se deve à abertura das primeiras comportas da UHE de Santo Antônio que se iniciou em dezembro de 2011, criando uma vazão violenta, com ondas agressivas às margens do rio, denominada pelos ribeirinhos de banzeiro. Este movimento causou uma erosão fluvial acelerada decorrendo em um desbarrancamento das margens do rio, à semelhança de um fenômeno, natural no Rio Madeira, chamado de Terra Caída, evento o qual o empreendedor tentou, sem sucesso, impingir a responsabilidade. Luís Garzon em entrevista a Tânia Pacheco explana (2012, s.p)

Após o enchimento do lago da barragem de Santo Antônio, a abertura das comportas, no dia 23 de janeiro de 2012, provocou uma movimentação irregular nas águas do rio Madeira, produzindo socavação e o desbarrancamento de cerca de 7 km à jusante do eixo da barragem, afetando diretamente o Bairro Triângulo, 5 km à jusante do eixo da barragem (documento SA). Cerca de, (sic) 115 moradias foram afetadas pelo processo erosivo e as famílias encaminhadas para hotéis e pousadas na cidade de Porto Velho. Realizamos entrevistas com moradores deslocados e remanescentes foram direcionadas para registrar como era seu modo de vida e quais suas impressões acerca do incidente que levou ao despejo forçado de centenas de pessoas.

O bairro do Triângulo, mais de um século depois de seu início, será remodelado, pois a força das águas derrubou uma série de construções mais próximas da margem. É interessante colocar que este foi uma ocorrência não prevista nos estudos iniciais do complexo, corroborando com as insistentes denúncias de incompletude de tais estudos.

Em entrevista com morador nascido e criado no bairro, que infelizmente declinou de identificação, sua casa construída em alvenaria tremia por vezes, depois da abertura das comportas. A ação deles foi procurar a Prefeitura Municipal que disse o evento não era de grande importância, apenas uma acomodação do terreno. Na semana seguinte receberam a visita da Defesa Civil, anunciando que deveria se retirar do local. A mudança foi a toque de caixa, custeada pela empreendedora, deslocando a família para um hotel, onde ficaram até outra mudança para um apartamento alugado pela SAE, onde se encontram até a presente data (dezembro

de 2012), aguardando a construção da casa acordada que está em construção. Quatro dias após sua mudança a sua casa perdeu um dos quartos para o rio.

Este depoimento, corrobora com os depoimentos de outros moradores, estes fartamente documentados em reportagens audiovisuais e de ampla divulgação.

O Núcleo Rondônia do Grupo de Pesquisa Poder e Política públicas nas bordas da Amazônia (GPPAN) emitiu um relatório onde descreve o desenrolar dos acontecimentos e inclui fotos e depoimentos dos moradores tradicionais, composta por famílias “[...] “beiradeiras”, marginalizadas socialmente, mas plenamente integradas a um meio socioambiental único, conformado por usos e saberes compartilhados, baseado na pesca e no agroextrativismo tradicionais.” (GARZON, 2012, s.p). Há também filmagens publicadas no sítio eletrônico Youtube<sup>28</sup> contendo os registros visuais e os alguns dos depoimentos transcritos no relatório do GPPAN.

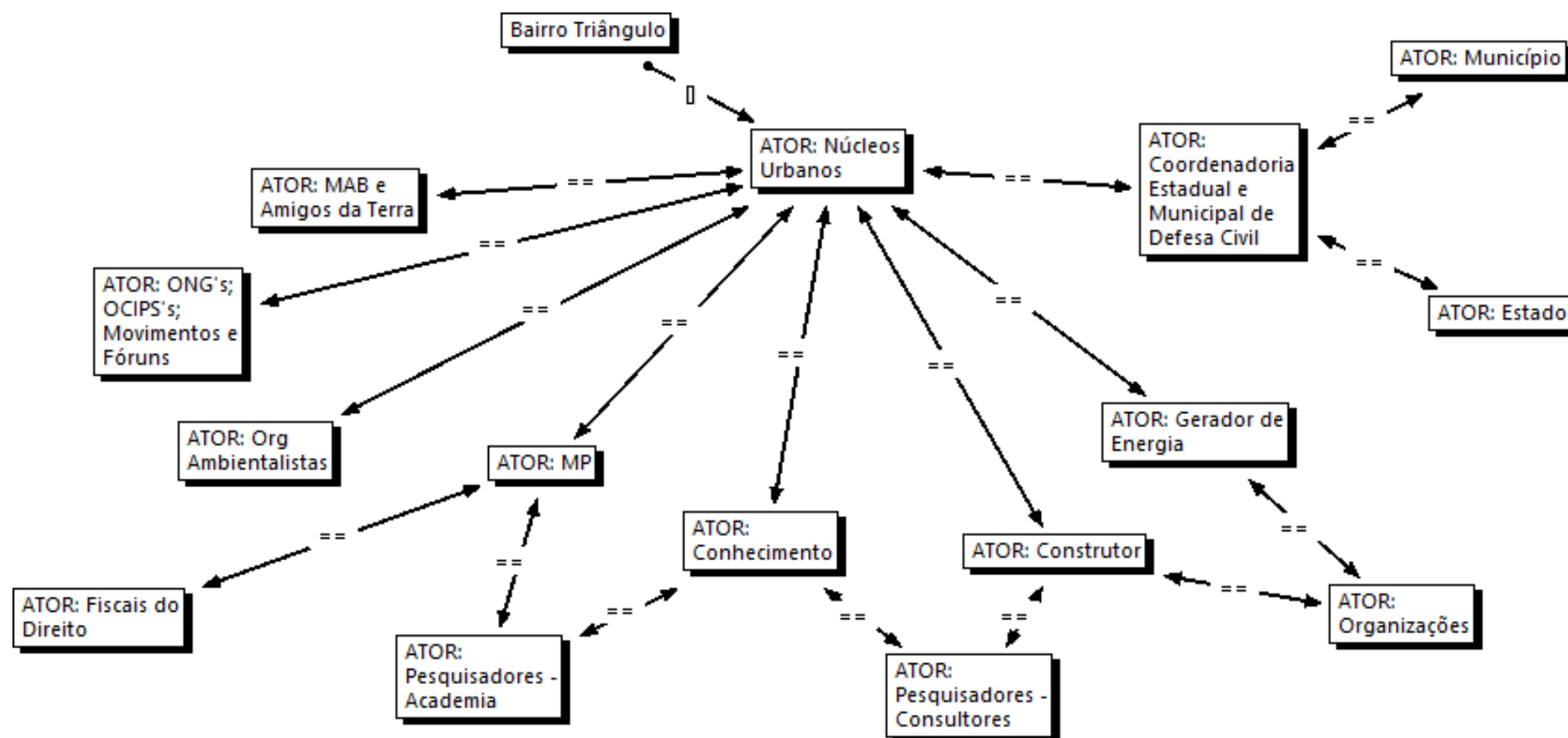
Os moradores do bairro foram deslocados a hotéis e apartamentos custeados pelo empreendedor até solução definitiva de sua situação. Esta medida foi conseguida graças a intercedência do MP que conseguiu a assinatura de um TAC, acordado em 3 de fevereiro e assinado em 7 do mesmo mês.

Caracterizado o conflito como resultado de Ações Antrópicas, tentou-se um tratamento de Gestão, mas a interveniência do MP resultou em um tratamento com abordagem de Resolução do conflito, embora não se possa eliminar a causa em si, pode-se afastar os afetados da causa e atender as necessidades que antes eram atendidas. Enfim, é um tratamento processual, não coercitivo que trará outros conflitos sociais inerentes às perdas culturais dos afetados. Seus atores, conforme figura 7, posicionaram-se de acordo com o que se apresenta no quadro 9, destacando-se que neste conflito não há mais um posicionamento de veto, uma vez que a causa foi consumada e é irreversível.

---

<sup>28</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=\\_NkRKylAkHk](http://www.youtube.com/watch?v=_NkRKylAkHk)

Figura 7 - Atores do Conflito do bairro Triângulo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 9 - Caracterização do Conflito do bairro Triângulo.**

Conflito		Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)		
		Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimentos Ambientais	Gestão	Resolução	Transformação
Conflito do bairro Triângulo							

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Núcleos Urbanos; MAB; ONG, OSCIPS, Movimentos e Redes; Org. Confessionais; Org. Ambientalistas									
Órgão de Conhecimento	Acadêmico								
	Consultoria								
Mega Organizações	Construtores								
	Energia								
	Financiadores								
Estado	PM								
	PM-Bombeiros								
	CEDEC								
Município	CEDEC								

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.6 Conflito do Deslocamento da População Afetada

Este conflito deveria ter seu início após a aprovação da LI ou, ao menos, após a realização do leilão, quando o então ganhador da concessão seria conhecido, uma vez que estas negociações deveriam ser feitas por quem aceitasse as condicionantes e ganhasse o leilão.

Em matéria publicada pela A Crítica<sup>29</sup> de 11 de março de 2008:

[...] De acordo com a assessoria de imprensa do consórcio Madeira Energia, as negociações com os ribeirinhos atingidos pelo lago das usinas de Santo Antônio e Jirau ainda não começaram porque a empresa aguarda emissão da Licença de Instalação (LI) do empreendimento. Estima-se que o Ibama (sic) dê a licença no segundo semestre deste ano.

e, na mesma matéria:

[...] Pedro, pai de sete filhos, cedeu sua casa para as inúmeras reuniões entre técnicos de Furnas e a comunidade realizadas entre 2005 e 2007. Durante os encontros, os técnicos diziam que a inundação era inevitável e que as únicas alternativas seriam: ir para um assentamento ou receber indenização em dinheiro. “Eles querem colocar a gente em outro lugar, mas não sabemos onde isso vai ser. Aqui, a nossa vida é ótima. Estamos um pouco longe, mas temos tudo o que precisamos. E se colocarem a gente num lugar que não tem rio?” (grifo do autor).

Há outros relatos da movimentação de Furnas muito antes da licença e do leilão, o que remete a uma dúvida quanto à transparência do processo (MAB, 2011; ALE, 2010).

De acordo com o PBA do AHE Santo Antônio, a população atingida se compõe de assentamentos do INCRA, no caso, o assentamento Joana d’Arc e os ribeirinhos moradores às margens do rio, inclusive núcleos urbanos como a Vila de Santo Antônio, Vila de Jaci-Paraná, Amazonas, Vila Mutum, Vila de Abunã, para citar alguns.

As Condicionantes da LP da UHE de Santo Antônio que dizem respeito mais direto às este conflito são duas, a 2.24 e 2.25, a saber:

- 2.24 Apresentar medidas mitigadoras à famílias não proprietárias na área de influência dos empreendimentos, que venham a ter atividades econômicas afetadas.

<sup>29</sup> [http://acritica.uol.com.br/especiais/Orfaos-Madeira\\_0\\_294570596.html](http://acritica.uol.com.br/especiais/Orfaos-Madeira_0_294570596.html)

- 2.25 Considerar, no Programa de Compensação Social, medidas de apoio aos assentamentos de reforma agrária, agricultores familiares e comunidades ribeirinhas na área de influência do empreendimento, visando o desenvolvimento de atividades ambientais sustentáveis.

O Programa de Remanejamento da População Atingida deste empreendimento está subdividido em dois subprogramas: o Subprograma de Remanejamento da População Atingida e Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas. No caso do primeiro, a delimitação do número de pessoas a serem reassentadas tem um equívoco em relação às pessoas a serem compensadas, uma vez que considera apenas àquelas pessoas que vivem na área até 100 metros da margem do rio, em flagrante violação legal, que exige a criação de uma Área de Proteção Permanente (APP) de 500 metros para rios com larguras superiores a 600 metros, caso do Rio Madeira. Isto também provoca um censo muito diferente que aquele levantado no programa, o que explica a diferença significativa entre o levantamento do consórcio e das organizações não governamentais. (FARREL, 2008)

Leanne Farrel fez uma pesquisa de campo em abril de 2008, na área que abrange o igarapé Jaci-Paraná e constatou que “[...] apenas os moradores nas primeiras casas na beira do rio – entre uma faixa de no máximo 30m – foram notificados até agora da necessidade de reassentamento.” (2008, p.26). A pesquisadora contesta ainda os números achados pelo consórcio quanto ao total de imóveis a serem atingidos em Jaci-Paraná “[...] 20 edificações com 41 moradores localizados na área a ser alagada, e 104 edificações com 260 moradores há até 100m do reservatório, de um total de 1860 residências no local.” (2008, p.26). Na avaliação da pesquisadora várias pessoas dizem não terem sido entrevistadas, outras que foram entrevistadas e assinaram o cadastramento, mas nenhuma recebeu cópia do documento assinado. O que se procura neste parágrafo é frisar as lacunas quanto ao cadastramento executado para a elegibilidade de direito à compensação das famílias atingidas, quesito regularmente contestado pelas ONGs, em especial o MAB e o GTA (FARREL, 2008).

Note-se também que os atingidos do assentamento Joana d’Arc só teriam direito às medidas compensatórias se tivessem a titulação de seus respectivos imóveis, uma demanda superior a 20 anos, intento conseguido por interveniência do

MAB, que os auxiliou junto ao INCRA para que pudessem fazer jus ao direito. Estes foram também os que obtiveram melhores resultados nas compensações acordadas, ainda que não totalmente cumpridas, como veremos adiante.

As negociações com os afetados deveriam ter início após a concessão da LI, o que ocorreu em 11 de agosto de 2008, no caso da UHE de Santo Antônio. O cenário em agosto e setembro, como mostram diversas matérias audiovisuais, nos locais de afetação mais premente, era de desolação e de uma resignação fatalista, expressa na frase de Dona Lúcia, que vive há 50 anos no local.

[...] "Ouvi falar que arrumaram um lugar pra eu ficar na cidade até aprontarem minha casa nova (na agrovila)", disse sem muita segurança. Mesmo sem ter certeza de onde vai ficar já começou a desmontar a casa, pois "eles mandaram a gente sair no domingo (7/9). Nós não queremos, mas não tem jeito, né? Tem que sair", lamentou. (grifos do autor)

Trinta dias após a emissão da licença, como protesto, grupos opositores às obras acamparam no local onde seria construído o canteiro de obras na MESA, como explanado no Conflito do Licenciamento.

A diligência da Câmara dos Deputados recolheu várias denúncias durante sua execução em 22 de abril de 2012, dentre as mais importantes, destaca-se o depoimento de ribeirinhos anunciando que antes das usinas o Distrito de Jaci-Paraná era tranquilo e que estavam vivendo um sonho de melhoria da qualidade de vida com um projeto de criadouro em tanque patrocinado pela Petrobrás com outros 28 pescadores, mas que os peixes morreram com as ações do consórcio, que não reconhece a responsabilidade e, portanto, a associação irá recorrer em juízo, pleiteando ressarcimento dos prejuízos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Neste mesmo relatório, consta a declaração de que o INCRA remanejou e assentou várias pessoas, embora nem todos tenham sido contemplados com a ação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012). Ao todo foram sete reassentamentos, sendo cinco rurais e dois urbanos. Os assentamentos não respeitaram os direitos dos afetados como iguais, sendo que os assentamentos variam de 20 a 50 hectares em áreas rurais e de 200 m<sup>2</sup> a 1 hectare em áreas urbanas.

- Reassentamento da nova Vila de Teotônio, composta de pescadores, não estão se adaptando à vida longe do rio.
- Reassentamento Santa Rita, composta dos colonos do assentamento Joana d'Arc, solicitaram e conseguiram a ajuda do MAB, estão



assentados em lotes de 10 ha com promessa de indexação de outros 40 ha de reserva, embora esta área ainda não tenha sido adquirida pelo consórcio. Suas moradias também são diferenciadas, pois conseguiram casas com 100 m<sup>2</sup> independentemente do número de componentes da família, intento não conseguido pelos demais assentados, que tiveram que se contentar com moradias menores. Há outros diferenciais neste reassentamento como: a existência de um poço semi-artesiano por lote, maquinaria agrícola e galpão de armazenamento dos produtos da colheita.

- Reassentamento São Domingos, composta pelas famílias ribeirinhas oriundas na margem esquerda do Madeira, estão sendo assentada em lotes de 7 a 17 ha, no entanto menos da metade das 36 famílias estavam assentadas em setembro de 2011.
- Reassentamento Riacho Azul, com tem 42 lotes/família em uma área de 981 ha próxima a Porto Velho, localiza-se na margem esquerda do rio Madeira.
- Reassentamento de Novo Engenho Velho, composta pelos ribeirinhos do núcleo urbano de Santo Antônio, foi à primeira área removida pela a empresa. É composta por uma área total de 282 ha, para 40 famílias/lote.
- Reassentamento de Morrinhos, composta pela população das comunidades de Zeca Gordo, Joana d'Arc, Padre Eterno e Morrinhos à margem esquerda do Madeira, hoje está próxima ao assentamento Santa Rita. Abriga 50 lotes/famílias em uma área de 947 ha.
- Reassentamento Parque dos Buritis, composto pelos ribeirinhos do rio Jaci-Paraná, fica no Distrito Jaci-Paraná, conta com uma área de 16 ha para reassentar 187/lotes família.

O censo das famílias atingidas é, desde o início, uma polêmica, a exemplo do o PBA de Santo Antônio, onde o consórcio estimava em 561 famílias afetadas, corrigiu-se oficialmente em 12/08/2009, para 1145 famílias, e trabalhou com a perspectiva de 1600 famílias afetadas em 2011, mas já divulgaram a necessidade

de espera do total enchimento do lago para se ter certeza do número exato de famílias atingidas (MAB, 2011; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Quanto ao PBA do AHE de Jirau, em fevereiro de 2010, o IBAMA solicita à ESBR detalhamento quanto a tipologia das casas. O empreendedor não atendeu a solicitação do IBAMA de considerar a estrutura familiar de todos os afetados, independentemente de serem ou não proprietários legais dos imóveis. Desta forma, planejou as moradias destas pessoas à semelhança do Projeto Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, alegando que os assentados poderiam, posteriormente implementar melhorias em suas moradias.

Por fim, no Núcleo Urbano de Nova Mutum não foi levado em consideração a estrutura familiar dos assentados, o que coloca o polo em defasagem com a dinâmica social, em especial as demandas de saneamento e abastecimento de água e energia. Além disso, o núcleo foi construído contendo casas inferiores para os assentados e outras melhores, destinadas aos técnicos que trabalham na obra, mais uma vez agredindo os atingidos, que se sentem diminuídos.

A adaptação do povo a esses reassentamentos não ocorreu como esperado, tendo os afetados estranhado o novo local e a alteração dos costumes. Há, ainda, denúncias de infraestrutura precária e de construção deficiente das moradias, que já apresentam rachaduras. Outro ponto negativo é o insucesso na implantação dos projetos econômico-produtivos alternativos (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2012; MAB, 2011; ZAGALO; LISBOA, 2011; ALE, 2010). De forma que, como alternativa econômica, os assentados optam por abrir bares e restaurantes, prostíbulos e à construção de barracos no terreno da casa, para onde se mudam com o fim de alugar a casa indenizada (ALE, 2010).

Vários pontos acordados como forma de mitigação e compensação dos impactos ainda não aconteceram, provocando inclusive uma ação do MP em outubro de 2010 exigindo o cumprimento do acordado, saneando irregularidades do reassentamento de Nova Mutum. É também o contexto causal das diligências, comissões de inquéritos e das inúmeras denúncias de desrespeito aos direitos humanos a nível mundial que ocorreram durante os anos de 2010 a 2012. Estes eventos e mais aqueles trabalhistas decorrentes da realização da obra em si, elegeram a empresa Suez como candidata a campeã mundial em desrespeito ao ambiente e aos direitos humanos.

Em dezembro se iniciou o remanejamento das famílias em Nova Mutum Paraná e a ESBR publicou diversos depoimentos de felicidade dos novos moradores do núcleo, felizes com suas áreas de 75 ha, sendo 15 ha para plantio e 60 ha de reserva. Estes mesmos moradores que na diligência de fevereiro da Câmara dos Deputados denunciavam as promessas não cumpridas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012)

Este conflito está muito longe de seu fim e a tendência é de se agravar à medida que o lago for enchendo e que se tome conhecimento dos impactos não estudados ou não divulgados. As ONGs se respaldam nos dados históricos, como o caso de Samuel, onde hoje, mais de 20 anos após o desassentamento da população atingida, ainda espera a definição e a indenização do ocorrido.

Está fora do hiato temporal deste trabalho, mas vale ressaltar que o MP entrou com uma Ação Civil Pública em julho de 2012, solicitando a não concessão da LO da UHE de Jirau por não cumprimento de condicionantes acordadas.

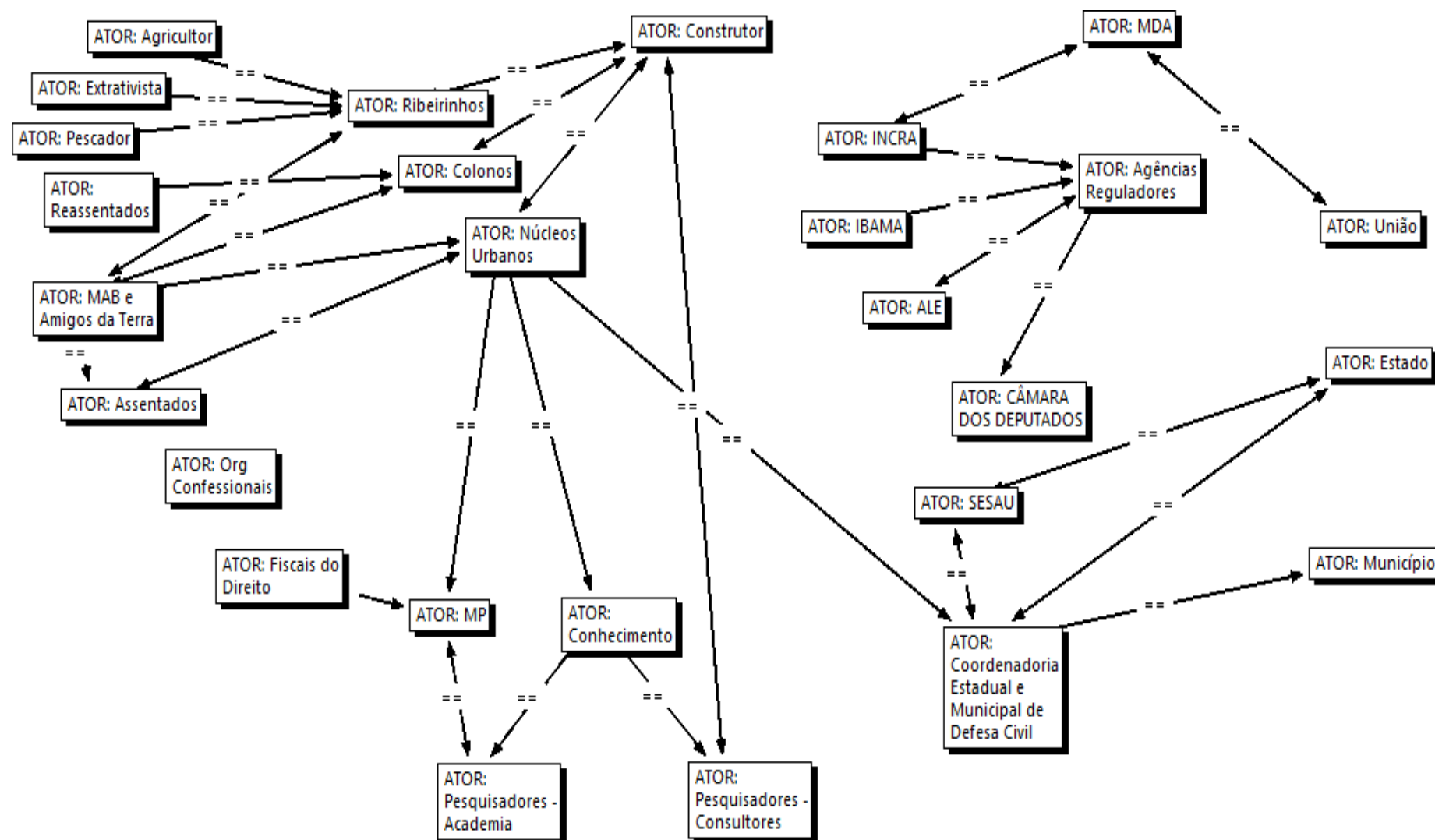
Desta forma, os atores que estavam em oposição às obras foram batidos quando das concessões das LP e LI e a partir de então se dispersaram em torno de 'diminuir o prejuízo', seu posicionamento de veto não fazia mais sentido, ainda que não tivessem sido esgotadas todas as possibilidades legais de impedimento das obras, um resultado muito improvável. Os colonos do assentamento Joana d'Arc se uniram ao MAB e à CPT, e juntos conseguiram, primeiramente seus títulos do assentamento junto ao INCRA, ficando elegíveis para indenizações, e depois obtiveram melhores resultados nas negociações com a ENERSUS em comparação com os demais assentados.

Assim, podemos definir este conflito tendo como origem a Ação Antrópica de barragem do Rio Madeira, deslocando povoamentos, núcleos urbanos e rurais para fora da área de alagamento da represa.

O tratamento dado é de Resolução uma vez que atendidas as necessidades humanas insatisfeitas o conflito se extingue.

Na figura 8, apresentam-se os principais grupos de atores envolvidos neste conflito e no quadro 10 os resultados consolidados da análise.

**Figura 8 - Atores do Conflito do Deslocamento da População Afetada.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 10 – Resultado do Conflito do Deslocamento da População Afetada.**

Conflito		Origem dos Conflitos (Little)			Estratégia de Tratamento do Conflito (Vargas)		
		Controle dos Recursos Naturais	Impactos gerados por ações antrópicas	Conhecimento Ambiental	Gestão	Resolução	Transformação
Conflito do Deslocamento da População Afetada							

Atores		Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
		Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Ribeirinhos	Agricultores familiares, Pescadores artesanais, Extrativistas								
Garimpeiros, Fazendeiro, Pecuário, Pescador Empresário									
Núcleos Urbanos, Colonos, Camponeses, Minorias Étnicas, Kanindé, MAB, ONG, OSCIPs, Movimentos e Redes, Org. Confessionais, Org. Ambientalistas									
Órgão Representação	Laboral								
	De Capital								
	Técnica								
Órgão Conhecimento	Acadêmico								
	Consultoria								

Atores			Características dos Atores (Vargas)			Posicionamento dos Atores (Nascimento)				
			Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto
Mega Organizações	Construtores, Financiadores	Energia,								
Agências	IBAMA, INCRA									
	ANEEL									
	ALE, Câmara Federal									
União	MMA, MC, MJ									
	MT, MME									
	MTIS									
	AGU									
	MPA									
	MDA									
Estado	SEDAM									
	SESAU, CEDEC									
Município	CEDEC; SEMA									

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, ainda incipiente, há um conflito surgindo que é o do aumento da cota da UHE de Santo Antônio, que tem de inusitado o embate de dois atores aliados até então, as empresas construtoras. A ENERSUS alega que ficará prejudicada caso a SAE seja autorizado a elevação da cota de 70,5 m para 71,3 m, além de que isso aumentará a área afetada pela UHE de Santo Antônio.

## 5 CONCLUSÕES

O objetivo principal foi alcançado, pois a partir da análise dos documentos pode-se caracterizar os principais conflitos socioambientais inerentes à construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e do Jirau no rio Madeira, quais sejam: o Conflito do Licenciamento; o Conflito Internacional; Conflito Étnico: Indígenas; Conflito do bairro Triângulo; e Conflito do Deslocamento da População Afetada.

Para que esta caracterização fosse possível foram identificados e os atores, seus meios de organização e as estruturas de mobilização utilizadas por aqueles envolvidos em cada conflito. Também foi identificada a diferenciação e posicionamento de cada grupo de atores, classificando-os perante cada um dos conflitos elencados seguindo o proposto por Glória Vargas e Elimar Nascimento, detalhados no capítulo da metodologia.

A ineficácia histórica anteriores das defesas de minorias faz com que os grupos de atingidos criem novos formatos de movimentação. Neste estudo constatou-se a formação de blocos de resistência, em relação à construção de hidrelétricas, em torno de redes mais experientes e de maior poder de influência. Se não foi conseguido o impedimento das obras, os atingidos pelo Complexo do Madeira aparentemente conseguiram mais avanços que seus pares no caso da usina de Samuel, até hoje sem definição das indenizações.

Finalmente, caracterizaram-se os conflitos elencados quanto à causa dominante de sua origem, baseado na proposição de Paul Little e quanto ao tratamento dado para manejo do conflito, segundo o preceito de Glória Vargas, atendendo então todas as proposições do estudo.

A causa mais premente dos conflitos, não sem surpresa, é pelo controle dos recursos naturais. Este é um processo lógico, pois se a obra não fosse executada, nenhum dos problemas decorrentes aconteceria. Para este estudo a proposta foi de demarcar uma causa abrangente, que atenda a todas as demandas, no caso o controle do recurso.

Após o insucesso do impedimento das obras, com as concessões das licenças, os atores se dispersaram em interesses individualizados a partir de percepções e causas diferentes, como o caso da EFMM, em defesa do patrimônio cultural e das minorias étnicas, na preservação de um *modus vivendi*, pela manutenção de sua cultura.



Outra situação é o caso do deslocamento das populações, uma vez que foi desestabilizada uma situação consolidada, consequência da supressão de necessidades humanas básicas já satisfeitas e consolidadas, criando um conflito em busca da reparação do que é percebido como injustiça social..

Como já diagnosticado por outros autores, as audiências públicas, importante avanço à resolução democrática das questões ambientais, foram executadas unicamente como forma de atendimento à lei, delas nada ou pouca contribuição se conseguiu às soluções. A disparidade de poder dos atores nestas arenas é grande. Os afetados são marginalizados e tratados como se fossem beneficiários desinformados do empreendimento, em flagrante descaso pela sua própria cultura e escolha de vida. As audiências, embora prevejam a inclusão da sociedade nas decisões, não permitem a real participação desta mesma sociedade por omissão de informações e ausência de transparência nos procedimentos. Os opositores ao empreendimento são tidos como românticos, defensores de um modo de vida antigo e ultrapassado, não condizente com a linha desenvolvimentista adotada pelo governo.

Embora os Ministérios Públicos, Federal e Estadual, tenham se movimentado, as decisões de suas ações tiveram uma média de resposta superior a 1000 dias, ou seja, quando já eram irreversíveis os acontecimentos.

O que fica nítido é que as decisões foram políticas, impositivas, mais uma vez, não condizentes com uma democracia e em total retrocesso às conquistas legais em termos do meio ambiente que o Brasil conseguiu desde o evento da Rio 92.

Os impactos foram e são de grande vulto e é de se estranhar que uma plêiade de estudiosos tenham soluções alternativas tão ou mais eficientes que as decididas na cúpula governamental, que se arvora da autoridade e omissão de informações para vender um eldorado que historicamente não se concretiza. Note-se que o planejamento energético brasileiro vem dos anos 50 e não foi adaptados para os avanços da legislação ambiental.

O tratamento dos conflitos, causados pelo empreendimento, partiram sempre do conforto da hegemonia dos promotores do evento frente aos atingidos, com uma disparidade de poder ímpar e uma correlação de forças desproporcional. O comportamento adotado pelos gestores do processo é de como se já se conhecesse o resultado, partindo do posicionamento de fato consumado. Isto traz pouco avanço

à democracia exigida pela sustentabilidade, uma vez que o preço é pago por quase indefesos. Este posicionamento empurra o tratamento para o modelo de Gestão, sem muito interesse na divisão ou mitigação das perdas que exijam recursos dispendiosos.

A base teórica de Elimar Nascimento posicionando os atores em cinco possíveis decisões, não contempla uma posição detectada neste estudo, que é a posição de Omissão, que neste trabalho foi relacionada na posição de neutralidade. No entanto, neutralidade não reflete a atuação omissa de agências governamentais, como a FUNAI, o IPHAN e até do IBAMA, frente às situações apresentadas expostas nos conflitos.

Um desdobramento dos conflitos deste trabalho em termos de estudos de caso poderia identificar uma nova categoria que abrangesse melhor as possíveis situações das atuações e posicionamentos de atores. Isto contribuiria para uma terceira via de classificação de conflitos socioambientais.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, ANPOCS. Nº 53 2º Semestre de 2002b, p.35-78.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **ANais. Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO**. Rio de Janeiro 22 e 23 de novembro de 2000. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/alonso.pdf>>. Acesso em agosto de 2009.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. En publicacion: **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía**. Héctor Alimonda. CLACSO. 2002a. ISBN: 950-9231-74-6. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/alonso.pdf>>. Acesso em novembro de 2011.

AMORIM, Sônia Naves; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; VEIGA, João Paulo Cândia; ONUKI, Janina. O licenciamento ambiental para hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau). **Casoteca de Gestão Pública**. ENAP – Escola Nacional de Gestão Pública, eletrônico, disponível em <[http://www.casoteca.enap.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D11%3Adownload-do-caso%26id%3D38%3Ao-licenciamento-ambiental-para-hidreletricas-do-rio-madeira-santo-antonio-e-jirau%26Itemid%3D16&ei=W0iuUKC7FfO10AHKiIHQBA&usg=AFQjCNHJzT26lylt9cHpHp63lEPLq3AmTg](http://www.casoteca.enap.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D11%3Adownload-do-caso%26id%3D38%3Ao-licenciamento-ambiental-para-hidreletricas-do-rio-madeira-santo-antonio-e-jirau%26Itemid%3D16&ei=W0iuUKC7FfO10AHKiIHQBA&usg=AFQjCNHJzT26lylt9cHpHp63lEPLq3AmTg)>. Acesso em setembro de 2012.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil** / Agência Nacional de Energia Elétrica. – Brasília: ANEEL, 2002.

AQUINO, Yara. Dilma: expansão elétrica será perseguida de forma planejada. **EBC – Empresa Brasil de Comunicação**, sítio eletrônico, em 17/10/2012, 14h36', disponível em <<http://www.ebc.com.br/2012/10/dilma-diz-que-governo-vai-perseguir-expansao-eletrica-de-forma-planejada-e-consistente>>. Acesso em dezembro de 2012.

BARBANTI JR., Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, SP. Novembro, 2002. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro/primeiro/encontro>> Acesso em 12/10/2011.

BANK INFORMATIONAL CENTER- BIC. Grupos del Norte Amazonico de Bolivia Pronuncian Sobre Represas de Rio Madeira. **BIC**, sítio eletrônico, 7/02/2007, disponível em <<http://www.bicusa.org/es/Article.10126.aspx>>. Acesso em dezembro 2012.

BANCO MUNDIAL. Relatório No. 40995-BR - Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate. Uma Contribuição para o Debate. (Em Três Volumes) Volume I: Relatório Síntese Escritório do Banco Mundial no Brasil, 28 março 2008.

BARBIERI, João Carlos. Educação e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista da Administração Pública**, n. 38, fac. 6, 2004, pp.919-946.

BERMANN, Célio; WITTMANN, Douglas; HERNANDEZ, Francisco del Moral; RODRIGUEZ, Larissa Araújo. Usinas Hidrelétricas na Amazônia: o futuro sob as águas. Apresentado durante o seminário Políticas públicas e obras de infra-estrutura na Amazônia: Cenários e desafios para o fortalecimento da governança socioambiental”, em Brasília nos dias 19 e 20 de maio de 2010 **INESC**, sítio eletrônico, 2010, disponível em <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:4bQtaUWfHZ4J:www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos-para-discussao/Celio%2520Bermann%2520-%2520Hidreletricas%2520na%2520Amazonia.pdf/at\\_download/file+BERMANN+sob+as+%C3%A1guas&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESikro02zovKAJpLF7rbC04uei64sQm4rWXFrVLQ\\_W00j9jXcaFMTfrWaLCpZ6qjxb0eDJFFT1nBEvNpDjuXqGjGrYyWxOm8ILo1SQcWF TqoSeqphi11ChJfhwxsIR1ISAJVadfv&sig=AHIEtbQPDBIRuOyPZ7jThOp7JqBojjmRaQ](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:4bQtaUWfHZ4J:www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos-para-discussao/Celio%2520Bermann%2520-%2520Hidreletricas%2520na%2520Amazonia.pdf/at_download/file+BERMANN+sob+as+%C3%A1guas&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESikro02zovKAJpLF7rbC04uei64sQm4rWXFrVLQ_W00j9jXcaFMTfrWaLCpZ6qjxb0eDJFFT1nBEvNpDjuXqGjGrYyWxOm8ILo1SQcWF TqoSeqphi11ChJfhwxsIR1ISAJVadfv&sig=AHIEtbQPDBIRuOyPZ7jThOp7JqBojjmRaQ)>. Acesso em dezembro de 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. MICELI, Sérgio (org). 6. ed. 2.reimp. Coleção estudos. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1992. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>). Acesso em outubro de 2012.

BREDARIOL, C. S.. O Aprendizado da Negociação em Conflitos Ambientais. In: II. **Encontro da ANPPAS**, Indaiatuba, SP, Maio 2004. Disponível em <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT17/gt17\\_celso\\_bredariol.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_celso_bredariol.pdf)>. Acesso em junho de 2011.

CAMPANA, Ana. A sobrevivência na floresta – soldados da borracha. História e Geografia de Rondônia. **Rondônia em Sala**, sítio eletrônico, 24/07/2012, disponível em: <<http://rondoniaemsala.blogspot.com.br/2012/07/a-sobrevivencia-na-floresta-soldados-da.html>>. Acesso em novembro de 2012.

CAVALCANTE, Maria Madalena de A.; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia, **Confins** [Online], sítio eletrônico, n.15, 23/06/2012, disponível em <<http://confins.revues.org/7758> ; DOI : 10.4000/confins.7758>. Acesso em novembro de 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi. Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. **Achegas.net – Revista de Ciência Política**, nº 37, 2008, p.42-57. Disponível em <[http://www.achegas.net/numero/37/maria\\_37.pdf](http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf)>. Acesso em outubro 2011.

COSTA, Gleimária Batista; LOCKS, Rosilene; MATOS, Duilo Souza. Análise do Relatório do Impacto Ambiental das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira no Município de Porto Velho/RO. **Anais**. V ENANPPAS - Encontro Nacional da Anppas 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis - SC – Brasil

COSTA, S.; ALONSO, A.; TOMIOKA, S. **Modernização negociada: expansão viária e riscos ambientais no Brasil**. Brasília: Ibama, 2002. (Série Publicações Avulsas).

CRESWELL, J.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. ROCHA, L. O. (trad.). 2. ed. Porto Alegre: Artemed e Boockman, 2007.

CRESWELL, J.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. LOPES, M. (trad.), 3.ed. Porto Alegre: Artemed e Boockman, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. Artigo apresentado no **Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia**, em fevereiro de 2004. Disponível em <[http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdade/versidade/media/Dubar\\_desdiv\\_n3.pdf](http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdade/versidade/media/Dubar_desdiv_n3.pdf)> Acesso em novembro de 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LITTLE, Paul E.. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, nº 25, jan-jun de 2006, p.85-103.

LITTLE, Paul E.. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BARTHOLO Jr, Roberto; et al. BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound. 2001, p.107-122.

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais (sic). **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, 2010. São Luiz: UFMA, 2010.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Conflitos da sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BARTHOLO Jr, Roberto; et al. BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound. 2001, p.85-105.

NASCIMENTO, Eunice Maria; EL SAYED, Kassen Mohamed. Administração de conflitos. In: \_\_\_\_\_. **Gestão do capital humano**. São Paulo: Gazeta, FAE Centro universitário, 2002, (Coleção Gestão Empresarial, vol. 5), cap. 4. Disponível em

<[http://someeducacional.com.br/apz/gestao\\_conflitos/4.pdf](http://someeducacional.com.br/apz/gestao_conflitos/4.pdf)>. Acesso em dezembro 2010.

PATO, Claudia. Comportamento Ecológico: Chave para compreensão e resolução da degradação ambiental. **Democracia Viva**, nº 27, Jun/Jul de 2005, p.102-107. Disponível em <[http://www.ibase.br/pubibase/media/dv27\\_indicadores\\_ibasenet.pdf](http://www.ibase.br/pubibase/media/dv27_indicadores_ibasenet.pdf)>. Acesso em dezembro de 2010.

PEREIRA, Cristiane Leite; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do, Luta em torno do parque estadual Cristalino (MT): Qual a natureza do conflito? **Revista de Ciências Sociais**, vol. 41, nº 2, Jul/Dez, 2010, pp.140-154.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça social. **Ciências & Saúde Coletiva**. n. 14, 2009, p.1983-1994.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro:

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Disponível em <[http://www.mestradoadm.unir.br/downloads/104\\_manual\\_de\\_trabalho\\_academico\\_revisado\\_julho\\_2009.pdf](http://www.mestradoadm.unir.br/downloads/104_manual_de_trabalho_academico_revisado_julho_2009.pdf)>. Acesso em dezembro de 2010.

SIENA, Osmar. OLIVEIRA, Clésia Maria de; BRAGA, Aurineide. **Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: projeto, monografia, dissertação e artigo. Porto Velho: [s.n.], 2011. Disponível em <[http://www.mestradoadm.unir.br/menus\\_arquivos/312\\_normas\\_apres\\_projeto\\_monografias\\_dissertacoes\\_2011.pdf](http://www.mestradoadm.unir.br/menus_arquivos/312_normas_apres_projeto_monografias_dissertacoes_2011.pdf)>, acesso em dezembro 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2000.

VARGAS, Glória Maria. Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**. n. 19, Uberlândia/MG, 2007, p.191-203.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia C. **Paradigmas sociológicos e análise organizacional, segundo Gibson Burrell e Gareth Morgan**. Mim. 1991. Texto disponibilizado para a turma de Mestrado em Administração Pública da EBAPE-FGV em março de 2005, quando ministrou a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica.

ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. **Revista eletrônica Documenta**: Comunidades - Meio Ambiente – Desenvolvimento. Série Documenta EICOS, UFRJ, v. 1, p. 1-8, 2007. Palestra proferida na mesa redonda - Sujeitos sociais e espaço urbano: questões e contribuições para a

psicologia social - durante o XIII Encontro Nacional da ABRAPSO, entre 11 e 15 de novembro de 2005. Disponível em <[http://www.psicologia.ufrj.br/pos\\_eicos/pos\\_eicos/arqanexos/documenta/documenta17\\_artigo4.pdf](http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/documenta17_artigo4.pdf)>. Acesso em setembro de 2011

ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. v.X. n.2. Campinas. jul-dez. 2007, p.119-135.

ZIMMERLI, Eduardo; BRAGA, Aurineide; SILVA, Thalita Reis; SIENA, Osmar. Conflito Ambiental: um levantamento da produção científica brasileira disponível no Google Acadêmico. **Anais**, apresentado no XLVII Asamblea Anual CLADEA – Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración, entre 22 e 24 de outubro de 2012.

## REFERÊNCIAS FONTES DOS DADOS

ADITAL - AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO FREI TITO PARA AMÉRICA LATINA. **Hidrelétricas rejeitadas**. Sítio eletrônico, 06.03.06 – Brasil, disponível em <[http://www.adital.com.br%2Fsite%2Fnoticia.asp%3Fflang%3DPT%26cod%3D21379&ei=gsazUIGsDoGk9AT3ioDIBw&usg=AFQjCNE3rlvbK\\_FJINNU4nyxUf0W1mKmkA&sig2=y2Uwd3HHUKKT6RhIKzoTqg](http://www.adital.com.br%2Fsite%2Fnoticia.asp%3Fflang%3DPT%26cod%3D21379&ei=gsazUIGsDoGk9AT3ioDIBw&usg=AFQjCNE3rlvbK_FJINNU4nyxUf0W1mKmkA&sig2=y2Uwd3HHUKKT6RhIKzoTqg)>. Acesso em setembro 2012.

AGENCIA ESTADO. Manifestação contra leilão do Madeira gera confusão na Aneel. Sítio eletrônico, 10/12/2007. Disponível em <<http://fotos.estadao.com.br/nacional-manifestacao-contraleilao-do-madeira-gera-confusao-na-aneel,galeria,,7809,,7,,0.htm>>. Acesso em novembro de 2012.

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL E O MOVIMENTO BOLIVIANO PARA A SOBERANIA. . In: SWITKES, G. **Águas Turvas**: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008, p. 128-129.

AMAZONIA.ORG. Governo da Bolívia abre crise com Brasil sobre Rio Madeira. **Ambiente Brasil**, sítio eletrônico, 25/08/2008, disponível em <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2008/08/25/40239-governo-da-bolivia-abre-crise-com-brasil-sobre-rio-madeira.html>>. Acesso em dezembro de 2012.

AMBIENTE BRASIL. Em barcos, manifestantes protestam contra usinas no Rio Madeira. **Ambiente Brasil**, sítio eletrônico, 04/05/2006. Disponível em <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/05/04/24524-em-barcos-manifestantes-protestam-contrausinas-no-rio-madeira.html>>. Acesso em novembro de 2012.

AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA; ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ; ASSOCIAÇÃO METAREILÁ - POVO INDÍGENA SURUÍ; COIAB – COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZONIA BRASILEIRA; EDLC - ENVIRONMENTAL DEFENDER LAW CENTER; SURVIVAL INTERNATIONAL. Envío de comunicación sobre la situación de los pueblos indígenas afectados por la construcción de las hidroeléctricas del Río Madera en Brasil. **Google Docs**, sítio eletrônico, 15/03/2010, disponível em <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:T2W4gLxyv3sJ:pib.socioambiental.org/anexos/10067\\_20100317\\_165406.pdf+017/2008-CMAM/CGPIMA/DAS-FUNAI&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgtrgfm9WngsHxkZCVrUTV50KQZ5aLEsJWK0RySW53pAg-EfqEHDaUDiX00Y-dGTbRsJLt72TdyKDu\\_P9m5LxW0iSISbnch540mKIPEuNppzW4tJnzuzLwMa-Y8WAYLgCrd0GLX&sig=AHIEtbSb4nDRcOMYBeitEK6ngn-2llj5uA](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:T2W4gLxyv3sJ:pib.socioambiental.org/anexos/10067_20100317_165406.pdf+017/2008-CMAM/CGPIMA/DAS-FUNAI&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgtrgfm9WngsHxkZCVrUTV50KQZ5aLEsJWK0RySW53pAg-EfqEHDaUDiX00Y-dGTbRsJLt72TdyKDu_P9m5LxW0iSISbnch540mKIPEuNppzW4tJnzuzLwMa-Y8WAYLgCrd0GLX&sig=AHIEtbSb4nDRcOMYBeitEK6ngn-2llj5uA)>. Acesso em dezembro de 2012.

AMIGOS DA TERRA. Viva o Rio Madeira Vivo. Sociedade civil se mobiliza contra projeto do governo federal no Rio Madeira. **Rondonoticias.com.br**, sítio eletrônico, 01/04/2006, 09h:30', disponível em



<<http://www.rondonoticias.com.br/ler.php?id=37015>>. Acesso em novembro de 2012.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO DE RONDÔNIA DE AMIGOS DA MADEIRA-MAMORÉ – AMMA. Carta: ao Ilustríssimo Senhor Juca Ferreira, MD Ministro da Cultura do Brasil, em 08/07/2010. **Ferreocliping:** Notícias e bibliografia sobre ferrovias e ferreomodelismo, sítio eletrônico, 09/07/2010, 11h49', disponível em <<http://www.brazilia.jor.br/node/1452>>. Acesso em dezembro de 2012.

ARISMEND, Marco Octavio Ribera i. **Megarepresas y energía: represas del Madeira, Cachuela Esperanza, el bala y geotermia Laguna Colorada** - Actualización 2009-2010a. Serie de estudios de caso sobre problemáticas socio ambientales en Bolivia. Programa de Investigación y Monitoreo Ambiental do - Liga de Defensa del Medio Ambiente – LIDEMA. Bolivia: LIDEMA, diciembre 2010.

ARISMEND, Marco Octavio Ribera i. Las megarepresas del rio madeira: ¿Qué pasara con la Amazonia Boliviana? **Plataforma Energetica**, Mayo de 2010b, sítio eletrônico, disponível em, <<http://www.plataformaenergetica.org/system/files/MEGAREPRESAS%20Y%20RIO%20MADERA.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

ALE, Assembleia Legislativa Estadual. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito** – Usinas do Rio Madeira. Porto Velho: ALE, 14/09/2010.

ALE, Assembleia Legislativa Estadual. Discurso de Ribamar Araújo na Plenária na tarde do dia 10 de abril de 2007. **Gente de Opinião**, sítio eletrônico, 11/04/2007 18h33', disponível em <<http://gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=20982>>. Acesso em dezembro de 2012.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. **Análise das políticas governamentais definidas para a região do Rio Madeira e seus efeitos sobre a pesca artesanal**. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus/AM: UFAM, 2009.

BARTHEM, Ronaldo Borges; GOULDING, Michael. Parecer Técnico sobre a Ictiofauna. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

BENITES, Magda Nascimento de Alcântara; MAGANHINI, Thais Bernardes. A participação popular como instrumento de proteção da Amazônia na criação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. **Observatório do Governo Eletrônico-UFSC**. Outubro de 2011. Disponível em (<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/participa%C3%A7%C3%A3o-popular-como-instrumento-de-prote%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia-na-cria%C3%A7%C3%A3o-das-usinas-hidrel%C3%A9>). Acesso em setembro 2012.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Social e Econômico. BNDES aprova financiamento suplementar de R\$ 2,3 bilhões à Usina de Jirau. **BNDES**, sítio eletrônico, disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2012/todas/20120928\\_jirau.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/todas/20120928_jirau.html)>. Acesso em dezembro de 2012.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Social e Econômico. BNDES aprova financiamento de R\$ 7,2 bilhões para construção da usina hidrelétrica Jirau. **BNDES**, sítio eletrônico, disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2009/Energia/20090218\\_jirau.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Energia/20090218_jirau.html)>. Acesso em setembro de 2012.

BRIANEZI, Thais. Manifestação em Rondônia marca Dia Mundial contra Represas. **Agência Brasil**, sítio eletrônico, em 14/03/2006, disponível em <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1078](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1078)>. Acesso em novembro de 2012.

BRIANEZI, Thaís. Manifestação em Rondônia marca Dia Mundial contra Represas. **Empresa Brasil de Comunicação – Agência Brasil**, eletrônico, 14/03/2006 12h:55. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-03-14/manifestacao-em-rondonia-marca-dia-mundial-contra-represas>>. Acesso em outubro de 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Comissão de Direitos Humanos e Minorias. **Relatório da diligência realizada nas usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira em Rondônia**. 22/03/2012. Brasília/DF: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/04/2012.

CARVALHO, Jailton de. Obra do Madeira ameaça grupos indígenas isolados. **O Globo** – EConews, 20/10/2008, sítio eletrônico, disponível em <[http://www.ecolnews.com.br/obras\\_do\\_rio\\_madeira.htm](http://www.ecolnews.com.br/obras_do_rio_madeira.htm)>. Acesso em dezembro de 2012.

CAVALCANTE, Maria Madalena de A.; NUNES, Dorisvalder Dia; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da; LOBATO, Luiz Cleyton Holanda. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil), **Confins** [Online], sítio eletrônico, n.11 | 2011, 27/03/2011, disponível em <<http://confins.revues.org/6924>> ; DOI : 10.4000/confins.6924>. Acesso em novembro de 2012.

CEDEFES. FPE Madeira identifica isolados: a equipe da Frente de Proteção Etnoambiental do Madeira (FPEA Madeira) identificou a presença de índios isolados (grupos indígenas ainda sem contato com o restante da sociedade). **CEDEFES**, sítio eletrônico, disponível em <[http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas\\_detalhe&id\\_afro=7586](http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=7586)>. Acesso em dezembro de 2012.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE –CMI. Movimentos Sociais manifestam-se contra as barragens do Rio Madeira. **CMI Brasil**, sítio eletrônico, 07/12/2007. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/12/405070.shtml>>. Acesso em novembro de 2012.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário . O que está por trás do Complexo Madeira. **CIMI**, Sítio eletrônico, 10/07/2007, disponível em <<http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=2667&page=970>>. Acesso em dezembro de 2012.

CIMI; CPT. Carta de la Comisión Pastoral de la Tierra del Brasil pide a la ONU intervenir en la proyectada megarepresa. **MalcolMallison**, sítio eletrônico, 10/11/2010, disponível em <<http://malcolmallison.lamula.pe/tag/despropositos-amazonicos/page/10>>. Acesso em dezembro 2012.

CHOQUEHUANCA, David. Carta VREC/DGLF/UMA/213/2006 da Republica de Bolivia - Ministerio de Relaciones y Cultos ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. In: **Águas Turvas**: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008, p.207 a 233.

COBRAPE. Parte “A” Relatório de Análise. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia**. Ministério Público de Rondônia, outubro de 2006a.

COBRAPE. Parte “C” Anexos. Anexo Nº 1 - A utilização e o desenvolvimento dos sistemas hidroviários amazônicos. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia**. Ministério Público de Rondônia, outubro de 2006b.

COBRAPE. Parte “C” Anexos. Anexo nº 2 – A Amazônia como província mineral In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia**. Ministério Público de Rondônia, outubro de 2006c.

COBRAPE. Parte “C” Anexos. Anexo nº 3 – O potencial energético da Amazônia. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia**. Ministério Público de Rondônia, outubro de 2006d.

COBRAPE. Parte “C” Anexos. Anexo nº 4 – O ciclo da borracha: marco da utilização econômica dos recursos naturais da Amazônia. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia**. Ministério Público de Rondônia, outubro de 2006e.

COBRAPE. Parte “C” Anexos. Anexo nº 5 – Passivos socioambientais dos processos de colonização: o caso da Amazônia. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia.** Ministério Público de Rondônia, outubro de 2006f.

COELHO, Simone de Castro Tavares; MANSO, Laís da Costa; MEIRELLES, Maria Cristina. Parecer Técnico sobre Projetos, Gestão e Políticas Públicas Sociais. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO.** Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

COMUNIDADE DA CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO; et al. Carta ao povo brasileiro e à comunidade internacional. ECOA, sítio eletrônico, 25/06/2007, disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Carta+ao+povo+brasileiro+e+a+comunidade+internacional/10732>>. Acesso em novembro de 2012.

COMUNIDADE DA CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO; et al. Carta ao Povo Brasileiro e à Comunidade Internacional. Brasil de Fato, Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH, sítio eletrônico, 19 de junho de 2007, disponível em <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3432&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3432&Itemid=2)>. Acesso em dezembro de 2012.

CONFEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB). COIAB realiza o III Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia (Porto Velho). **Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil**, sítio eletrônico, 30/11/2007. Disponível em <<http://www.equipe.org.br/noticia.php?id=25>>. Acesso em novembro de 2012.

CORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA. **Parecer Técnico:** licenciamento ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no município de Porto Velho-RO. Brasília: PNCM, 19 de setembro de 2006.

COSTA, Willas Dias da; SOARES, Ana Paulina Aguiar, LIMA, Luis Augusto Pereira. **Informativo 1:** Complexo Madeira em notícias: período 2005 a 2007. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA). Manaus: Instituto Nova Cartografia Social, Manaus/AM, s/d.

CRAIDE, Sabrina. Justiça Federal suspende licença concedida pelo Ibama para Hidrelétrica de Jirau. **Agência Brasil**, Meio Ambiente, sítio eletrônico, 24/11/2008 - 18h30', disponível em <<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/2Fnoticia%2F2008-11-24%2Fjustica-federal-suspende-licenca-concedida-pelo-ibama-para-hidreletrica-de-jirau&ei=cuCzUJCNG8-10AGvuoC4DA&usg=AFQjCNFnznRGZBVYVIQiaQloBVOuXTedQ&sig2=4QTqTVJd9lSnXNEqh9HXow>>. Acesso em setembro 2012.

CRAIDE, Sabrina. Em carta, Amorim afirma que responsabilidade por usinas do Madeira é do Brasil. **Agência Brasil**, Meio Ambiente, sítio eletrônico, 13/07/2007a - 19h08', disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2007-07-13/em-carta-amorim-afirma-que-responsabilidade-por-usinas-do-madeira-e-do-brasil>>. Acesso em dezembro 2012.

CRAIDE, Sabrina. Alunos da Escola Estadual Barão do Solimões, de ensino fundamental e médio, participam do debate A construção das hidrelétricas do Rio Madeira, impactos socioambientais e alternativas energéticas. **Agência Brasil** - Panorama ambiental, sítio eletrônico 31/05/2007b, disponível em <[http://www.pick-upau.org.br/panorama/2007/2007.05.31/usinas\\_hidreletricas\\_impactos.htm](http://www.pick-upau.org.br/panorama/2007/2007.05.31/usinas_hidreletricas_impactos.htm)>. Acesso em dezembro de 2012.

CUNHA, Silvio Rodrigues Persivo. Parecer Técnico sobre Planejamento Regional. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

DEUS, Nayara. “Usinas, já”: FECOMÉRCIO, CUT e Força Sindical lançam em Rondônia campanha em apoio às usinas do Rio Madeira. **Hora do Povo**, sítio eletrônico, s.d., disponível em <<http://www.horadopovo.com.br/2007/junho/06-06-07/pag5b.htm>>. Acesso em dezembro de 2012.

DZIEDZIC, Maurício. Parecer Técnico sobre Tecnologia Hidráulica. In: COBRAPE – CIA. BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

DZIEDZIC, Maurício; VEIGA, Bruno Victor. Parecer Técnico sobre a Política Nacional para o Setor Elétrico. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

ECOLOG. Leilão do Madeira: ambientalistas entram na justiça contra leilão do Madeira. **Ecolog**, sítio eletrônico, 10/12/2007, 16h 39', disponível em <<http://www.ecologflorestal.com.br/noticia/280.av>>. Acesso em dezembro 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. Publicada portaria do MME com diretrizes para o leilão da usina de Santo Antônio. Assessoria de Imprensa do MME. **EPE – Empresa de Pesquisa Energética**, sítio eletrônico, 23/10/2007, disponível em <[http://www.epe.gov.br/leiloes/Paginas/Leil%C3%A3o%20UHE%20Santo%20Ant%C3%B4nio%20\(Rio%20Madeira\)/LeilaoMadeira07\\_7.aspx?CategoriaID=40](http://www.epe.gov.br/leiloes/Paginas/Leil%C3%A3o%20UHE%20Santo%20Ant%C3%B4nio%20(Rio%20Madeira)/LeilaoMadeira07_7.aspx?CategoriaID=40)>. Acesso em dezembro de 2012.

EXPEDITO Jr. Pronunciamento na tribuna do Senado Federal em 10 de maio de 2007. **Diário do Senado Federal** de 10 de maio de 2007, p. 13801. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/05/09052007/13801.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

FANY PANTALEONI, Ricardo (Ed.). Ação em resistência a hidrelétricas no Rio Madeira ocorre amanhã. **Povos Indígenas no Brasil**, sítio eletrônico 13/03/2006. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=18038>>. Acesso em novembro 2012.

FARIAS, Elaíze. Índios isolados são identificados em área de impacto de hidrelétricas na Amazônia. **A Crítica – Amazônia**. Sítio eletrônico, 26/12/2011, disponível em <[http://acritica.uol.com.br/amazonia/Amazonia-Amazonas-Manaus-Funai-identifica-proximidades-hidreletricas-Madeira\\_0\\_616138587.html](http://acritica.uol.com.br/amazonia/Amazonia-Amazonas-Manaus-Funai-identifica-proximidades-hidreletricas-Madeira_0_616138587.html)>. Acesso em dezembro de 2012.

FARREL, Leanne. **Uma análise do Projeto Básico Ambiental do AHE Santo Antônio**. International Rivers, junho de 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/52B99564/InternatinalRivers-PeopleWaterlife.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin. Parecer Técnico sobre Ecossistemas. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

FERRARE, Carol. **Para garantir usinas do Madeira Lula divide Ibama**. Porto Velho: Página da Amazônia.org disponível em <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=241669>>. 24 de abril de 2007. Acesso em março de 2010.

FERNANDES, Flavio; SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Reflexões sobre a história da matriz energética brasileira e sua importância para a definição de novas estratégias para o gás. **Anais**. Trabalho Técnico apresentado na Rio Oil & Gas Expo and Conference 2004, realizada no período de 4 a 7 de outubro de 2004, no Rio de Janeiro.

FERREIRA, Iremar Antônio. Viva o Rio Madeira. **ONG ECOA e Coalizão Rios Vivos**, sítio eletrônico, 21/03/2006. Disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/canal.php?mat=8791>>. Acesso em novembro 2012.

FORO BOLIVIANO DE MEDIO AMBIENTE E DESARROLLO FOBOMADE. Pronunciamento de la región Amazónica de Bolivia en torno a las represas proyectadas sobre el Río Madera. **FOBOMADE**, sítio eletrônico, 12/10/2006, disponível em <[http://www.fobomade.org.bo/rio\\_madera/rio\\_madera.php](http://www.fobomade.org.bo/rio_madera/rio_madera.php)>. Acesso em dezembro de 2012.

FORO BOLIVIANO DE MEDIO AMBIENTE E DESARROLLO FOBOMADE. Declaración del Movimiento Social en Defensa de la Cuenca del Madera y de la Región Amazónica: no pasarán sobre el pueblo del Madera.

FÓRUM DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA. Fórum dos Povos Indígenas da Amazônia encerra com protesto contra hidrelétricas no Rio Madeira e reafirma lutas em defesa dos direitos indígenas. III Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, realizado em Porto Velho, de 28 a 30 de novembro de 2007. **CMI** – Centro de Mídia Independente, sítio eletrônico, 05/12/2007, 20h13', disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/12/404906.shtml>>. Acesso em dezembro de 2012.

FORUM INDEPENDENTE POPULAR DO MADEIRA. Fórum denuncia clima de intimidação e uso da máquina pública em campanha pró-usinas. Ecoa, sítio eletrônico, 28/05/2007, disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/canal.php?mat=10665>>. Acesso em dezembro de 2007.

FORSBERG, Bruce R.; KEMENES, Alexandre. Parecer Técnico sobre Estudos Hidrobiogeoquímicos, com atenção específica à dinâmica do Mercúrio (Hg) . In: – COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO.** Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

FOSCHIERA, Atamis Antônio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Presidente Prudente – UEP, 2009.

FRANÇA, Francis. Hidrelétricas do Rio Madeira estão entre os mais polêmicos projetos de 2006. **Ambiente Já**, sítio eletrônico, 28/12/2006, disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/%2Fcanal.php%3Fmat%3D10120&ei=quazUJSfLo-o9gSQ6lDoDA&usg=AFQjCNFCUbluXzJdQv4sbSaOCj2vV0-E3g&sig2=sTBPM1ioVPNuBefZdbyl3A>>. Acesso em outubro de 2012.

FRANCO NETO, Dimas Simões; AOKI, Talissa de Oliveira. O conflito do Rio Madeira entre Brasil e Bolívia e a busca de sua solução por meio do Direito Internacional. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 5, 2009, p.132-156. Centro de Direito Internacional. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/>>. Acesso em outubro de 2012.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio - MJ. **Ofício 064/PRES** de 24 de maio de 2007. (Sem nome, informa não haver óbice à Licença Prévia). Brasília: MJ, 2007.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio - MJ. Ofício 491 CMAN/CGPIMA/06 de 25 de outubro de 2006. **Licenciamento Ambiental das Usinas do Rio Madeira.** Brasília: MJ, 2006.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Ofício GA.E.E. 098.2007 de 28 de março de 2007. **AHEs Santo Antônio e Jirau**: envio de Relatórios de Saúde. (à SVS/MS) Furnas: Rio de Janeiro, 2007.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Ofício GA.E.E. 343.2006 de 06 de dezembro de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: **Atestado de Aptidão Sanitária**. (ao IBAMA) Furnas: Rio de Janeiro, 2006.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Ofício 550 CMAN/CGPIMA/06 de 06 de dezembro de 2006. **Complexo Madeira**: informações sobre ao AHEs Santo Antônio e Jirau. Rio de Janeiro: Furnas, 2006.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Furnas Centrais Elétricas. Ofício GA.E.E.331.2006 de 24 de novembro de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: **Atestado de Aptidão Sanitária**. (ao MS) Furnas: Rio de Janeiro, 2006.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Ofício GA.E.E.212.2006 de 01 de novembro de 2006. **AHEs Santo Antônio e Jirau**: envio do ofício do IPHAN. Resposta ao Ofício 616/2006 IBAMA. Furnas: Rio de Janeiro, 2006.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Ofício GA.I.E.179.2006 de 31 de maio de 2006. **AHEs Santo Antônio e Jirau**: interferência na área tombada da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Furnas: Rio de Janeiro, 2006

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas. Ofício GA.I.E.090.2006 de 24 de março de 2006. **AHEs Santo Antônio e Jirau**: interferência no tombamento do Pátio Ferroviário e de parte do Traçado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Rio de Janeiro: Furnas, 2006.

FURNAS. Furnas Centrais Elétricas; CONSTRUTORA NORBERTO ODERBRECHT. **Projeto Madeira: Processo participativo**. Minuta de propostas das comunidades localizadas na área de influência direta do AHE de Santo Antônio. Porto Velho: Consórcio Odebrecht e Furnas, agosto 2007. Garamond, 2000.

GARZON, Luis Fernando Novoa. **A Instalação das UHEs de Santo Antônio e Jirau e a desestruturação das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no Município de Porto Velho**. Sítio eletrônico da UFPA. 17/11/2010, disponível em <<http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT9-171-73-20101117194032.pdf>>. Acesso em novembro de 2012.

GARZON, Luis Fernando Novoa. **Desestruturação social e ambiental das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no Município Porto Velho**. Projeto de pesquisa e extensão, Programa Institucional de Bolsas de Extensão-PIBEX 2009, Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho: UNIR, 2010b.

GENTE DE OPINIÃO. Comitê Pró-usinas do Madeira busca apoio de Prefeitos. **Gente de Opinião**, sítio eletrônico, 30/04/2007, 16h49', disponível em <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=21510>>. Acesso em dezembro de 2012.



GRUPOS DEL NORTE AMAZONICO. *Pronunciamento del Norte Amazonico de Bolivia frente a la proxima reunion de los presidentes de los gobiernos de Bolivia Y Brasil, Evo Morales E Ignacio Lula Da Silva, sobre las represas del Rio Madera*. **BIC – Bank Informational Center**, sítio eletrônico, 7/02/2007, disponível em <<http://www.bicusa.org/es/Article.10126.aspx>>. Acesso em dezembro de 2012.

GOY, Leonardo; BAHNEMANN, Wellington; MARQUES, Gerusa. Manifestação contra leilão do Madeira gera confusão na Aneel: polícia prende sete pessoas acusadas de agredir funcionários da Agência durante protesto contra usinas **Agência Estado**, sítio eletrônico, 10 de dezembro de 2007, 10h 34', disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,manifestacao-contraleilao-do-madeira-gera-confusao-na-aneel,93416,0.htm>>. Acesso em novembro de 2012.

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO - GTA RONDÔNIA. **A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia**. Junho de 2008. Disponível em <<http://stat.correioweb.com.br/cbonline/junho/ofimdafloresta.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

GT HIDRELÉTRICAS DA PLATAFORMA BNDES. Carta da Plataforma BNDES ao Presidente do Banco: Plataforma BNDES alerta para riscos dos projetos no rio Madeira e demanda a suspensão do crédito até que as dúvidas sejam sanadas. **International Rivers**, sítio eletrônico, 02/09/2008, disponível em <<http://www.internationalrivers.org/node/3166>>. Acesso em dezembro de 2012.

IERVOLINO, Thais. Usinas do Madeira: impactos e ações em terras bolivianas. **BIC. Bank Informational Center**, sítio eletrônico, 21/08/2009, disponível em <<http://www.bicusa.org/es/Article.11411.aspx>>. Acesso em dezembro de 2012.

INSTITUTO ACENDE BRASIL. Leilão da Usina de Santo Antônio, Análise pós-leilão. **Instituto Acende Brasil**, sítio eletrônico, 2007. disponível em <[http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/Analise\\_Pos\\_SantoAntonio\\_Rev\\_02.pdf](http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/Analise_Pos_SantoAntonio_Rev_02.pdf)>. Acesso em dezembro de 2012.

IBAMA. **Relatório de vistoria** de 03 de novembro de 2011. Vistoria técnica na área de influência da UHE Santo Antônio. Brasília: MMA, 2011.

IBAMA. **Relatório de vistoria** de 17 de dezembro de 2010. Vistoria à área de influência das UHEs Jirau e Santo Antônio realizada entre 12 e 16 de dezembro de 2010, as obras de compensação social e reunião com Ministério Público do Estado de Rondônia. Brasília: MMA, 2010a.

IBAMA. **Relatório de vistoria**. Vistoria realizada entre 29/03 a 01/04/2010 em Porto Velho e Guajará Mirim quanto ao pescado – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília: MMA, 06 de abril de 2010b.

IBAMA. **Análise Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira**. Informação técnica nº 060/2008 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília: MMA, 29 de julho de 2008.

IBAMA. **Ata da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau.** Brasília: MMA, 30 de novembro de 2007a.

IBAMA. **Ata da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau.** Brasília: MMA, 29 de novembro de 2007b.

IBAMA. **Ata da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau.** Brasília: MMA, 11 de novembro de 2007c.

IBAMA. **Ata da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau.** Brasília: MMA, 10 de novembro de 2007d.

IBAMA. Ofício 290/2007 DILIC/IBAMA de 10 de maio de 2007. **AHEs Santo Antônio e Jirau:** demandas processuais do Licenciamento Ambiental. (à FURNAS). Brasília: MMA, 2007e.

IBAMA. Ofício 62/2007/CGENE/DILIC/IBAMA de 13 de abril de 2007. **AHEs Santo Antônio e Jirau.** Laudo de Avaliação de potencial malarígeno. Brasília: MMA, 2007f.

IBAMA. **PARECER TÉCNICO Nº 014/2007** – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília: MMA, 21 de março de 2007g.

IBAMA. Ofício 42/2007 GP/IBAMA de 10 de janeiro de 2007. **UHE's Santo Antônio e Jirau, rio Madeira.** Brasília: MMA, 2007h.

IBAMA. Ofício 533/2006 DILIC/IBAMA de 22 de agosto de 2006. **AHEs Santo Antônio e Jirau.** (à Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde). Brasília: MMA, 2006a.

IBAMA. Ofício 91/2006 CGENA/DILIC/IBAMA de 23 de agosto de 2006. **AHEs Santo Antônio e Jirau.** (à Superintendência de Gestão Ambiental de Furnas). Brasília: MMA, 2006b.

IBAMA. **Relatório de Vistoria.** Brasília: MMA, 06 de abril de 2006c.

IPHAN - Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MC. Ofício 007/06 GProt/DEPAM-RJ de 12 de abril de 2006. **Resposta ao Ofício FURNAS GA.I.E.090.2006** de 24 de março de 2006 (solicita complementação de informações). Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN - Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MC. Ofício 008/06 GAB/DEPAM de 31 de julho de 2006. **(Sem nome, acata documentação enviada por fax e não impõe óbice para a licença uma vez que a documentação seja internada).** Brasília: MC, 2006.

IPHAN - Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MC. Ofício 150/06/GEPAN/DEPAM/IPHAN de 16 de outubro de 2006. **Estudo de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira/RO**. Brasília: MC, 2006.

LIMA, Daniela. ONG's de todo o País debatem em Porto Velho... . **Gente de Opinião**, Porto Velho, s/d. Disponível em <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=12416>>. Acesso em novembro 2012.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Consórcio se recusa garantir novas moradias para atingidos pela UHE Santo Antônio. Sítio eletrônico 02/08/2012, disponível em <<http://www.mabnacional.org.br%2Fnoticia%2Fconsorcio-se-recusa-garantir-novas-moradias-para-atingidos-pela-uhe-santo-ant-nio&ei=UMqzUOXIJlqQ8wTJ6ICyBw&usg=AFQjCNGbN-FJlfuCTgdGPfcyChqO9zps1g&sig2=LciFHD20M5-rMyMwfYRDvQ>>. Acesso em novembro 2012.

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Reivindicações imediatas dos atingidos pela usina de Santo Antônio. **MAB**, sítio eletrônico 29/09/2011 11h:02, disponível em <[http://www.mabnacional.org.br%2Fnoticia%2Freivindica-es-imediatas-dos-atingidos-pela-usina-santo-ant-nio&ei=G-izUOTVJZYOY9QS684HYAQ&usg=AFQjCNHh2i4SCDtDC5UOdJX5hMsaO4GnkQ&sig2=r1q-ovGCx\\_ptk83o0pxP2A](http://www.mabnacional.org.br%2Fnoticia%2Freivindica-es-imediatas-dos-atingidos-pela-usina-santo-ant-nio&ei=G-izUOTVJZYOY9QS684HYAQ&usg=AFQjCNHh2i4SCDtDC5UOdJX5hMsaO4GnkQ&sig2=r1q-ovGCx_ptk83o0pxP2A)>. Acesso em agosto de 2012.

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS; STICCERO – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE RONDÔNIA. Carta à presidenta Dilma Rousseff. **MAB**, sítio eletrônico, em 05/07/2011, disponível em <<http://www.mabnacional.org.br%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2FCARTA%2520%25C3%2580%2520PRESIDENTA%2520DILMA%2520ROUSSEFF%2520-%2520MAB%2520e%2520STICCERO.pdf&ei=EOuzUOC8MYnm9ASL0oGoCQ&usg=AFQjCNGKK3KjstOOjO3JXSb95dZmrp6dfg&sig2=XLP9ZmIP8ueU7rjjJSqsbQ>>. Acesso em outubro 2012.

MARAFON; JACOB NETO; GUARIENTO. Ações movidas por Amigos Da Terra, Kanindé e COIAB – impugnação das licenças concedidas para as Usinas do Rio Madeira. In: MARAFON; JACOB NETO; GUARIENTO. Relatório de andamento de processos judiciais. (sic) São Paulo, 13 de novembro de 2009. Disponível em Bank Information Center, BICECA, <<http://www.bicusa.org/es/Index.aspx>>. Acesso em dezembro de 2012.

MARCHIONI, Alessandra. **Usinas hidrelétricas do Rio Madeira: política, direito e meio ambiente nas relações transfronteiriças**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, sítio eletrônico, disponível em <<http://www.iea.usp.br/waterlat/trabalhos/USINAS%20HIDRELETRICAS%20DO%20RIO%20MADEIRA.pdf>>. Acesso em setembro de 2012.

MELO, João de Jesus Silva; PAULA Elder Andrade de. As Hidrelétricas do rio Madeira no contexto da integração regional Sul-Americana. **Anais. IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade - Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate.** Brasília-DF, 4, 5 e 6 de junho de 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MC) - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Relatório de Gestão 2011.** Brasília-DF: MC, 30 de março de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Termo de Compromisso Ambiental.** Porto Velho: MP, 26 de junho de 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Ação Civil Pública de improbidade administrativa.** Ofício n.106/2008/CJ/PRRO. Porto Velho: MP, 17/12/2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Ação Civil pública para cumprimento das obrigações de fazer e não fazer, com pedido de liminar.** Porto Velho: MP, 22/10/2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Termo de Ajustamento de Conduta:** Enchentes. Porto Velho: MP, 03/02/2012.

MONTEIRO, Telma. As Hidrelétricas do Madeira: as lições não aprendidas que se repetem em Belo Monte. **Observatório de Investimentos da Amazônia:** estudo 2. INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, sítio eletrônico. Brasília, 06 de dezembro de 2011. Disponível em <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2011/as-hidreletricas-do-madeira-as-lico-es-nao-aprendidas-que-se-repetem-em-belo-monte-estudo-no-2>>. Acesso em dezembro de 2012.

MORET, Artur de S. **Viva o Rio Madeira Vivo:** diga não às barragens no Madeira. Sítio eletrônico, 2005. Disponível em <<http://www.institutomadeiravivo.org/wp-content/plugins/riomadeiravivo/publicacoes/cartilhariomadeiravivo.pdf>>. Acesso em abril de 2012.

MORET, Artur de Souza; COSTA E SILVA, Luciane Lima. O Rio Madeira, uma Sociedade e a Indústria de Energia: a construção das usinas hidrelétricas e os impactos e intervenções na sociedade. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, v.4, n.2, p. 11-31, Campos dos Goytacazes/RJ, jul./dez. 2010.

MORET, Artur de Souza; FERREIRA, Iremar Antônio; MARROCOS NETO, Antônio Alves da Silva. Parecer Técnico sobre Energia e Desenvolvimento. In COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO.** Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

MORET, Artur de Souza; GUERRA, Sinclair Malet Guy - Hidrelétricas no Rio Madeira: reflexões sobre impactos ambientais e sociais. **Revista OIDLES**, vol 3, n. 7 diciembre 2009.

MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE IBERO-AMERICANA. **O complexo do rio Madeira e a Amazônia industrial**. Rio de Janeiro: MSLa, 2006.

OJEDA, Igor; BRASILINO, Luís. Abuso de poder público em prol das usinas no rio Madeira. **Brasil de Fato**, Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH, sítio eletrônico, 19 de junho de 2007, disponível em <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3432&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3432&Itemid=2)>. Acesso em dezembro de 2012.

OLIVEIRA, Eliane; DUARTE, Patrícia. Usinas: país não aceitará intervenção boliviana. **O Globo**, 14/07/2007, 2007, disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=389984>>. Acesso em 2012.

ORTIZ, Lucia; SWITKES, Glenn; FERREIRA, Iremar; VERDUM, Ricardo; PIMENTEL, Gustavo. **O maior tributário do Rio Amazonas ameaçado: hidrelétricas no Rio Madeira**. Brasil: Amigos da Terra e ECOA, agosto de 2007. Disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/O+Maior+tributario+do+rio+Amazonas+ameacado/13443>>. Acesso em setembro 2012.

OSAVA, Mário. A Amazônia pecuarista se industrializa. **Carta Capital**. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/a-amazonia-pecuarista-se-industrializa>>, 16 de novembro de 2010. Acesso em julho de 2011.

PACHECO, Tânia. Informativo Triângulo: As transformações no bairro triângulo em Porto Velho. In: **Combate ao Racismo Ambiental**, sítio eletrônico, 03/06/2012, 18h31', disponível em <<http://racismoambiental.net.br/2012/06/informativo-triangulo-as-transformacoes-no-bairro-triangulo-em-porto-velho/>>. Acesso em dezembro de 2012.

PAUL, Gustavo. Os meninos superpoderosos: jovens com autonomia garantida por lei, os procuradores do Ministério Público mostram sua força e atravancam a infraestrutura do país. **Revista Exame**, n. 0894, 31 de maio de 2007. São Paulo: Editora Abril, 2007.

PIMENTEL, TÂMARA TENÓRIO BORGES DE CARVALHO. **O enfrentamento político dos conflitos socioambientais decorrentes da implantação de usinas hidrelétricas**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, 2012.

POLONI, Gustavo. Uma viagem à terra das usinas. **Exame.com**. Sítio eletrônico disponível em <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0906/economia/noticias/uma-viagem-a-terra-das-usinas-m0143512>>, 15 de novembro de 2007. Acesso em dezembro de 2010.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA. MPF e MP/RO propõem ação contra mudança da localização da usina de Jirau. **MPF/Procuradoria da República**, sítio eletrônico, Assessoria de Comunicação, 2008, disponível em <[http://www.carnelegal.mpf.gov.br/noticias/noticias\\_new/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ro-e-mpe-propoe-acao-contra-mudanca-no-local-de-construcao-de-jirau](http://www.carnelegal.mpf.gov.br/noticias/noticias_new/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ro-e-mpe-propoe-acao-contra-mudanca-no-local-de-construcao-de-jirau)>. Acesso em dezembro de 2012.

PY DANIEL, Victor. Parecer Técnico sobre Entomologia. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

RACISMO AMBIENTAL. Informativo Triângulo: As transformações no bairro Triângulo em Porto Velho. **RACISMO AMBIENTAL**, sítio eletrônico, 03 de junho de 2012. Disponível em <<http://racismoambiental.net.br/2012/06/informativo-triangulo-as-transformacoes-no-bairro-triangulo-em-porto-velho/>>. Acesso em dezembro de 2012.

RANZI, Alceu. Parecer Técnico sobre Paleontologia. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

RAVANI, Josuel Ângelo. Parecer Técnico sobre Arqueologia Histórica e Pré-Histórica. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

REPORTER BRASIL. Povos isolados localizados perto de obras no Rio Madeira. **UNISINOS** – Instituto Humanitas UNISINOS, sítio eletrônico, 07/01/2012, disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505477-povos-isolados-localizados-perto-de-obras-no-rio-madeira>>. Acesso em dezembro de 2012.

RODRIGUES, José. Presidente do IBAMA, Bazileu Alves, afirma que ainda não há uma data para liberação da licença ambiental sobre o Madeira. **Gente de Opinião**, sítio eletrônico, 30/05/2007, 20h10', disponível em <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=22530>>. Acesso em dezembro de 2012.

RONDONIA AO VIVO. Passeata marca protesto de Fórum contra a construção das usinas dos rios Madeira e Machado. **Jornal Eletrônico Rondônia ao Vivo**, 30/11/2007, 16:42h. Disponível em <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/passeata-marca-protesto-de-forum-contra-a-construcao-das-usinas-dos-rios-madeira-e-machado/34797#.UKz4iNewUsc>>. Acesso em novembro de 2012.

RONDÔNIA NOTÍCIAS. Atingidos pelo Complexo Madeira realizam seminário em Rondônia. **Globo.com** - Portal da Amazônia, sítio eletrônico, 16/9/2008, 14h15', disponível em <http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=72308>>. Acesso em dezembro de 2012.

ROSA, Silas Antônio. Parecer Técnico sobre Saúde Pública. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

SALOMON, Marta. Ministra Marina Silva entrega pedido de demissão a Lula. **Folha de São Paulo**, Brasília: Caderno Poder, sítio eletrônico, em 13/05/2008, 15h56', disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u401427.shtml>>. Acesso em dezembro de 2012.

SCHNEIDER, Horácio; FIGUEIREDO, Wilsea. Parecer Técnico sobre Mastofauna. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI. Audiência Pública da Câmara de Vereadores de Porto Velho: Cassol fala das usinas. Portal do Governo do Estado de Rondônia, sítio eletrônico, 11/06/2007, disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=534&tipo=Mais%20Noticias>>. Acesso em dezembro de 2012.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-MS. Ofício 531 GAB/SVS/MS. De 15 de março de 2007. **Licenciamento ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no município de Porto Velho-RO**. (ao IBAMA). Brasília: MS, 2007.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-MS. Ofício 901 GAB/SVS/MS. De 17 de abril de 2007. **Laudo de vistoria**: licenciamento ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no município. (com anexos, ao IBAMA). Brasília: MS, 2007.

SILVA JR., Nelson Jorge da; RODRIGUES SILVA, Hélder Lúcio. Parecer Técnico sobre Herpetofauna. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

SOARES, Ana Paulina Aguiar; FARIAS JR., Emmanuel de A.; COSTA, Luciane Silva da; LEAL, Pedro Fonseca; MENEZES, Thereza C. C.. Transformações econômicas e sociais. In: SWITKES, G. **Águas Turvas**: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008, p. 72-104.

SOEIRO, Reinaldo Sure. Parecer Técnico sobre Geologia. In: COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.

SOUZA, Ana Paula Santos; MELLO, Cecília Campello do A.; MALERBA, Julianna; LASCHEFSKI, Klemens; GARZON, Luis Fernando Novoa. In: LEROY, Jean-Pierre; ACSELRAD, Henri. (Coord) Por avaliações sócio-ambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações.

SWITKES, G. **Águas Turvas**: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008.

SWITKES, G. Cartas, Declarações e Moções. In: SWITKES, G. **Águas Turvas**: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008b, p.207 a 233.

TEIXEIRA da SILVA, Francisco Carlos. Nas Audiências do Madeira. Laboratório de Estudos no Tempo Presente – UFRJ/UB – Dpto. História. **Tempo UFRJ**. Revista eletrônica disponível em <[http://www.tempopresente.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2059:nas-audiencias-do-madeira&catid=42&Itemid=127](http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2059:nas-audiencias-do-madeira&catid=42&Itemid=127)>. Acesso em novembro 2012.

TUDO RONDONIA. Manifestação em Porto Velho pede a construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira. **Tudo Rondônia**, sítio eletrônico eletrônico, 28/05/2007. Disponível em <<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/usinas-do-madeira-em-entrevista-a-agencia-brasil-ivo-cassol-diz-que-meia-duzia-de-familias-nao-vao-atrapalhar-milhoes,2492.shtml>>. Acesso em novembro de 2012.

TUDO RONDÔNIA. Comunidades ribeirinhas querem alternativas para pescadores do Rio Madeira. **Tudo Rondônia**, sítio eletrônico, s.d., disponível em <<http://www.tudorondonia.com/noticias/comunidades-ribeirinhas-querem-alternativas-para-pescadores-do-rio-madeira-,2206.shtml>>. Acesso em dezembro de 2012.

TUDO RONDONIA. Usinas do Madeira: Em entrevista à Agência Brasil, Ivo Cassol diz que Meia dúzia de famílias não vão atrapalhar milhões. **Tudo Rondônia**, sítio eletrônico, s.d., disponível em <<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/usinas-do-madeira-em-entrevista-a-agencia-brasil-ivo-cassol-diz-que-meia-duzia-de-familias-nao-vao-atrapalhar-milhoes,2492.shtml>>. Acesso em novembro de 2012.

TUNDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. Parecer Técnico sobre Limnologia, Qualidade das Águas e Sedimentologia. COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Org.). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO**. Ministério Público de Rondônia, s/d, apresentado em 11/10/2006.



TRIBUNAL LATINO AMERICANO DA ÁGUA. *Veredicto del caso Construcción de Megaembalses sobre el río Madeira. Estado de Rondonia. Anais*. Veredicto proferido durante as audiencias del Tribunal Latinoamericano del Agua en la ciudad de La Antigua Guatemala durante la semana del 8 al 12 de Septiembre del año 2008. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/DC4E6E73/TribuLantAmeric\\_ContraPROMAC.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/DC4E6E73/TribuLantAmeric_ContraPROMAC.pdf)>. Acesso em dezembro 2012.

UNISINOS. Impactos de usina do Madeira a indígenas são comunicados à ONU. **Instituto Humanitas UNISINOS**, sítio eletrônico, 17/03/2010, disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/30737-impactos-de-usina-do-madeira-a-indigenas-sao-comunicados-a-onu>>. Acesso em dezembro de 2012.

ZAGALO, José Guilherme Carvalho; LISBOA, Marijane Vieira. (Relatores). **Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira**: relatório preliminar de missão de monitoramento. Curitiba: Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente - Plataforma DHESCA Brasil, abril de 2011.

## Apêndice

### O universo de documentos no Atlas

- Parte A - Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Paleontologia;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Estudos Hidrobiogeoquímicos, com atenção específica à dinâmica do Mercúrio (Hg);
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Entomologia;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Mastofauna;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Limnologia, Qualidade das Águas e Sedimentologia;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Arqueologia Histórica e Pré-Histórica;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Herpetofauna;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Ecossistemas;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre Geologia;
- Parte B Vol I - Parecer Técnico sobre a Ictiofauna;
- Parte B Vol II - Parecer Técnico sobre Energia e Desenvolvimento;
- Parte B Vol II - Parecer Técnico sobre Tecnologia Hidráulica;
- Parte B Vol II - Parecer Técnico sobre a Política Nacional para o Setor Elétrico;
- Parte B Vol II - Parecer Técnico sobre Saúde Pública;
- Parte B Vol II - Parecer Técnico sobre Planejamento Regional;
- Parte B Vol II - Parecer Técnico sobre Projetos, Gestão e Políticas Públicas Sociais;
- Parte C Anexo 1 - A utilização e o desenvolvimento dos sistemas hidroviários amazônicos;
- Parte C Anexo 2 - A Amazônia como província mineral;
- Parte C Anexo 3 - O potencial energético da Amazônia;
- Parte C Anexo 4 - O ciclo da borracha: marco da utilização econômica dos recursos naturais da Amazônia;
- Parte C Anexo 5 - Passivos socioambientais dos processos de colonização: o caso da Amazônia;
- A participação popular como instrumento de proteção da Amazônia na

criação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau;

- Hidrelétricas Rejeitadas
- Consórcio se recusa a garantir novas moradias para atingidos pela UHE Santo Antônio
- BNDES aprova financiamento de R\$ 7,2 bilhões para construção da usina hidrelétrica Jirau;
- Justiça Federal suspende licença concedida pelo Ibama para Hidrelétrica de Jirau;
- Hidrelétricas do Rio Madeira estão entre os mais polêmicos projetos de 2006;
- Reivindicações imediatas dos atingidos pela usina de Santo Antônio;
- Carta à Presidenta Dilma Rousseff - MAB e STICCERO;
- Madeira pode apodrecer na usina de Jirau;
- TAC Termo de Ajustamento de Conduta: Enchentes;
- Ação civil pública para cumprimento das obrigações: Reassentamento Nova Mutum;
- Hidrelétricas no Rio Madeira RO tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia;
- Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira;
- As Hidrelétricas no Rio Madeira no Contexto da integração Regional SulAmericana;
- Hidrelétricas no Rio Madeira: reflexões sobre impactos ambientais e sociais;
- Relatório da diligência realizada nas usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira em Rondônia em 22/03/2012;
- Análise do Relatório do Impacto Ambiental das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira no Município de Porto Velho;
- Análise das políticas governamentais definidas para a região do Rio Madeira e seus efeitos sobre a pesca artesanal;
- O Rio Madeira, uma Sociedade e a Indústria de Energia a construção das usinas hidrelétricas e os impactos e intervenções na sociedade;
- O licenciamento ambiental para hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau);
- O enfrentamento político dos conflitos socioambientais decorrentes da implantação de usinas hidrelétricas;
- Projeto Madeira: Processo participativo. Minuta de propostas das comunidades localizadas na área de influência direta do AHE de Santo Antônio;
- Desestruturação social e ambiental das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no Município Porto Velho;

- Transformações econômicas e sociais.
- Informativo 1: Complexo Madeira em notícias: período 2005 a 2007.
- Cartilha Viva o Rio Madeira Vivo
- O conflito do Rio Madeira entre Brasil e Bolívia e a busca de sua solução por meio do Direito Internacional.
- O complexo do rio Madeira e a Amazônia industrial;
- O maior tributário do Rio Amazonas ameaçado: hidrelétricas no Rio Madeira;
- Usinas hidrelétricas do Rio Madeira: política, direito e meio ambiente nas relações transfronteiriças;
- Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira: relatório preliminar de missão de monitoramento;
- Ata de Audiência Pública realizada em Jaci-Paraná;
- Ata de Audiência Pública realizada em Porto Velho;
- atividade pesqueira.pdf
- Documentos FUNAI:
  - FUNAI. Ofício 491 CMAN/CGPIMA/06 de 25 de outubro de 2006. Licenciamento Ambiental das Usinas do Rio Madeira. Brasília: MJ, 2006.
  - FURNAS. Ofício 550 CMAN/CGPIMA/06 de 06 de dezembro de 2006. Complexo Madeira: informações sobre as AHEs Santo Antônio e Jirau;
  - IBAMA. Ofício 42/2007 GP/IBAMA de 10 de janeiro de 2007. UHE's Santo Antônio e Jirau, rio Madeira;
  - FUNAI. Ofício 064/PRES de 24 de maio de 2007. (Sem nome, informação não haver óbice à Licença Prévia);
- Documentos IPHAN
  - FURNAS. Ofício GA.I.E.090.2006 de 24 de março de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: interferência no tombamento do Pátio Ferroviário e de parte do Traçado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré;
  - IPHAN. Ofício 007/06 GProt/DEPAM-RJ de 12 de abril de 2006. Resposta ao Ofício FURNAS GA.I.E.090.2006 de 24 de março de 2006 (solicita complementação de informações);
  - FURNAS. Ofício GA.I.E.179.2006 de 31 de maio de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: interferência na área tombada da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré;
  - IPHAN. Ofício 008/06 GAB/DEPAM de 31 de julho de 2006. Resposta ao Ofício FURNAS GA.I.E.090.2006 de 24 de março de 2006 (solicita complementação de informações);
  - IPHAN/MC. Ofício 008/06 GAB/DEPAM de 31 de julho de 2006. (Sem nome, acata documentação enviada por fax e não impõe óbice para a licença uma vez que a documentação seja internada);
  - FURNAS. Ofício GA.E.E.212.2006 de 01 de novembro de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: envio do ofício do IPHAN;
  - IPHAN. Ofício 150/06/GEPAN/DEPAM/IPHAN de 16 de outubro de

2006. Estudo de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira/RO.

- Documentos MS
  - IBAMA. Ofício 533/2006 DILIC/IBAMA de 22 de agosto de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau. (à Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde);
  - IBAMA. Ofício 91/2006 CGENA/DILIC/IBAMA de 23 de agosto de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau. (à Superintendência de Gestão Ambiental de Furnas);
  - CORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA. Parecer Técnico: licenciamento ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no município de Porto Velho-RO;
  - FURNAS. Ofício GA.E.E.331.2006 de 24 de novembro de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: Atestado de Aptidão Sanitária. (ao MS);
  - FURNAS. Ofício GA.E.E. 343.2006 de 06 de dezembro de 2006. AHEs Santo Antônio e Jirau: Atestado de Aptidão Sanitária. (ao IBAMA);
  - SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-MS. Ofício 531 GAB/SVS/MS. De 15 de março de 2007. Licenciamento ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no município de Porto Velho-RO. (ao IBAMA);
  - FURNAS. Ofício GA.E.E. 098.2007 de 28 de março de 2007. AHEs Santo Antônio e Jirau: envio de Relatórios de Saúde. (à SVS/MS);
  - IBAMA. Ofício 62/2007/CGENE/DILIC/IBAMA de 13 de abril de 2007. AHEs Santo Antônio e Jirau. Laudo de Avaliação de potencial malarígeno;
  - SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-MS. Ofício 901 GAB/SVS/MS. De 17 de abril de 2007. Laudo de vistoria: licenciamento ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no município. (com anexos, ao IBAMA)
- IBAMA. Ofício 290/2007 DILIC/IBAMA de 10 de maio de 2007. AHEs Santo Antônio e Jirau: demandas processuais do Licenciamento Ambiental. (à FURNAS).
- IBAMA. Relatório de vistoria de 03 de novembro de 2011. Vistoria técnica na área de influência da UHE Santo Antônio.
- Parecer Técnico EIA/RIMA pelo do IBAMA em 2007;
- IBAMA. Relatório de vistoria. Vistoria realizada entre 29/03 a 01/04/2010 em Porto Velho e Guajará Mirim quanto ao pescado;
- Vistoria compensação social Jirau.pdf

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Luzimar Barbosa Chaves  
CRB/11-338, com os dados fornecidos pelo autor.

Z71c      Zimmerli, Eduardo Renato  
              Conflitos socioambientais pela construção das Usinas do  
              Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO  
              / Eduardo Renato Zimmerli – Porto Velho, 2012.  
              141 f.

Orientador: prof. Dr. Osmar Siena.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de  
Rondônia, 2012.

1. Usinas Hidrelétricas – impactos ambientais – Porto  
Velho (RO) 2. Gestão ambiental 3. Recursos energéticos –  
Porto Velho (RO) I. Siena, Osmar II. Título.

CDU 621.311.21:502.5(811.1)